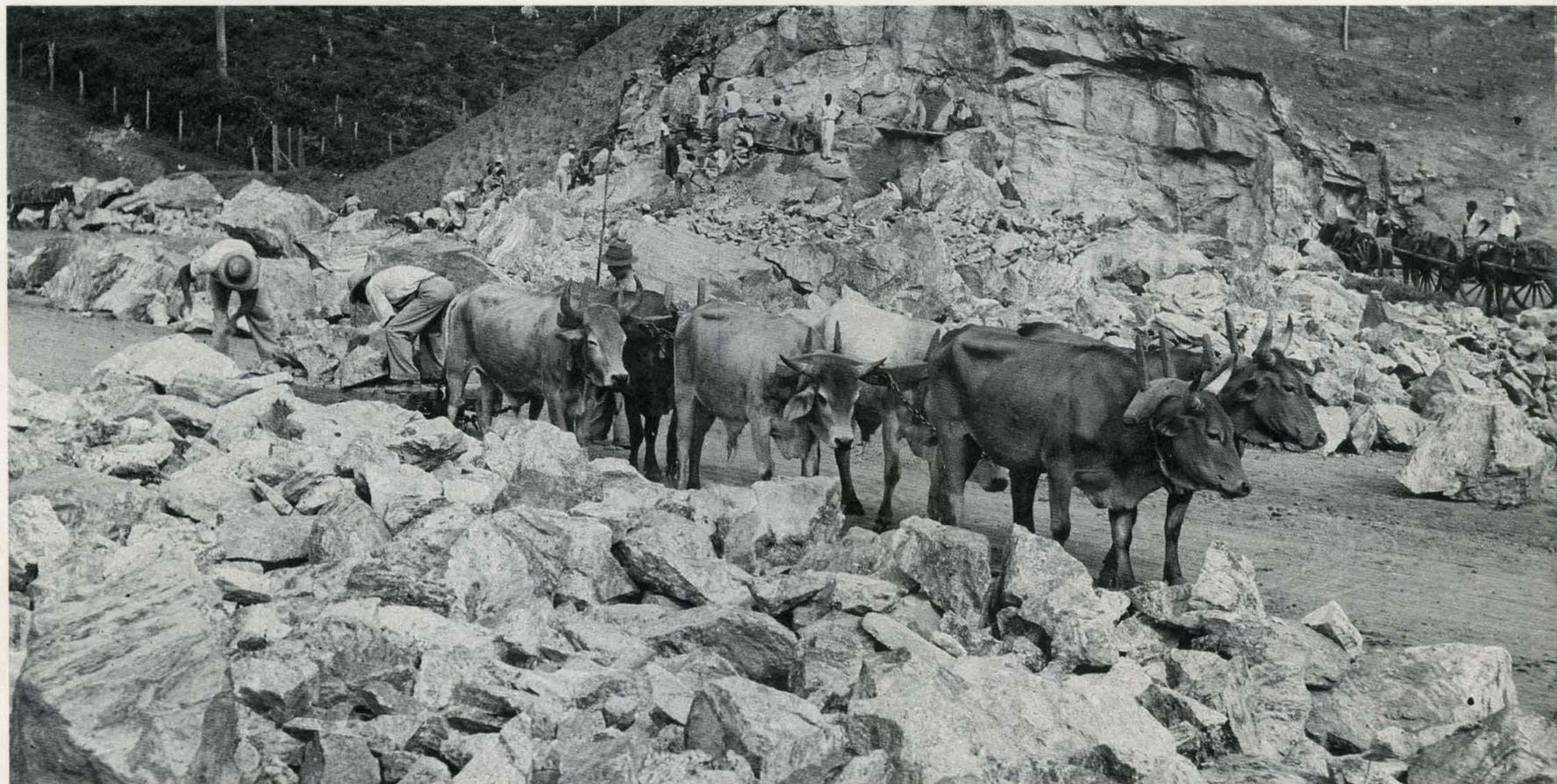


Companhia
Vale do Rio Doce



50 anos
de
História

C737

Companhia Vale do Rio Doce (Brasil)

Companhia Vale do Rio Doce: 50 anos de História / Companhia
Vale do Rio Doce. -- Rio de Janeiro: CVRD, 1992.
300p.: il.

1. Assunto I. Título

ISBN 85-85377-04-6

CDD 657.8620981
CDU 622.012(81)-94

Companhia

Vale do Rio Doce

50

anos

de

História



Companhia
Vale do Rio Doce

Companhia

Vale do Rio Doce

50

anos

de

História

Conhecer a história da Companhia Vale do Rio Doce é, de certa forma, conhecer um pouco da história do Brasil. Todas as grandes lutas e os principais anseios que sacudiram a sociedade brasileira, nestas cinco décadas, também permearam a trajetória da Empresa.

Criada sob um contexto adverso - com o mundo envolto pelas sombras da Segunda Grande Guerra - a Vale sempre contou com a força, a coragem, a determinação de seus empregados, para superar problemas e obstáculos. Foram estes homens e mulheres que, nos momentos difíceis, conseguiram levar a empresa a enfrentar desafios, desvendar fronteiras, expandir-se por novos caminhos.

Como conseqüência desta saga de lutas e descobertas, a Companhia se transformou num poderoso instrumento para o desenvolvimento de extensas regiões do País. Os projetos da Empresa geraram um grande leque de atividades correlatas, movimentando a economia, criando empregos e atuando como pólo para a instalação de serviços de utilidade pública - energia elétrica, estradas, saneamento básico, entre outros. Seguindo sua vocação internacional, a CVRD viria a se tornar, também, um conglomerado econômico de grande peso na política de comércio exterior do Brasil.

Nestes 50 anos, os obstáculos que surgiram e, principalmente, as formas como foram suplantadas - trouxeram conhecimentos que, hoje, estão à disposição da sociedade e podem ser utilizados como mecanismos para a superação de situações de crise.

Por todas estas razões, é importante conhecer a história da Vale. Uma história que traduz a convivência de meio século entre a sociedade brasileira e uma Empresa que, ao espelhar seu País, reflete, também, a imagem que ele deseja para si: o de uma nação moderna, transparente, competitiva, que sabe administrar suas riquezas e a potencialidade de seu povo.

A Diretoria

Introdução

Além de motivo de júbilo e comemoração, os 50 anos da Companhia Vale do Rio Doce são também a oportunidade para uma reflexão madura sobre sua história e suas perspectivas. O levantamento da memória histórica da CVRD, significa um mergulho em decisões e estratégias, em processos produtivos, em atitudes e atividades que levaram a Empresa a superar dificuldades e se consolidar com um sucesso empresarial e político de alcance internacional.

Foi dentro deste espírito de reconstituição histórica que a CVRD promoveu – de 1989 a 1992 – um amplo programa de pesquisas, com o objetivo de recuperar a memória das atividades de mineração no país e avaliar seu próprio papel como empresa líder no setor. Além disso, o projeto visava ainda levantar o papel da CVRD como instrumento para o desenvolvimento econômico e social do país.

O programa de pesquisas de que resultou este livro dividiu-se em quatro frentes de trabalho, que geraram quatro produtos, distintos e complementares: o levantamento bibliográfico dos acervos da Seção de Obras Gerais da Biblioteca Nacional e da Biblioteca da CVRD, referentes ao setor mineral, deu origem a um *Guia Bibliográfico*; o levantamento da documentação referente à mineração no período republicano, existente no arquivo da CVRD e em arquivos públicos da cidade do Rio de Janeiro, gerou um *Guia de Fontes Documentais*; o levantamento da legislação pertinente ao setor mineral, produzida no período 1889-1945, bem como os debates parlamentares travados durante a tramitação de projetos, tornou possível a elaboração de um *Guia de Legislação Mineral*. Por último, todas estas pesquisas levaram ao livro *História da Mineração no Brasil*, que acompanha as atividades mineratórias desde seus primórdios, no século XVI, até os dias atuais. Este livro, assim como os Guias, serão publicados proximamente. Mas uma primeira versão, reduzida, chega agora às mãos do público: o livro *Companhia Vale do Rio Doce – 50 anos de história*.

Este livro narra a trajetória da Companhia Vale do Rio Doce desde suas origens, no início da década de 1940, até os dias atuais, numa abordagem que procura inserir sua história no contexto mais geral do desenvolvimento do setor de mineração e da própria economia brasilei-

ra. Somente assim, articulada a esse quadro maior de referência, pode a trajetória da Vale ser efetivamente compreendida e avaliada. Essa compreensão exige ainda que se recupere a evolução do setor mineral desde antes da criação da CVRD, uma vez que a decisão governamental que deu origem à Companhia representou na verdade o desfecho de um impasse que perdurava desde o início do século XX, envolvendo a exploração do minério de ferro e a implantação da grande siderurgia no Brasil.

O livro foi estruturado em seis capítulos. O primeiro - *A mineração na Primeira República* - traça um quadro sintético das principais questões que dificultavam o desenvolvimento do setor de mineração no Brasil nas três primeiras décadas deste século, envolvendo aspectos legais, políticos e econômicos. A criação da Itabira Iron Ore Company, empresa voltada para a extração do minério de ferro, é analisada buscando-se acompanhar a intensa reação nacionalista que suscitou.

O capítulo 2 - *A criação da Companhia Vale do Rio Doce* - aborda o período de 1930-1950, quando o primeiro governo Vargas imprimiu à política econômica do país um caráter intervencionista, ao mesmo tempo em que a industrialização despontava como caminho para o desenvolvimento. No setor de mineração, essa mudança traduziu-se na redefinição do regime legal das minas, desvinculando a propriedade do solo da do subsolo e criando o sistema de concessão para a exploração das reservas minerais. Esta orientação foi estabelecida pela Constituição de 1934, e confirmada pelos Códigos de Minas de 1934 e 1940.

Aproveitando-se das possibilidades criadas pela conjuntura da Segunda Guerra Mundial, o governo tomou iniciativas fundamentais para o setor, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941 e da Companhia Vale do Rio Doce em 1942. Ao longo dos oito primeiros anos de vida da CVRD buscou-se acompanhar a ação de seus dirigentes frente ao quadro de dificuldades que então se apresentava, sobretudo após o fim do conflito mundial e a conseqüente perda dos compradores contratuais. Procurou-se observar ainda de que forma a CVRD superou as tentativas de ampliação do controle dos diretores norte-americanos sobre a administração da empresa.

O capítulo 3 - *Anos de definição: a conquista da identidade empresarial* - narra a trajetória da empresa durante a década de 1950, período da história brasileira marcado pela ambigüidade da política econômica do segundo governo Vargas e pelo desenvolvimentismo industrializante do governo Kubitschek.

Foi nesta época que a CVRD se definiu enquanto empresa, tanto no que se refere ao seu complexo mina-ferrovia-porto, que foi efetivamente estruturado, como no que diz respeito a sua política comercial, que foi modificada com a indicação de agentes exclusivos, a assinatura de contratos de longo prazo e o início da diversificação dos mercados, culminando com a valorização do seu minério no mercado internacional.

O capítulo 4 - *Anos de consolidação: a CVRD como empresa exportadora de padrão internacional* - acompanha a história da CVRD no período 1961-1967, quando uma grave crise econômica e política culminou com a mudança do regime e a subida dos militares ao poder em 1964. Esses acontecimentos acarretaram importante mudança no rumo na política mineral do país, expressa na Constituição de 1967 e no Código de Mineração do mesmo ano, abrindo caminho para uma maior participação da iniciativa privada, inclusive de empresas estrangeiras.

A diretoria da CVRD teve sua atenção concentrada na busca de soluções para as cada vez mais rigorosas exigências do mercado transoceânico de minério de ferro quanto à granulometria e composição química dos produtos. As novas tecnologias desenvolvidas pela Empresa permitiram-lhe aproveitar os rejeitos finos e ultrafinos, como também o itabirito, atendendo também às exigências do mercado e aumentando sua produtividade e rentabilidade.

O capítulo 5 - *Anos de expansão e diversificação: a CVRD como maior exportadora de minério de ferro do mundo* - trata do período 1968-1978 quando o país viveu a fase do chamado "milagre brasileiro" e em seguida os efeitos do primeiro choque do petróleo de 1973, coincidindo com o esgotamento do modelo de substituição de importações adotado até então para o processo de industrialização do país. Essas questões levaram o governo a buscar a auto-suficiência na produção de insumos básicos - preocupação expressa principalmente no II PND -, o que resultou no direcionamento de recursos consideráveis para o setor. A criação de empresas como a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM e o desenvolvimento de projetos como o RADAM ilustram bem o conjunto de medidas, todas com o intuito de dinamizar as atividades de mineração.

A década de 1970 foi decisiva para o futuro da CVRD. Além de ter registrado os maiores índices de crescimento da Companhia, os anos 70 foram marcados por iniciativas cruciais no sentido da diversificação das atividades da Empresa. O crescimento acelerado das exportações levou a CVRD a tornar-se, em 1975, a maior exportadora de minério de ferro do mundo. Instrumento do governo federal para a dinamização do setor e da própria economia brasileira, a Vale do Rio Doce concebeu um processo de diversificação horizontal e vertical, não só para otimizar a utilização de sua infra-estrutura operacional mas também para abrir novas frentes de atuação, inclusive fora de sua área tradicional de atividade. Nesses anos foi negociada a saída da US Steel da exploração do minério de ferro de Carajás, ficando a CVRD sozinha à testa do empreendimento que inaugurou as suas atividades na região amazônica.

O capítulo 6 - *Anos de redefinição: a CVRD e a estruturação do conglomerado empresarial* - cobre a década de 1980, anos de grave crise econômica nacional e internacional, cujas repercussões não deixaram de se fazer sentir nas atividades de mineração. As exigências cada vez maio-

res do mercado mundial, no que toca aos tipos de minérios comercializáveis, incitaram o governo brasileiro a rever, pelo menos em parte, sua política mineral. Os investimentos em pesquisa geológica e tecnológica ganharam espaço mas essa mudança de ênfase não se viabilizou plenamente devido à escassez de recursos. No plano jurídico, a Constituição promulgada em 1988 manteve o regime de concessão, reforçando exigência de maioria de capital nacional nas empresas de mineração. A preocupação com o meio ambiente e a regulamentação do garimpo, atividade que se espalhou por quase todo o país, também foram tratadas na Constituição de 1988.

No decorrer desses anos difíceis a CVRD teve de superar diversos obstáculos, desde a retração observada no mercado internacional, que reduziu suas vendas em 1982 e 1983, até o desafio representado pela construção e operação, em plena floresta amazônica, de um novo complexo mina-ferrovia-porto. A exploração do minério de ferro de Carajás deu origem à constituição do Sistema Norte da Vale. Paralelamente, a Companhia deu continuidade ao seu processo de expansão, ampliando seu leque de atividades, sobretudo através de empresas coligadas (nas quais não detém a maioria acionária) que permitem o maior aproveitamento possível do potencial do seu complexo operacional.

Antecipando-se às exigências governamentais, a CVRD criou um grupo de trabalho - o GEAMAM - e as Comissões Internas de Meio Ambiente - CIMAs - para definir procedimentos capazes de eliminar ou ao menos atenuar os danos ambientais causados pela extração mineral tanto no Sistema Norte quanto no Sistema Sul. A Companhia realizou ainda numerosas modificações em sua estrutura administrativa com o objetivo de manter o controle e a organicidade de uma empresa que cresceu e se diversificou de forma acelerada e surpreendente.

Refazer toda esta trajetória e apreender seus significados, foi uma tarefa que exigiu da equipe executora um minucioso levantamento dos acervos de diversas bibliotecas. Revelaram-se particularmente úteis os acervos da Biblioteca Nacional e das bibliotecas da própria CVRD, do Ministério da Fazenda, do Departamento Nacional da Produção Mineral, da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Eletrobrás e da Fundação Getúlio Vargas.

Entre os numerosos títulos consultados alguns merecem registro especial. No que concerne ao estudo da política mineral, cabe destacar as obras: *Os maiores mineradores do Brasil*, organizada por Francisco Chaves do Rego Fernandes, *Ferro e independência*, de Osny Duarte Pereira, e *Recursos minerais, economia e sociedade*, de Iram Machado. As revistas especializadas *Mineração e Metalurgia* e *Brasil Mineral* foram de importância fundamental para a redação do Capítulo 6, em particular, preenchendo lacunas que dificilmente seriam supridas por outros meios, devido à escassez de fontes historiográficas sobre o setor de mineração na década de 1980.

As fontes documentais também contribuíram decisivamente para a elaboração dos textos sobre política mineral dos capítulos 2, 3, 4 e 5. Cabe salientar a documentação da própria CVRD e aquela sob a guarda do Arquivo Nacional e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas, que inclui documentos particulares de ex-ministros, e ex-presidentes da República, bem como documentos gerados pelo próprio governo (Documento 18, Programa de Metas, Plano do Carvão Nacional, entre outros). Os Relatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito sobre o setor mineral dos anos de 1965 e 1977/78 ofereceram igualmente importantes subsídios para o esclarecimento de alguns pontos obscuros relacionados à política federal para o setor.

Para o levantamento da história da Empresa foi de fundamental importância a consulta aos *Relatórios de Diretoria*, atualmente *Relatórios Anuais da CVRD*, cobrindo todo o período estudado, e aos trabalhos de Mário da Gama Kury, *A Companhia Vale do Rio Doce - 40 anos*, e de Dermeval José Pimenta, *A Vale do Rio Doce e sua história*, que trata dos primeiros anos de vida da Companhia. Devido ao seu caráter analítico, o texto de Sérgio Abranches e Sulamis Dain, *A empresa estatal no Brasil: padrões estruturais e estratégias de ação*, revelou-se de extrema importância para a compreensão dos processos de tomada de decisão engendrados no interior da Empresa. Finalmente, completando o conjunto de fontes utilizadas na recuperação da trajetória da CVRD, a equipe recorreu à diversas publicações (folhetos, folders, material produzido especialmente para este ou aquele empreendimento) da própria Empresa, a entrevistas realizadas com técnicos que ocuparam ou ocupam postos-chaves na direção da Companhia e à documentação constante de uma parte da Coleção Mauro Thibau, atualmente sob a guarda da CVRD.

Resultado de amplo levantamento do material iconográfico existente na própria CVRD - no Rio de Janeiro, em Vitória e Itabira -, no acervo do Jornal da Vale, como também nos acervos da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as fotografias que ilustram esta obra tiveram como critério de seleção não apenas a qualidade técnica, mas sobretudo seu potencial expressivo, de forma a poder ampliar ou aprofundar informações contidas no texto.

Capítulo 3

a conquista da identidade empresarial

1. A CVRD por trás da 50	79
2. O império das exportações e a conquista de novos mercados	81
3. A modernização do complexo mina-ferrovia-porto	89
4. O Programa de Metas e o Documento 18	97
5. Os avanços no beneficiamento do minério de ferro	109
6. O momento financeiro e uma nova política comercial	106
7. Mudanças na área administrativa	110
8. Notas	111

Índice

Introdução

Capítulo 1 - A Mineração na Primeira República

1. Mudanças na virada do século	21
2. Impasses na produção do ferro	24
3. O contrato da Itabira Iron	26
4. A reação nacionalista	31
Notas	35

Capítulo 2 - A criação da Companhia Vale do Rio Doce

1. Os Códigos de Minas de 1934 e 1940	39
2. O desfecho do caso Itabira	43
3. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional	49
4. Os acordos de Washington e a criação da Companhia Vale do Rio Doce	51
5. Os primeiros anos da CVRD	58
6. Situação financeira e autonomia administrativa	68
Notas	75

Capítulo 3 - Anos de definição: a conquista da identidade empresarial

1. A CVRD nos anos 50	79
2. O aumento das exportações e a conquista de novos mercados	81
3. A modernização do complexo mina-ferrovia-porto	89
4. O Programa de Metas e o Documento 18	97
5. Os avanços no beneficiamento do minério de ferro	100
6. O saneamento financeiro e uma nova política comercial	106
7. Mudanças na área administrativa	110
Notas	111

Capítulo 4 - Anos de consolidação: a CVRD como empresa exportadora de padrão internacional

1. A CVRD nos anos 60	114
2. A evolução do mercado mundial de minério de ferro e as mudanças na estratégia comercial da CVRD	117
3. As respostas da CVRD às inovações tecnológicas da siderurgia mundial	127
4. O MME e as diretrizes nacionalistas do governo	134
5. O regime militar e as mudanças de rota na mineração: a abertura ao capital estrangeiro	137
6. A consolidação das mudanças: a Constituição de 1967 e o novo Código de Mineração	141
7. O desempenho da CVRD e a reforma administrativa	144
Notas	152

Capítulo 5 - Anos de expansão e diversificação: a CVRD como maior exportadora de minério de ferro do mundo

1. A CVRD nos anos 70	157
2. A CVRD na liderança do mercado mundial de minério de ferro	158
3. A expansão do complexo mina-ferrovia-porto	166
4. O Projeto Ferro Carajás	179
5. Pesquisa geológica e tecnológica e ampliação dos direitos minerários	184
6. A diversificação de atividades	188
7. A CVRD e o desenvolvimento regional	197
8. Organização administrativa	198
Notas	200

Capítulo 6 - Anos de redefinição: a CVRD e a estruturação do conglomerado empresarial

1. A CVRD nos anos 80	205
2. Minério de ferro e pelotas	210
Sistema Sul	
- Extração e beneficiamento de minério de ferro	214
- Complexo de pelotização	216
- Operações ferroviárias	221
- Operações portuárias	225

Sistema Norte	
- O Projeto Ferro Carajás	228
- A montagem de um novo complexo mina-ferrovia-porto	232
- Desempenho operacional: produção de minério de ferro, transporte ferroviário e terminal portuário	236
Comercialização	237
3. Outros empreendimentos	241
O complexo bauxita/alumina/alumínio	
- Mineração Rio do Norte	242
- Albrás/Alunorte	243
- Valesul	246
Ouro	247
Manganês	248
Titânio	254
Fosfato	256
Pó de quartzo	256
Cloreto de potássio	256
Empreendimentos siderúrgicos	258
Empreendimentos no setor florestal e para a produção de celulose	262
Transporte transoceânico	262
Pesquisas geológicas e tecnológicas	
- Cobre	268
- Carvão mineral	270
- Niquel	270
- Caulim	270
4. A CVRD e o desenvolvimento regional	271
5. Mineração e meio ambiente: a estratégia ambiental da CVRD	272
- A ação da CVRD no Sistema Sul	275
- A ação da CVRD no Sistema Norte	279
- Atendimento às comunidades indígenas	284
6. Estrutura administrativa: buscando maior eficiência e organicidade	285
7. O planejamento estratégico da CVRD para o período de 1990 a 2009	288
Notas	291
Bibliografia	293

CAPÍTULO 1

A Mineração na Primeira República



Mapa bandeirante de 1715, mencionando algumas localidades e aldeias dos primeiros anos da conquista do território aurífero em torno da vila de Nossa Senhora do Monte do Carmo (Mariana).

Apuração de diamantes na mina D'água Suja (MG), no final do século XIX.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. REPRODUÇÃO: PEDRO VASQUES

1. Mudanças na virada do século

A primeira Constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, alterou profundamente o regime de propriedade do subsolo vigente no país desde o século XVI.

Logo no início do período colonial, em 1521, foram editadas as Ordenações Manuelinas, que reservavam à Coroa portuguesa a posse dos “veeiros de ouro ou qualquer outro me-

tal”, assegurando ao descobridor o direito à lavra mediante o pagamento do quinto (a quinta parte dos metais extraídos), “salvo de todos os custos”. Muito pouco mudou a partir de então.

Instalado o Império, após a independência em 1822, a Constituição de 1824, de acordo com a tradição portuguesa, garantiu o domínio do Estado brasileiro sobre as riquezas do sub-



solo, mantendo assim a separação entre propriedade territorial e propriedade mineral. É certo que particulares, nacionais ou estrangeiros, podiam obter concessões para explorar jazidas, mas desde que se submetessem a pesadas taxações. (1)

A inovação trazida pela Constituição de 1891 foi a adoção do sistema norte-americano da concessão. Por esse sistema, o dono da mina era o dono da terra sob a qual ela se encontrava. Essa alteração, expressa no artigo 72, parágrafo 17, da carta constitucional, visava estimular a livre exploração dos minérios pelos proprietários de terras. (2)

Os minérios que então se buscava não eram mais o ouro e as pedras preciosas que tanto atiraram a cobiça dos colonizadores. Havia muito essas riquezas vinham dando sinais de esgotamento. Por outro lado, o progresso técnico-científico que marcou o fim do século XIX, inaugurando o que alguns historiadores chamaram de Segunda Revolução Industrial, abriu novas perspectivas para a extração e a utilização de diversos minerais. (3) A descoberta de novos processos para a transformação do ferro em aço também teve enormes conseqüências. Jazidas de ferro até então abandonadas por serem antieconômicas começaram a ser exploradas na Europa e nos Estados Unidos, e a produção de aço registrou aumentos extraordinários. Empregado em trilhos ferroviários, em estruturas de grandes edificações, tú-

neis e pontes, em máquinas variadas, o aço tornava-se um insumo industrial básico. (4)

Os avanços técnicos na siderurgia estimularam, por sua vez, a extração do carvão mineral para a obtenção do coque, muito utilizado na redução dos minérios de ferro nos altos-fornos. O aperfeiçoamento dos processos e técnicas de extração do carvão-de-pedra possibilitou o aproveitamento de veios mais profundos e o aumento da produção. Outros minerais, como o cobre, o chumbo, o zinco, a bauxita, o manganês, tiveram suas aplicações diversificadas e sua produção aumentada. (5)

Também no Brasil, ocorreram importantes avanços na área da pesquisa e do reconhecimento geológico em vários estados da federação, o que possibilitou um aumento significativo do número de descobertas de ocorrências minerais. (6) A atuação da Escola de Minas de Ouro Preto nesse campo foi de fundamental importância. (7) Fundada em 1876, a escola influenciou diretamente a formulação da política mineral brasileira no início do período republicano, na medida em que foi responsável pela formação da primeira geração de geólogos, projetistas de altos-fornos e industriais de siderurgia brasileiros. Seus professores e ex-alunos não só realizaram parcela significativa dos estudos geológicos e mineralógicos feitos no país, como também ofereceram assistência aos pequenos produtores de ferro e

Escola de Minas de Ouro Preto, Minas Gerais, fundada em 1876.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – COLEÇÃO MIGUEL CALMON. REPRODUÇÃO: PEDRO VASQUES



mineradores interessados em introduzir modificações tecnológicas que melhorassem a produtividade.

Inicialmente, as atenções da Escola de Minas voltaram-se, sobretudo, para o carvão-de-pedra. Sob a direção do geólogo Luiz Felipe Gonzaga de Campos, a partir de 1892, foram avaliadas as potencialidades da bacia carbonífera de Santa Catarina. Visando a dar continuidade às pesquisas já efetuadas e também desenvolver estudos sobre outros minerais, em 1906, o ministro da Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon, organizou a Comissão Geológica do Brasil. Presidida por Orville Derby, essa comissão dividiu o país em três distritos: a região sul, na qual se destacavam as reservas carboníferas; a região central, conhecida desde o século XVIII (exploração do ouro); e a região norte, cujo potencial era praticamente desconhecido. As três regiões ficaram sob a direção, respectivamente, dos geólogos Francisco de Paula Oliveira, Gonzaga de Campos e Antônio Olynto dos Santos Pires, todos ex-alunos da Escola de Minas. (8)

Os resultados dos trabalhos da comissão foram extremamente importantes. Gonzaga de Campos avaliou em cerca de 3 bilhões de toneladas as reservas de minério de ferro existentes no estado de Minas Gerais. Em relação ao carvão mineral, foram confirmadas as avaliações sobre a conveniência da sua exploração, o que incentivou a formação de companhias interessadas

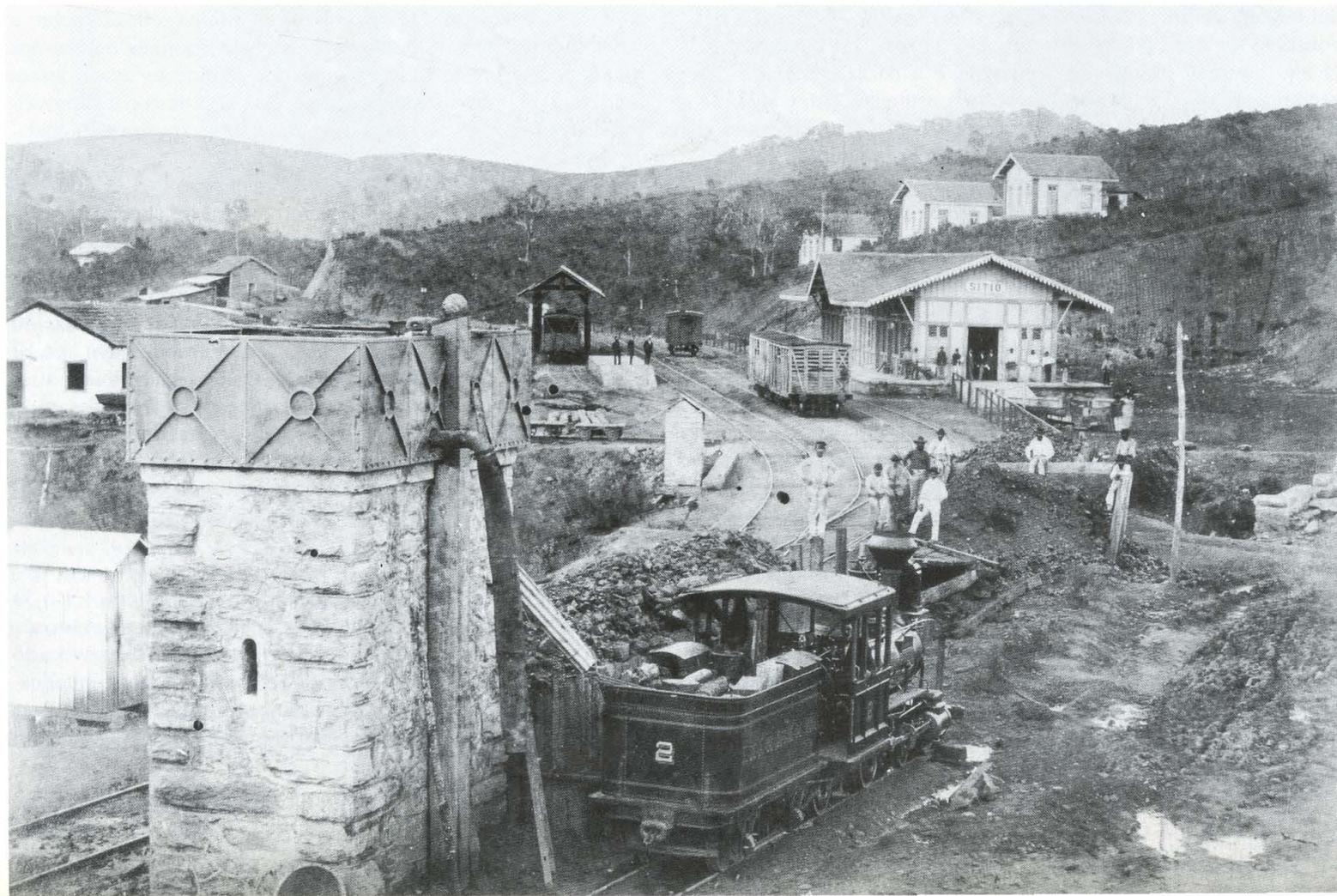
em explorar jazidas carboníferas no sul do Brasil.

A evolução do interesse pelo conhecimento das reservas minerais consubstanciou-se na criação, através do Decreto nº 6.323, de janeiro de 1907, do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), que teve como primeiro diretor Orville Derby e viria a se constituir no principal órgão de estudo da estrutura geológica e mineralógica do país. (9) Ainda em 1907, o SGMB foi incumbido de realizar estudos prospectivos e econômicos nos municípios mineiros de Conselheiro Lafaiete, Mariana, Itabira e Sabará, voltados fundamentalmente para o minério de ferro. Desses estudos resultaram dois mapas sobre a distribuição das jazidas de ferro e manganês no Quadrilátero Ferrífero, que revelaram a existência de imensas reservas de ferro, de excepcional qualidade, em Itabira.

Após a morte de Derby, em 1915, o SGMB passou a ser dirigido por Gonzaga de Campos, que criou a Seção de Forças Hidráulicas e a Estação Experimental de Combustíveis e Minérios (1920). Gonzaga de Campos também desenvolveu, juntamente com Euzébio de Oliveira, um programa de perfuração para a descoberta de petróleo e estudou as possibilidades de obtenção de coque metalúrgico com o carvão nacional. Com a morte de Gonzaga, em 1925, a direção do SGMB foi assumida por Euzébio de Oliveira, que permaneceria no cargo até 1933. (10)

Estação do Sítio, Estrada de Ferro D. Pedro II, no entroncamento com a linha da Oeste de Minas. Final do século XIX.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. FOTO: MARC FERREZ. REPRODUÇÃO: PEDRO VASQUES



2. Impasses na produção do ferro

Embora diversos estudos e levantamentos revelassem ou confirmassem a existência de grandes depósitos de minério de ferro no Brasil, sua exploração não apresentou, de imediato, nenhum avanço significativo. Vários são os fatores que explicam o pequeno desenvolvimento da exploração do minério de ferro e o tardio estabelecimento da siderurgia em nível industrial no país.

As reservas conhecidas do minério – localizadas principalmente no estado de Minas Gerais e, em segundo plano, em Mato Grosso – encontravam-se a grande distância não apenas dos depósitos de carvão-de-pedra, situados no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como também dos mercados potenciais de consumo de ferro e aço (Rio de Janeiro, São Paulo, Nordeste). O alto custo do transporte ferroviário e a baixa qualidade do carvão nacional para a coqueificação constituíam outras dificuldades importantes. Além desses problemas, havia ainda aqueles relacionados ao tamanho limitado do mercado interno, à falta de capital e à inexistência de uma política tarifária adequada. O ferro importado da Europa, especialmente da Grã-Bretanha, gozava de uma tarifa preferencial que remontava à década de 1810. (11)

Devido a esses fatores, até o início da década de 1920 a siderurgia no Brasil limitou-se praticamente à fundição do ferro em pequenos fornos alimentados por carvão vegetal, situados geralmente perto das jazidas do minério e das florestas. Estas “fábricas” se localizavam principalmente em Minas Gerais, nos municípios de Ouro Preto, Mariana, Santa Bárbara, Itabira, Conceição e Minas Nova. (12) Parte do ferro era empregada na fabricação de ferraduras, enxadas, foices e machados e parte vendida em barras aos municípios vizinhos. Havia também um grande número de fundições disseminadas em vários pontos do país. Uma característica comum à grande maioria desses estabelecimentos era a utilização da matéria-prima importada. (13) As duas únicas empresas que produziram ferro-gusa em escala industrial antes da década de 1920 foram a Usina Esperança e a Companhia Siderúrgica Mineira, constituídas respectivamente em 1888 e 1917. (14)

Na década de 1910, a siderurgia passou a contar com alguns elementos favoráveis ao seu desenvolvimento. Estudos e pesquisas levados a cabo por alunos e professores da Escola de Minas confirmaram a existência no país de grandes reservas de minério de ferro de alto teor. Por sua vez, a intensificação do ritmo de construção de estradas de ferro e instalações portuárias, a ampliação da infra-estrutura urbana das principais cidades brasileiras e o aumento da produção agrícola (que necessitava de ferramentas, implementos e máquinas) exigiam importações crescentes de ferro, aço e artefatos.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 também iria desempenhar um papel importante na reflexão sobre a questão siderúrgica nacional. Ao provocar enormes transtornos na importação de ferro e aço, gerando grande escassez desses produtos, o conflito explicitou a necessidade de o país aproveitar seus abundantes recursos minerais e pôs à mostra a fragilidade e a dependência de nossa economia.

A preocupação do governo federal de encorajar a produção interna de ferro e aço foi expressa pela primeira vez na mensagem enviada pelo presidente Nilo Peçanha, em 1909, ao Congresso Nacional. (15) Pouco depois, o Decreto nº 8.019, de 19 de maio de 1910, concedia favores e privilégios às empresas ou indivíduos, nacionais ou estrangeiros, que se propusessem instalar estabelecimentos siderúrgicos no Brasil. Os favores incluíam a redução de fretes nas ferrovias federais, isenções de impostos, o direito de construir, aparelhar e operar cais, pontes, docas e molhes, e de ligar as jazidas e usinas às estradas de ferro e portos por meio de ramais, e ainda a redução nos custos de cargas e descargas dos minérios em portos administrados pelo governo federal. (16)

Outro fato marcante ocorrido nesse período foi o XI Congresso Internacional de Geologia, realizado em setembro de 1910 na capital sueca. O Congresso de Estocolmo foi convocado pelas grandes empresas siderúrgicas européias e norte-americanas com o objetivo de fazer um balanço detalhado das reservas de ferro em escala mundial. Vários países compareceram ao



Laboratório de Mineralogia e Geologia, Escola de Minas de Ouro Preto. 1925.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – COLEÇÃO MIGUEL CALMON. REPRODUÇÃO: PEDRO VASQUES

evento, entre os quais o Brasil, representado por Orville Derby. Derby apresentou um relatório do SGMB, elaborado por Gonzaga de Campos, no qual as jazidas brasileiras eram nominalmente citadas, potencialmente avaliadas e cuidadosamente localizadas no mapa de Minas Gerais. O relatório informava, ainda, sobre a existência de minérios de ferro na Bahia, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Nesses estados, porém, não se dispunha de informações seguras sobre as potencialidades ferríferas. (17)

A partir do XI Congresso, as grandes empresas da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Alemanha, da Bélgica e da França, principalmente, tomaram conhecimento oficial das reservas

do Brasil, calculadas em 10 bilhões de toneladas, e desencadearam a corrida aos nossos minérios de ferro. Aproveitando-se das brechas existentes na primeira Constituição republicana, esses poderosos *syndicates* adquiriram todas as jazidas identificadas, aguardando o momento que julgassem mais conveniente para aproveitá-las. Os proprietários das terras, desconhecendo o valor do seu subsolo, vendiam-nas a preço irrisório. (18)

Uma dessas empresas foi a Itabira Iron Ore Company, objeto de uma longa disputa legal e ideológica que se estendeu da década de 1910 aos anos 30 e, sem dúvida, contribuiu para a definição dos rumos tomados pelo governo federal na exploração do minério de ferro e na implantação da grande siderurgia no Brasil. (19)

3. O contrato da Itabira Iron

Ainda antes do Congresso de Estocolmo, em 1908, quando o recém-criado SGMB começou a divulgar a existência de enormes jazidas de ferro em Itabira, os engenheiros ingleses Murray Gotto, Dawson e Normanton, todos residentes no Brasil, obtiveram a opção de compra de extensas faixas de terra na região. Antes de efetuar a compra, consultaram a direção da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas (CEFVM), (20) organizada seis anos antes por capitalistas brasileiros para escoar a produção agrícola do vale do rio Doce, sobre a possibilidade de o minério ser transportado pela ferrovia. Recebendo parecer favorável, os ingleses organizaram a Brazilian Hematite Syndicate.

Já em 1909, a Brazilian Hematite adquiriu 42 mil ações da Vitória a Minas e pleiteou junto ao governo federal a alteração do traçado original da ferrovia para permitir o acesso às jazidas de Itabira. Não só a solicitação foi atendida, como a Vitória a Minas obteve o virtual monopólio das operações na região. Mas, em contrapartida, a Brazilian Hematite foi obrigada a construir uma usina siderúrgica com capacidade de produção mínima de mil toneladas por mês. (21)

Em 1910, a Brazilian Hematite adquiriu efetivamente as principais jazidas de Itabira, que, estendendo-se por 76,8 milhões de metros quadrados e abrigando mais de um bilhão de toneladas de minério, constituíam uma das maiores reservas de ferro do país. (22) Nesse mesmo ano, a Brazilian Hematite aumentou para 73,3% sua participação no capital da CEFVM e firmou acordo com a Companhia Porto de Vitória para a exportação do minério. Finalmente, em 1911, organizou a Itabira Iron Ore Company, que recebeu autorização do governo brasileiro para funcionar no país pelo Decreto nº 8.787, de 16 de junho daquele ano.

26

Primeiro relatório da Diretoria da Estrada de Ferro Vitória a Minas. 1903.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO





A Itabira Iron tinha sede em Londres e deveria manter um representante no Brasil, sujeito às leis e à jurisdição brasileiras. Seu objetivo central, segundo o Decreto 8.787, era “adquirir, explorar, desenvolver, trabalhar e aproveitar certas propriedades de minérios conhecidas por Conceição, Santa Ana e Cauê, situadas no município de Itabira, no estado de Minas Gerais”.

Uma das metas prioritárias da Itabira era exportar 3 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, mas, para isso, deveria melhorar as condições de operação da Vitória a Minas, incluindo a eletrificação da linha. Entretanto, a Itabira não conseguiu reunir o montante necessário à empreitada - 53 mil contos de réis, ou cerca de 3,5 milhões de libras - devido à falta da costumeira garantia por parte do governo federal dos juros sobre os investimentos e a obrigação de construir a usina, empreendimento que não interessava à companhia. (23)

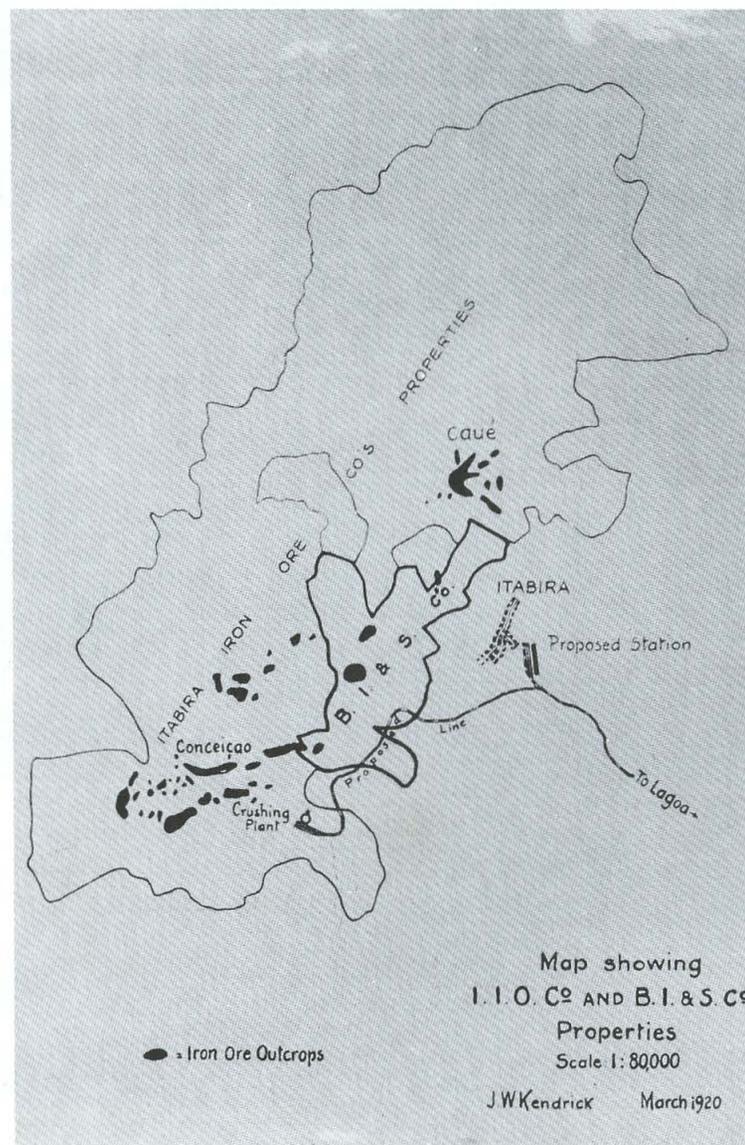
A conjuntura criada pela Primeira Guerra Mundial, com o fechamento dos mercados financeiros europeus, dificultou ainda mais a obtenção de recursos. Aos problemas econômicos enfrentados pela Itabira Iron somava-se a oposição nacionalista que, praticamente desde o início das atividades da empresa, em virtude das dimensões de seu projeto, a elegeu como alvo principal de ataque. Até 1918, contudo, não se conseguiu organizar uma campanha capaz de sensibilizar a opinião pública. Já nesses primeiros anos, destacaram-se, como opositores da Itabira, Arthur Bernardes, importante político mineiro, e Clodomiro de Oliveira, professor de mineralogia da Escola de Minas de Ouro Preto. (24)

Ao assumir a presidência de Minas Gerais em setembro de 1918, Arthur Bernardes procurou dificultar ao máximo as pretensões da Itabira Iron. Para isso, contou com a valiosa colaboração de Clodomiro de Oliveira, a quem entregou a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas. Em 1919, Bernardes promulgou a Lei nº 750, que majorava o imposto de exportação do minério de ferro para 3 mil réis por tonelada para as companhias que visavam apenas à exportação. Em compensação, a lei fixava o imposto em 300 réis, durante 20 anos, se a empresa exportadora instalasse no estado usina siderúrgica que transformasse pelo menos 5% do minério exportado. (25) Os termos da Lei nº 750 evidentemente não agradaram à Itabira, sobretudo porque ela havia conseguido obter do governo federal, pelo Decreto nº 12.094, de 7 de junho de 1916, o fim da obrigatoriedade da construção da usina siderúrgica. (26)

Também em 1919, a Itabira mudou de mãos: foi comprada pelo *entrepreneur* norte-americano Percival Farquhar, representante da empresa no Brasil. (27) À frente da Itabira, Farquhar propôs ao governo brasileiro, em troca da autorização para exportar 4 milhões de toneladas anuais de ferro, construir uma usina siderúrgica sem ônus para os cofres públicos. A proposta foi bem recebida pelo presidente da República, Epitácio Pessoa, e por seu ministro da Viação e Obras Públicas, José Pires do Rio, os quais julgavam que a execução do programa contribuiria para a implantação da grande siderurgia no país. Além

disso, o presidente via com bons olhos o ingresso de capitais estrangeiros no país, e a Itabira deveria empregar cerca de 60 milhões de dólares no projeto. (28)

Assim, em 29 de maio de 1920, foi assinado um contrato mediante o qual a União autorizava a Itabira Iron a construir e explorar altos-fornos de coque, fábricas de aço e trens de laminação, um porto exclusivamente para minérios em Santa Cruz (atual Aracruz), ao norte de Vitória, e dois ramais ferroviários partindo da linha Vitória a Minas: um em direção a Itabira e o outro ao porto de Santa Cruz. Tanto os ramais quanto o porto seriam privativos da empresa, o que lhe assegurava o virtual monopólio da exportação do minério de ferro brasileiro.

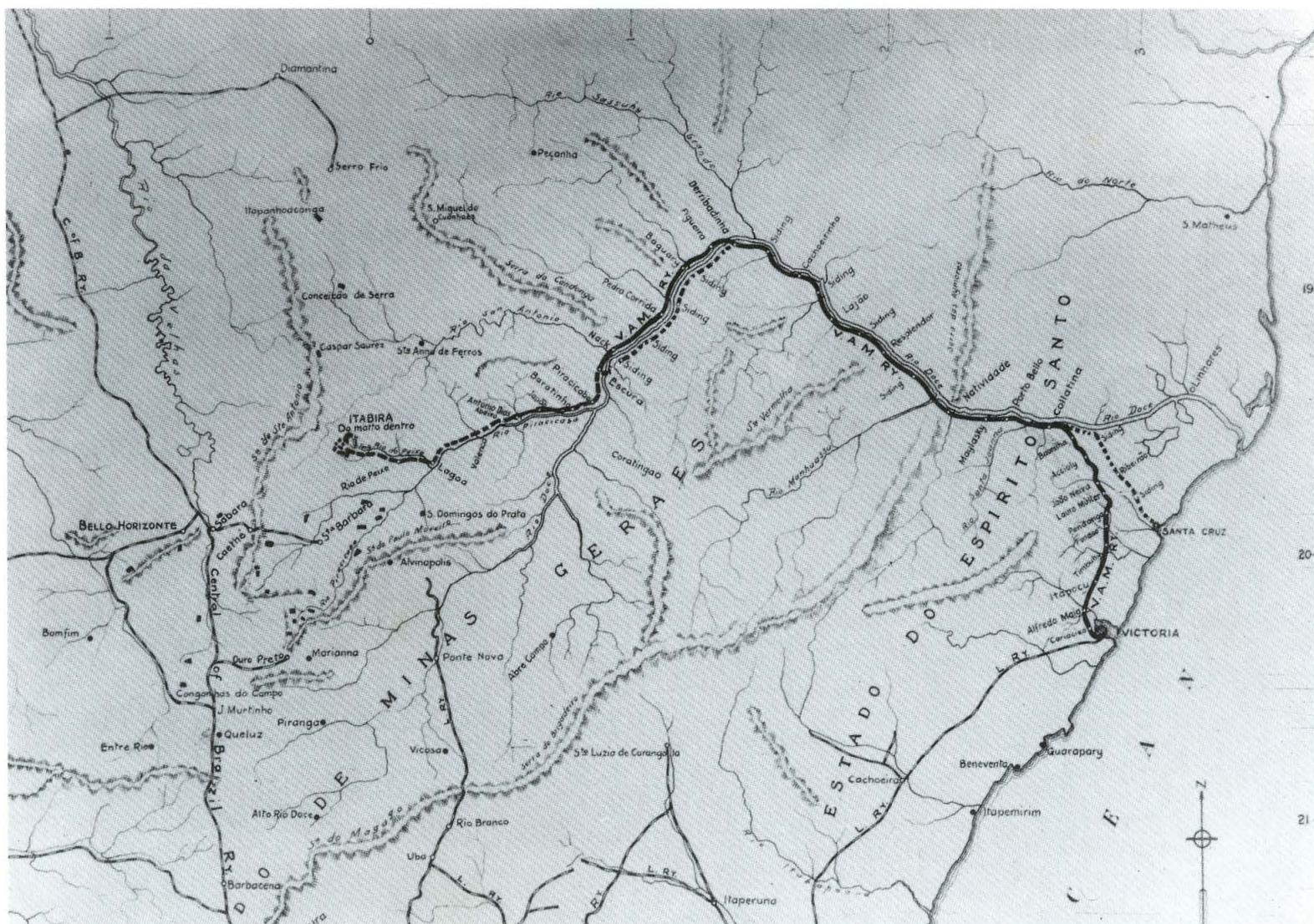


Mapa das propriedades pertencentes à Itabira Iron. Relatório da Itabira Iron Ore Company, 1920.



Pico do Cauê. Itabira (MG), 1920.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – COLEÇÃO MIGUEL CALMON. REPRODUÇÃO: PEDRO VASQUES



Mapa da Estrada de Ferro Vitória a Minas e projetos de conexões. Relatório da Itabira Iron Ore Company, 1920.

ARQUIVO NACIONAL – COLEÇÃO PERCIVAL FARQUHAR. REPRODUÇÃO: BETO FELÍCIO

O minério exportado seria transportado em navios da própria Itabira, os quais, na viagem de volta, trariam carvão-de-pedra como carga de retorno para alimentar os empreendimentos siderúrgicos.

Se, dentro de 24 meses, não tivessem sido iniciados os trabalhos e, de 48 meses, as novas instalações não estivessem em funcionamento, o governo federal poderia decretar a caducidade do contrato ou obrigar a companhia ao pagamento de

uma multa por, no máximo, 12 meses, ao fim dos quais a caducidade seria irrevogavelmente declarada. Ainda pelo contrato, as obras do porto de Santa Cruz reverteriam à União ao fim de 90 anos, e, após 45 anos, o governo brasileiro poderia encampar o conjunto de propriedades da Itabira Iron. Outra cláusula contratual importante era aquela que estipulava que a companhia deveria firmar um segundo contrato com o governo de Minas Gerais, sem o qual, na prática, o primeiro não seria colocado em execução. (29)

4. A reação nacionalista

O poder monopolista conquistado pela Itabira em virtude da assinatura do contrato provocou uma escalada da oposição nacionalista, que repercutiu diretamente no próprio encaminhamento da questão. Após ser firmado, o contrato, obedecendo aos preceitos então vigentes, foi enviado ao Tribunal de Contas da União, que se recusou a registrá-lo, alegando desrespeito às normas legislativas. Epiácio Pessoa pressionou o tribunal e o contrato acabou sendo registrado sob protestos. Esse fato tornou necessária a aprovação do Congresso Nacional, para onde o contrato foi remetido ainda em 1920. Na Câmara dos Deputados, foi examinado por diversas comissões, sem que se chegasse a uma conclusão definitiva sobre sua validade. (30)

Os planos de Farquhar atingiam numerosos interesses. Os proprietários das pequenas metalúrgicas de Minas Gerais temiam que o monopólio pretendido pela Itabira Iron sufocasse seus empreendimentos. As companhias estrangeiras, que haviam adquirido extensas áreas para a extração do minério de ferro, também se mostravam apreensivas quanto ao monopólio dos meios de transporte adquirido por Farquhar. As empresas carboníferas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina não viam com bons olhos a vinda do carvão-de-pedra estrangeiro, que chegaria ao Brasil nos navios da Itabira. O projeto uniu ainda contra si todos os fornecedores de máquinas e ferragens alemães, ingleses, franceses e norte-americanos, que receavam a concorrência da siderúrgica a ser instalada pela Itabira no fornecimento do aço. (31)

Minas, por ser o estado onde se encontravam os disputados minérios de ferro, tornou-se o reduto de resistência a Farquhar e aos políticos que a ele se aliaram. Arthur Bernardes, instado a ratificar o contrato já firmado pela Itabira com o governo federal, mediante a assinatura do segundo contrato, promulgou, em 21 de setembro de 1920, a Lei nº 793, que reafirmava os termos da Lei nº 750 e condicionava a exportação do minério de ferro à instalação no estado, pela Itabira, de uma usina com capacidade para produzir no mínimo 150 mil toneladas anuais de produtos siderúrgicos. Além disso, o decreto ampliou a vigência das vantagens fiscais, para quem produzisse aço, de 20 para 30 anos. (32)

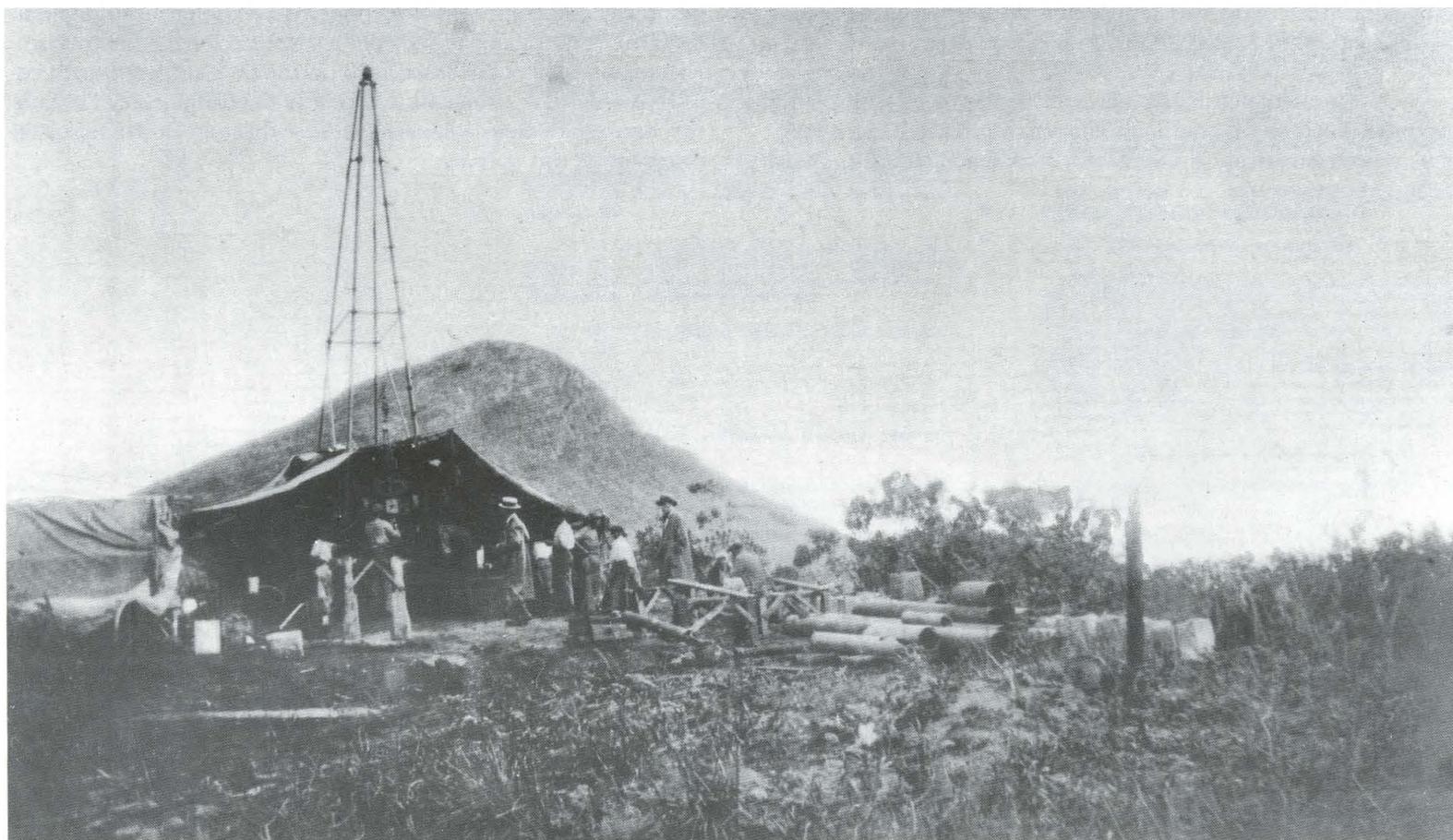
No âmbito do governo federal, os ventos também começaram a soprar desfavoravelmente para a Itabira após a saída de Epiácio Pessoa da presidência. Seu sucessor foi o próprio Arthur Bernardes, que, assumindo o poder em março de 1922, procurou oferecer uma alternativa ao projeto da companhia estrangeira. Para tal, designou uma comissão, formada por parlamentares – entre os quais seu ex-secretário Clodomiro de Oliveira –, técnicos e industriais, que, em 1923, apresentou o primeiro esboço de um plano siderúrgico nacional.

O trabalho da comissão forneceu as bases para o Decreto nº 4.801, promulgado em 9 de janeiro de 1924. Confirmando a orientação nacionalista do governo Bernardes, o decreto previa a concessão de empréstimos pela União exclusivamente às empresas nacionais organizadas com o objetivo de instalar usinas. (33) Essa orientação iria se acentuar ainda mais na reforma constitucional levada a cabo por Bernardes em 1926, proibindo a transferência a estrangeiros das minas e jazidas necessárias à segurança e defesa do país.

Em Minas Gerais, a política adotada por Arthur Bernardes no tocante à extração mineral e sobretudo à Itabira Iron foi seguida à risca por seu sucessor na chefia do governo estadual, Raul Soares (1922-1924), e pelo sucessor deste, Fernando de Melo Viana (1924-1926). O impasse criado para a assinatura do contrato estadual com a Itabira só seria superado na administração de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Em 7 de dezembro de 1927, foi finalmente celebrado o segundo contrato da Itabira Iron, pelo qual a companhia só poderia começar a exportar minério de ferro quando entrasse em funcionamento uma indústria siderúrgica. (34)

Na tentativa de viabilizar a aprovação dos projetos da empresa e de aplacar os violentos ataques aos aspectos monopolísticos do seu contrato, Antônio Carlos condicionou a aprovação dos planos da Itabira à retirada do monopólio sobre os transportes da EFVM que lhe assegurava o contrato de 1920. Assim, em 10 de novembro de 1928, a Itabira assinou um termo de renúncia, pelo qual não só desistia de transportar exclusiva-





Perfuratriz na região do Pico do Cauê. Itabira (MG), [1920-32].

ARQUIVO NACIONAL – COLEÇÃO PERCIVAL FARQUHAR. REPRODUÇÃO: BETO FELÍCIO

mente seus minérios, concordando em transportar minérios pertencentes a terceiros, como também aceitava transportar passageiros e a produção agrícola da zona que seria percorrida por suas linhas.

A assinatura do termo de renúncia abriu caminho para a promulgação, dois dias depois, do Decreto Federal nº 5.568, que atestava a legalização do contrato pelo Congresso Nacional, e do Decreto Estadual nº 8.045, de 8 de dezembro de 1928, pelo qual o governo de Minas Gerais autorizava a Itabira a iniciar suas atividades. (35)

Em setembro de 1930, a Itabira obteve, mais uma vez, a dispensa da construção da usina, aproveitando-se do descontentamento dos pequenos fabricantes de ferro-gusa diante da possibilidade de a empresa instalar uma siderúrgica. (36)

Devidamente legalizada para desenvolver seus planos no Brasil, a Itabira buscou financiamento junto aos bancos europeus e norte-americanos. Entretanto, a crise econômica mundial

de 1929 e a subsequente retração dos mercados financeiros, aliadas às transformações políticas e institucionais trazidas pela Revolução de 1930, abriram uma nova etapa na luta da Itabira Iron para a implantação de seus projetos.

Ainda nos anos 20, uma outra importante companhia se formou no Brasil com a participação do capital estrangeiro. Trata-se da Belgo-Mineira, nascida em 1921 da associação entre a Companhia Siderúrgica Mineira e um dos maiores trustes internacionais do aço, a Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelingen (ARBED). (37) Segundo Luciano Martins, (38) o projeto da Belgo-Mineira não suscitou a oposição nacionalista porque tinha características exatamente opostas às da Itabira. O contrato da Belgo-Mineira não lhe conferia poderes monopolistas, nem a empresa tinha como principal objetivo a exportação do minério de ferro. Além disso, usava combustível nacional (carvão vegetal), representava uma associação de capital estrangeiro com capital brasileiro e começou a produzir imediatamente. De fato, nos anos 30, a Belgo-Mineira iria se tornar um dos maiores fabricantes de aço do país.

Notas

- (1) Sobre a legislação colonial e imperial referente à mineração, ver Atílio Vivacqua, *A nova política do subsolo e o regimento legal das minas*, p. 497-498; João Pandiá Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação*, v. 3, p. 16-47, e Francisco Ignácio Ferreira, *Repertório jurídico do mineiro*.
- (2) A esse respeito, ver Atílio Vivacqua, *op. cit.*, p. 519-544.
- (3) Ver José Epitácio Passos Guimarães, *Epítome da história da mineração*, p. 102-120.
- (4) Ver Edward McNall Burns, *História da civilização ocidental*, v. 2, p. 674-675.
- (5) Idem, *ib.*, v. 2, p. 677. Ver também Valentin Vasquez de Prada, *História econômica mundial*, v. 2, p. 211-214.
- (6) Ver José Epitácio Passos Guimarães, *op. cit.*, p. 102-103, traz uma listagem das jazidas minerais existentes nas várias regiões do Brasil feita por Itagyba Barçante, autor de *Economia rural brasileira*.
- (7) Ver José Murilo de Carvalho, *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*.
- (8) Ver Martha Maria de Azevedo Chiarizia, *Itabira Iron Ore Company Limited*, p. 4, e Edmundo de Macedo Soares e Silva, *O ferro na história e na economia do Brasil*, p. 49.
- (9) Para maiores informações, ver Senado Federal, *O governo presidencial do Brasil 1889-1930. Guia administrativo do Poder Executivo no período da República Velha*, p. 50.
- (10) Ver Glycon de Paiva, "O Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (1907-1933) como antecessor do DNPM" (discurso pronunciado no jantar da SEMOP pelo cinquentenário do DNPM), mimeo, n.p.
- (11) Ver Wilson Suzigan, *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*, p. 257.
- (12) Ver IBGE, *Séries estatísticas retrospectivas*, v. 2, t. 1, p. 463.
- (13) Para mais informações, ver Wilson Suzigan, *op. cit.*, p. 232-245.
- (14) A Usina Esperança foi constituída em 1888 por iniciativa do metalurgista suíço Alberto Gerspacher e dos brasileiros Amaro da Silveira e Carlos da Costa Wigg próximo à cidade de Itabirito, Minas Gerais. Seu alto-forno, à base de carvão vegetal, entrou em operação em 1891, podendo produzir de 4 a 5 toneladas diárias de ferro-gusa. Propriedade da Companhia Forjas e Estaleiros entre 1892 e 1897 e da firma Leandro Queiroz entre 1897 e 1899, a Usina Esperança foi adquirida nesse último ano pelo engenheiro J. J. Queiroz Júnior. Em 1916, com a morte de seu proprietário, a usina passou a denominar-se Usina Queiroz Junior. Ver Wilson Suzigan, *op. cit.*, cap. 4, e Martha M. de Azevedo Chiarizia, *op. cit.*, cap. 1.
- A Companhia Siderúrgica Mineira foi criada em 1917, em Sabará, por Amaro Lanari, Cristiano Guimarães e Gil Guatimosin, ex-alunos da Escola de Minas de Ouro Preto. A produção, iniciada em 1920, era de 10 toneladas de gusa por dia. O minério de ferro era extraído da jazida de Andrade, próximo à usina, de onde era transportado pelos vagões da Estrada de Ferro Central do Brasil. O carvão de madeira era obtido nas matas da região. Ver Edmundo de Macedo Soares e Silva, *op. cit.*, p. 61-62.
- (15) Ver Congresso Nacional, *Anais da Câmara dos Deputados, Sessões de 1 a 31 de julho de 1909*, IV, p. 278-279.
- (16) Ver Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil*, p. 188-189, e Itagyba Barçante, *Economia rural brasileira*, v. 1, p. 105.
- (17) Ver Martha Chiarizia, *op. cit.*, cap. 1.
- (18) Idem, *ib.*
- (19) Além de Martha Chiarizia, outros autores analisaram o caso da *Itabira Iron Ore Co.* Ver o excelente trabalho de Luciano Martins, *Politique et développement économique: structure de pouvoir et système de décisions au Brésil*.
- (20) Para a história da EFVM, ver Lucílio Rocha Ribeiro, *Pequena contribuição à história da Estrada de Ferro Vitória a Minas*, e Derneval Pimenta, *O minério de ferro na economia nacional*, entre outros.
- (21) Tudo isto foi definido pelo Decreto nº 7.773, de 30 de dezembro de 1909. Ver Wilson Suzigan, *op. cit.*, p. 261.
- (22) Ver Alzira Alves de Abreu, "Itabira Iron Ore Company", *Dicionário histórico-biográfico brasileiro; 1930-1983*, v. 2, p. 1.629 (doravante DHBB).
- (23) Ver Wilson Suzigan, *op. cit.*, p. 262.
- (24) Para mais detalhes, ver Alzira Alves de Abreu, *op. cit.*, p. 1.629.
- (25) Ver Clélio Campolina Diniz, *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*, p. 46.
- (26) Ver Wilson Suzigan, *op. cit.*, p. 262.
- (27) Percival Farquhar iniciou suas atividades empresariais no Brasil em 1904, quando teve importante participação na constituição da *Rio de Janeiro Tramways, Light and Power*. Nos anos seguintes, ampliou seu raio de ação, representando os interesses de grupos europeus e norte-americanos em diversas frentes: estradas de ferro (inclusive a polêmica Madeira-Mamoré), frigoríficos, serviços portuários, borracha, madeira, entre outros. Ver o verbete "Farquhar, Percival", *DHBB*, v. 2, p. 1.239-1.240.
- (28) Ver Martha Chiarizia, *op. cit.*, p. 27-28 e 33.
- (29) Idem, *ib.*, p. 35-37, e Alzira Alves de Abreu, *op. cit.*, p. 1.629.
- (30) Idem, *ib.*
- (31) Ver Osny Duarte Pereira, *Ferro e independência*, p. 32.
- (32) Ver Clélio Campolina Diniz, *op. cit.*, p. 46.
- (33) Ver Francisco Magalhães Gomes, *História da siderurgia no Brasil*, p. 159-161.
- (34) Ver Martha Chiarizia, *op. cit.*, p. 66.
- (35) Idem, *ib.*, p. 67.
- (36) Idem, *ib.*, p. 68.
- (37) Sobre a Belgo-Mineira, ver Francisco Magalhães Gomes, *op. cit.*, José Murilo de Carvalho, *op. cit.*, e Wilson Suzigan, *op. cit.*, entre outros.
- (38) Ver Luciano Martins, *op. cit.*, p. 214.

CAPÍTULO 2

A Criação da Companhia Vale do Rio Doce



Minério de ferro sendo descarregado dos caminhões no porto de Vitória (ES). 1940.

CVRD - ARQUIVO SUCEM - FOTO: ERICH HESS

1. Os Códigos de Minas de 1934 e 1940

Ao assumir a chefia do Governo Provisório após a vitória da Revolução de 30, Getúlio Vargas deu início a uma ampla reforma institucional visando à centralização político-administrativa do país e ao fortalecimento da ação do Estado no campo social e nas atividades econômicas, voltadas estas, cada vez mais, para a industrialização.

A preocupação do governo revolucionário com a exploração dos recursos minerais foi expressa pela primeira vez em fevereiro de 1931. Na ocasião, em discurso proferido em Belo Horizonte, Vargas enfatizou a necessidade de nacionalização das reservas minerais, sobretudo das jazidas de ferro. (1) Essa preocupação ganhou forma com os decretos nº 20.223, de 17 de julho, e nº 20.799, de 16 de dezembro daquele mesmo ano, suspendendo todos os atos que implicassem alienação ou oneração de qualquer jazida mineral. (2) O Decreto nº 20.223 foi a primeira de uma série de medidas tomadas ao longo do governo Vargas, relativas aos aspectos legais da atividade de mineração, tendo em vista viabilizar o desenvolvimento econômico do país através do aproveitamento das riquezas do subsolo.

O interesse do governo pela mineração também se fez sentir na esfera administrativa. Em 28 de julho de 1933, dentro do processo de reestruturação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, foi criada a Diretoria Geral da Produção Mineral. Pelo Decreto nº 23.979, de 8 de março de 1934, essa diretoria passou a denominar-se Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), abrangendo os seguintes órgãos: Serviço de Fomento da Produção Mineral, Serviço Geológico e Mineralógico, Laboratório Central da Produção Mineral, Serviço de Águas e Escola Nacional de Química. (3) O DNPM tinha, portanto, a seu encargo o estudo de todos os assuntos relativos à produção mineral do país e ao ensino técnico correspondente, bem como os que se referiam ao conhecimento da geologia do território nacional e ao aproveitamento de águas para fins de produção de energia ou de irrigação.

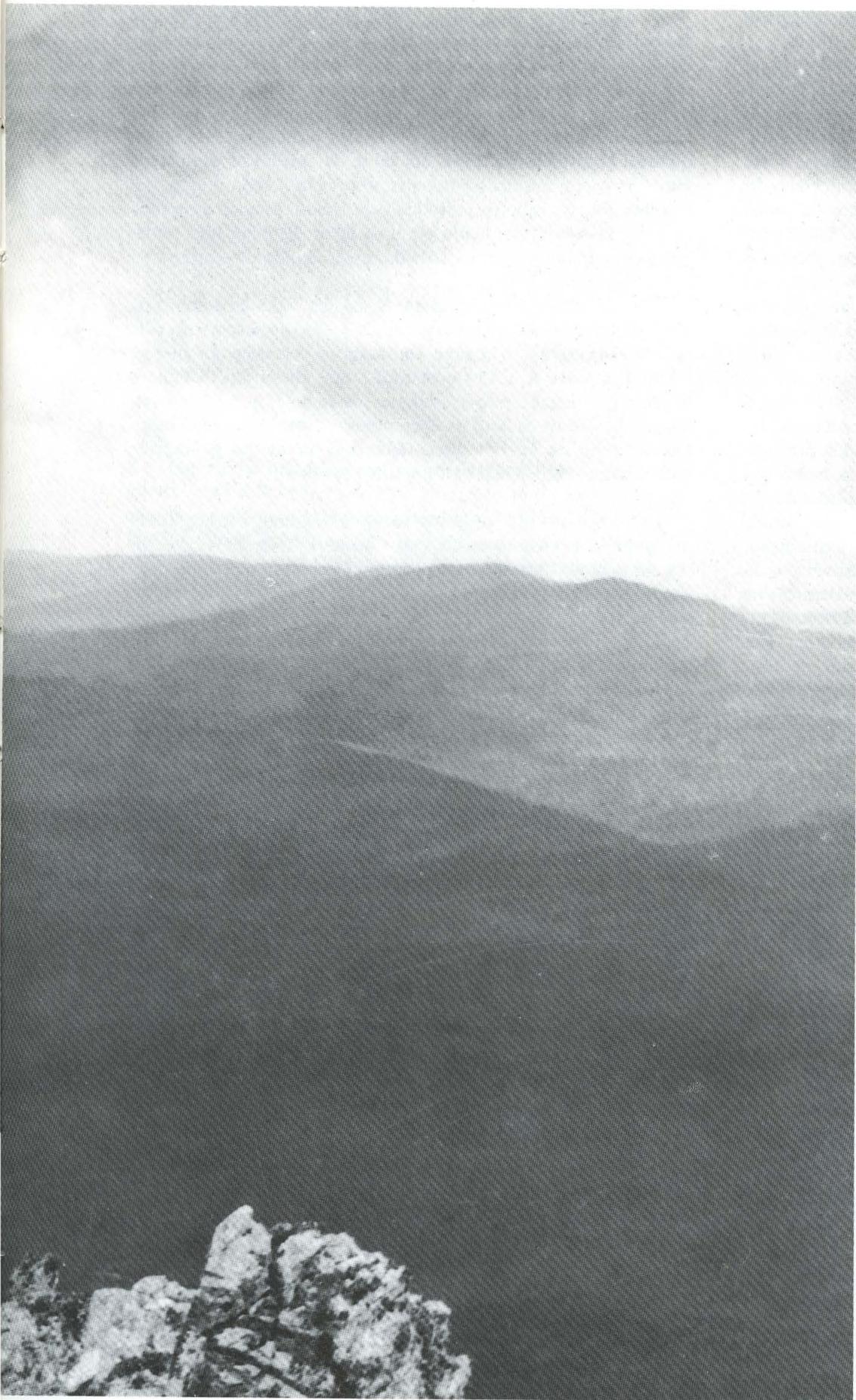
Como coroamento dessas medidas, em 10 de julho de

1934, através do Decreto nº 24.642, foi promulgado o Código de Minas. (4) Juntamente com o Código de Águas, baixado na mesma data, o Código de Minas foi a contribuição mais importante do Governo Provisório em matéria de normas jurídicas de intervenção do Estado no campo econômico. Com ele modificou-se substancialmente o regime jurídico das minas instituído pela Constituição de 1891, já que se estabeleceu, como postulado básico, a distinção entre a propriedade do solo e a propriedade das jazidas e demais riquezas do subsolo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

O Código de Minas compunha-se de 95 artigos e teve como principal redator Domingos Fleury da Rocha, então diretor do DNPM, respaldado pelo ministro da Agricultura Juarez Távora. Embora tenha sido promulgado em 10 de julho, só foi publicado em 23 de julho, dias após a promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934. Guardando completa compatibilidade com os princípios da nova carta, o Código caracterizava as jazidas como bens imóveis, distintos e não integrantes das terras em que se encontravam, e atrelava seu aproveitamento a autorização ou a concessão do governo federal. As autorizações de pesquisa e concessões de lavra seriam dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, ficando assegurada, ao proprietário do solo, preferência para a exploração ou co-participação nos lucros, caso a lavra fosse concedida a terceiros. O direito a concessão de lavra dependeria, obrigatoriamente, de trabalhos prévios de pesquisa, cujo valor econômico fosse reconhecido pelo DNPM. A concessão perduraria enquanto a lavra fosse mantida em franca atividade, e a sua superfície não poderia exceder à área máxima marcada no regulamento para cada classe de jazida. Postulava-se também a nacionalização progressiva das minas e jazidas minerais julgadas essenciais à defesa econômica ou militar do país.

O Código de 1934 partia da distinção entre jazida e mina, considerando jazida toda a massa de substâncias minerais ou fósseis existente no interior ou na superfície da terra que viesse a ser valiosa para a indústria e mina “as jazidas na extensão concedida, conjunto de direitos constituídos dessa proprie-





Afloramentos de hematita no Pico do Cauê. Itabira (MG), 1935.

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE

dade, os efeitos das explorações, e ainda o título de concessão que a representam”.

Para efeito de aproveitamento das jazidas, o Código estabeleceu dois regimes diversos de exploração. Em relação às jazidas que estivessem sendo lavradas na data da publicação do Código, ficava determinado que elas poderiam continuar a ser exploradas independentemente da autorização ou concessão do poder público, desde que fossem manifestadas dentro do prazo máximo de um ano contado a partir daquela mesma data. Deste manifesto deveriam constar a prova da existência, a natureza e as condições da jazida, bem como a extensão dos direitos do proprietário sobre a mesma. As substâncias minerais próprias para construção não dependiam de autorização ou concessão. Seu aproveitamento ficava reservado exclusivamente aos respectivos proprietários, observados os regulamentos administrativos.

Em relação às jazidas conhecidas, mas ainda não lavradas na data da publicação do Código, ficava determinado que elas continuariam a pertencer ao proprietário do solo, porém, para explorá-las, o proprietário dependia da concessão do governo. Também neste caso, o proprietário tinha preferência para a lavra ou co-participação nos resultados da exploração. Para os efeitos do Código, só seriam consideradas conhecidas as jazidas que fossem manifestadas ao poder público dentro dos mesmos prazos e regras determinadas no caso anterior. Ficou consagrado ainda que todas as jazidas desconhecidas até a data da publicação do Código, quando descobertas, seriam incorporadas ao patrimônio da União como propriedade imprescritível e inalienável. Também foram incluídas, nesse caso, as jazidas conhecidas, mas não manifestadas nos termos do Código.

A concessão de lavra só seria dada após o parecer favorável do DNPM e a partir da publicação do próprio decreto de concessão. O início da lavra deveria ocorrer dentro do prazo máximo de um ano, salvo circunstância de força maior plenamente justificada e aceita pelo governo. A fiscalização dos trabalhos de pesquisa e lavra de jazidas seria igualmente realizada pelo DNPM, que deveria receber relatórios anuais de lavra.

As empresas de mineração organizadas sob o regime do Código de Minas gozariam de isenção de impostos de importação para máquinas e ferramentas que não existissem no país e pagariam tarifas mínimas nas estradas de ferro, nas companhias de navegação e nos serviços de cais e baldeação nos portos. Para usufruir desses favores, as empresas eram obrigadas a admitir no seu serviço um mínimo de 2/3 de engenheiros e 3/4 de operários brasileiros natos. Deveriam ainda manter escolas para os operários e seus filhos na vizinhança do estabelecimento e fundar hospitais ou prover os necessários serviços médicos para o tratamento do seu pessoal, a juízo do governo.

No dia seguinte à promulgação do Código, o governo federal regulamentou o pagamento da taxa para as autorizações de pesquisa ou concessões de lavra e para a produção efetiva das minas exploráveis. O concessionário de lavra que não fosse proprietário da jazida mineral ou mina seria obrigado a recolher anualmente aos cofres federais, em duas prestações semestrais, quantia equivalente a 1,5% do valor da produção efetiva da mina. Se o concessionário fosse o proprietário, seria obrigado a recolher 3%. Os tributos lançados pela União, estados e municípios sobre o concessionário de uma lavra de mina não poderiam, em conjunto, exceder 25% da renda líquida da empresa.

A instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, permitiu uma intervenção ainda maior do Estado na vida econômica, graças ao regime autoritário e centralizador que se instalou no país. A nova Constituição, que entrou imediatamente em vigor, legalizando a mudança de regime, atribuía ao poder público funções bem mais complexas e ativas, assegurando-lhe o direito de intervir diretamente nas atividades produtivas para suprir as deficiências da iniciativa privada.

No que diz respeito ao setor mineral, a nova Carta mantinha os princípios básicos da Constituição de 1934, alterando, no entanto, um dispositivo de grande importância. Em consonância com o espírito nacionalista que marcou o advento do Estado Novo, a Constituição de 1937 proibiu explicitamente qualquer novo aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais por companhias estrangeiras, determinando que sua exploração só seria concedida a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros, em lugar simplesmente de empresas organizadas no Brasil, como preceituava a Constituição de 1934.

Em 1940, por intermédio do Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de janeiro, foi promulgado novo Código de Minas, que, além de manter as principais diretrizes do Código de 1934, incorporou os princípios nacionalistas da Constituição de 1937. Foi, assim, estabelecido que o direito de pesquisar ou lavar só poderia ser outorgado a brasileiros, pessoas naturais ou jurídicas, constituídas estas últimas de sócios ou acionistas brasileiros. O funcionamento de sociedades de mineração dependeria de autorização federal, mediante requerimento ao Ministério da Agricultura, instruído com a prova de sua organização e da nacionalidade brasileira dos sócios ou acionistas. Com o objetivo de forçar a exploração das jazidas manifestadas, o Código de 1940 determinou que, se a exploração não ocorresse dentro do prazo de cinco anos, a contar daquela data, as jazidas seriam incorporadas ao patrimônio da União. A mina foi caracterizada como a jazida em lavra e jazida como toda a massa de substância mineral ou fóssil existente no interior ou na superfície da terra que apresentasse valor para a indústria. (5)

2. O desfecho do caso Itabira

A série de transformações no regime legal das minas, inaugurada com a Revolução de 30, como não podia deixar de ser, teve conseqüências no encaminhamento do caso da Itabira Iron Ore Co., cujo contrato tanta polêmica causara na década de 1920. Ligavam-se à Itabira, proprietária das maiores reservas de minério de ferro do país, questões que se tornavam cada vez mais urgentes para resolver: a da exportação do minério, a da

implantação de uma usina siderúrgica de grande porte e a da possibilidade de uma companhia estrangeira desenvolver esses empreendimentos no Brasil.

A Itabira entrou nos anos 30 com seu contrato finalmente legalizado. No entanto, por não terem sido iniciadas as obras previstas no prazo fixado, em 27 de maio de 1931, por in-

No Pico do Cauê, Percival Farquhar (4º da esquerda); Sr. Charlton, administrador da Itabira Iron (5º) e Sr. Grosse, geólogo alemão (6º). Itabira (MG), 1935.

CVRD – ARQUIVO JORNAL DA VALE



termédio do Decreto nº 20.046, o ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, declarou a caducidade do contrato. Essa declaração foi pouco depois suspensa, para que fossem realizados estudos para a revisão do contrato.

Após ter passado pelo exame de diversas instâncias, (6) o contrato da Itabira foi encaminhado por Vargas ao Congresso, em maio de 1935. A posição do Executivo sobre a matéria naquele momento, constante da minuta de revisão do contrato, tornava facultativa a construção de uma usina siderúrgica e previa a construção, sem nenhum ônus para o governo, de uma ferrovia com 500 quilômetros de extensão entre o porto de Santa Cruz (ES) e Itabira, que permitiria a exportação do minério de ferro.

Por solicitação do Legislativo, as Forças Armadas foram chamadas a se manifestar sobre o assunto. Através de pareceres emitidos pelo Estado-Maior do Exército, pelo Estado-Maior da Armada e pelo Conselho do Almirantado, os militares declararam-se contrários ao contrato da Itabira e consideraram a questão siderúrgica não como uma simples questão econômica, mas também como um problema político, de cuja solução dependeria o futuro da defesa nacional. A partir daí, os militares passaram a desempenhar um papel decisivo na luta em prol da instalação da grande siderurgia no Brasil. (7)

Em 18 de junho de 1937, o contrato da Itabira voltou a ser discutido no plenário da Câmara dos Deputados. Durante a sessão, o deputado e ex-presidente da República Arthur Bernardes atacou frontalmente o projeto da Itabira, por considerá-lo lesivo aos interesses nacionais. Sugeriu um projeto substitutivo segundo o qual o governo organizaria, no momento oportuno, uma sociedade anônima, da qual subscreveria a maioria das ações, para explorar o minério de ferro, operar o transporte pela ferrovia Vitória a Minas, construir o cais de minério em Vitória e constituir uma frota marítima. (8) Quando Getúlio Vargas dissolveu o Congresso e instituiu o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, o contrato da Itabira ainda se encontrava sem solução. O presidente solicitou, então, ao Conselho Técnico de Economia e Finanças e ao Conselho Federal de Comércio Exterior pareceres sobre a questão. O parecer final do Conselho Técnico de Economia e Finanças, publicado em 1938 e tendo como relator o industrial Pedro Demóstenes Rache, recomendava a aceitação do contrato da Itabira Iron. Era, na verdade, um parecer contra a intervenção do Estado na economia, refletindo a posição de grupos privados fortemente representados naquele Conselho. (9)

No mesmo ano, a Sociedade Mineira de Engenheiros também se pronunciou sobre o assunto, através de um longo relatório intitulado "Siderurgia nacional e exportação de minérios de ferro", elaborado por Francisco de Magalhães Gomes e entregue ao ministro da Viação e Obras Públicas, general João Mendonça Lima. O relatório insistia na oposição ao projeto da Itabira, frisando a tradição do estado de Minas Gerais de defender os interesses nacionais, e propunha a criação de uma usina nacional a carvão vegetal no vale do rio Doce. Ao contrário do Conselho Técnico, os engenheiros mineiros defendiam a planificação e a intervenção do Estado na economia. (10)



Arthur Bernardes. Agosto de 1934.

ARQUIVO NACIONAL - CORREIO DA MANHÃ

A comissão criada no âmbito do Conselho Federal de Comércio Exterior também se manifestou contra a aprovação do contrato da Itabira e sugeriu, em fevereiro de 1939, o estabelecimento do monopólio do Estado na exportação do minério de ferro e de manganês e a organização da indústria siderúrgica sob regime estatal ou, na impossibilidade deste, semi-estatal, estendendo-se o controle do Estado a todas as indústrias de fabricação de aço. (11) Em maio seguinte, o Conselho de Segurança Nacional aprovou esse parecer. (12)

Ainda em 1939, o contrato da Itabira Iron Ore Company, assinado 17 anos antes, foi declarado definitivamente caduco pelo Decreto nº 1.507, de 11 de agosto. Com isso, a Itabira perdeu todas as concessões federais e estaduais de que era detentora. Porém, de acordo com o Código de Minas de 1934, continuava proprietária das terras e das minas de ferro de Itabira, uma vez que havia manifestado suas jazidas no devido tempo, (13) e também da maioria das ações da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Na verdade, as pretensões da Itabira já haviam sido drasticamente restringidas em 1937, uma vez que, segundo a nova Constituição, na condição de empresa estrangeira ela não poderia explorar diretamente as suas minas. Diante desse entrave, Percival Farquhar tratou de associar-se a capitalistas brasileiros, visando a organizar dois empreendimentos: um, para responder pelo transporte de minério de ferro pela EFVM e outro, para promover a exploração das minas de Itabira.

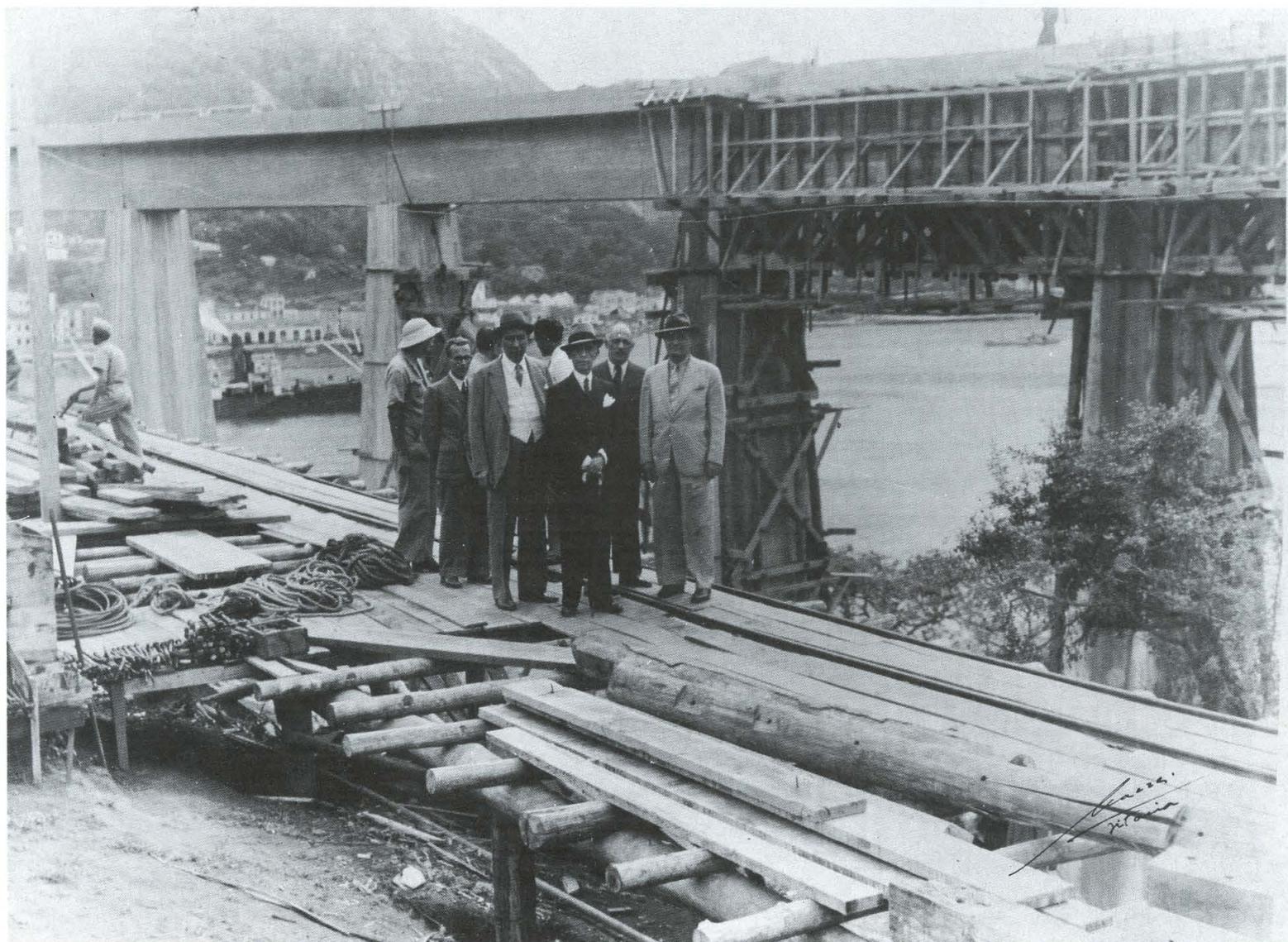
Assim, em agosto de 1939, ao mesmo tempo em que o contrato da Itabira soçobrava, Farquhar, tendo como sócios os empresários Gastão de Azevedo Vilela, Oliveira Castro, Ribeiro Junqueira, Mário W. Tibiriçá, Aminthas Jacques de Moraes e Athos de Lemos, fundou a Companhia Brasileira de Mineração e

Siderurgia, na qual detinha 47% das ações. (14) O Decreto nº 4.642, de 6 de setembro seguinte, autorizou o seu funcionamento e o Decreto-Lei nº 2.351, de 28 de junho de 1940, permitiu-lhe incorporar a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, exigindo em troca a remodelação da linha existente e a construção de dois novos trechos. (15)

Em julho de 1940, a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia deu início à construção do trecho final da ferrovia, de Desembargador Drumond a Itabira, que seria concluído em 1943. Em seguida, foi efetuado, no porto de Vitória, o primeiro embarque de minério de ferro (5.750 toneladas) proveniente de Itabira, com destino a Baltimore, Estados Unidos. O minério de ferro era do tipo *lump*, granulado de hematita

Visita de Afranio de Mello Franco e comitiva às obras do cais de minério de Atalaia, em Vitória, no início da década de 1940. Da direita para a esquerda, João Punaro Bley (1º) e Afranio de Mello Franco (3º).

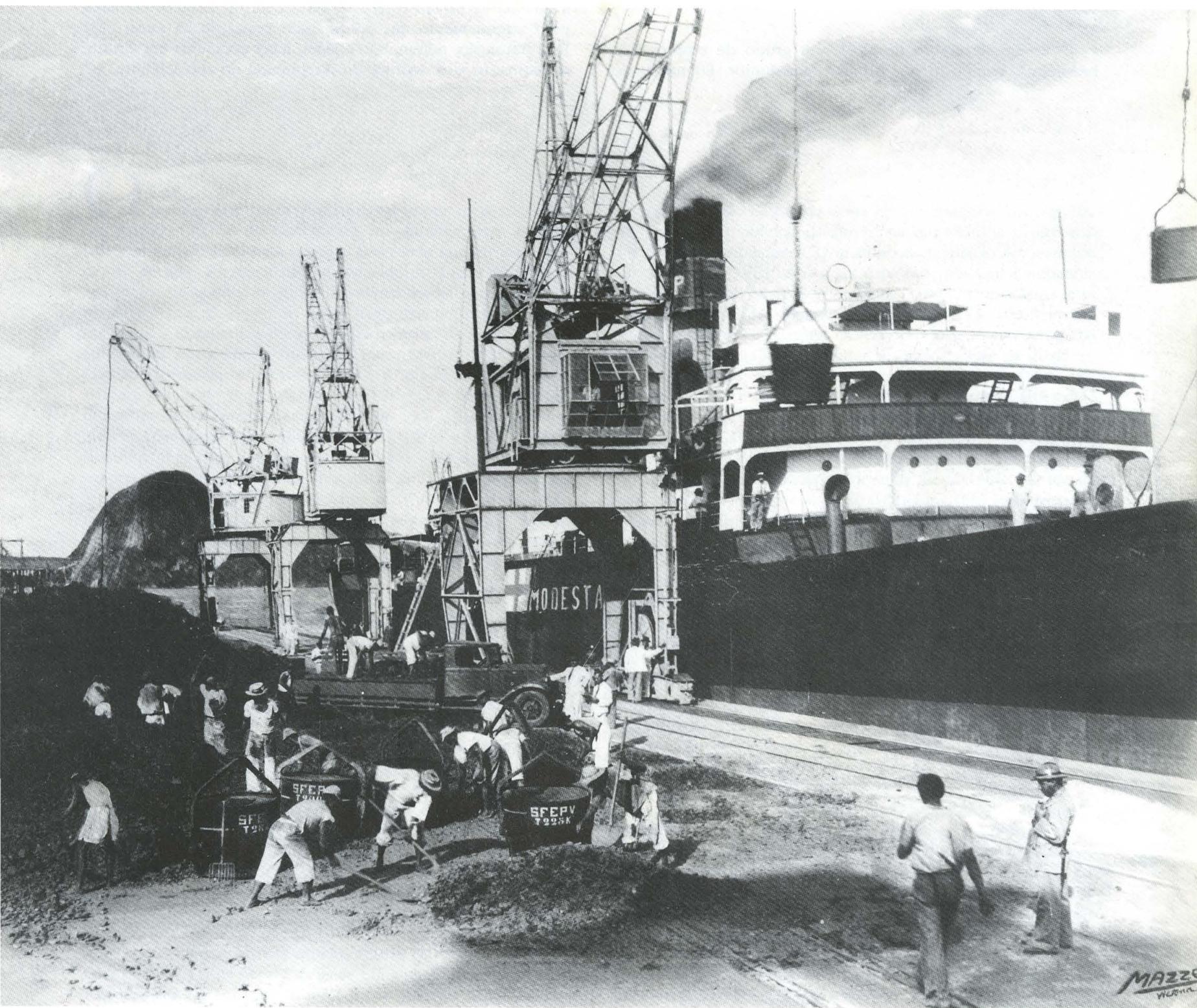
FGV/CPDOC – ARQUIVO JOÃO PUNARO BLEY. FOTO: MAZZEI. REPRODUÇÃO: GIL RIBEIRO





Primeiro embarque de minério de ferro no Porto de Vitória, no navio grego Modesta. Junho de 1940.

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE



MAZZE
WILSON

compacta, cujas características químicas e físicas tornavam possível seu emprego direto nas aciarias. Em 1941, a companhia, em conjunto com o governo do Espírito Santo, deu início às obras de construção do cais especial de minério, no Morro do Atalaia, defronte à cidade de Vitória. Nessa época, o minério era transportado em caminhões de Itabira para Desembargador Drumond e daí, de trem, até Pedro Nolasco, de onde era novamente transportado em caminhões até o cais do porto de Vitória, local em que ficava estocado para o carregamento nos navios. (16)

Em dezembro de 1941, um grupo de empresários brasileiros, composto por Afonso Pena Júnior, Edmundo de

Castro Lopes, José Monteiro Ribeiro, Álvaro Mendes de Oliveira, Francisco F. Pereira e, mais, Gastão de Azevedo Vilela, Mário W. Tibiriçá e Aminthas Jacques de Moraes, sócios de Farquhar na Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, fundou a Companhia Itabira de Mineração, com o objetivo de explorar as minas da Itabira Iron. Farquhar propôs ao grupo o arrendamento, com opção para compra, das minas, direitos e propriedades da Itabira Iron. Como indenização pela transferência desta opção, a companhia recém-criada teria de pagar a quantia de 30 mil contos de réis, além de 1.300.000 dólares pelo arrendamento das minas, pelo prazo de 25 anos. (17) Essa transação, porém, não chegou a ser concluída em virtude da assinatura dos Acordos de Washington no ano seguinte.

3. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional

O ano de 1939 foi de fundamental importância não apenas para o desfecho do caso Itabira, mas também para a instalação da grande siderurgia no país. É verdade que, desde o início da década, a capacidade nacional de produção de ferro e aço vinha crescendo, devido a investimentos na construção de novas usinas e na expansão das já existentes feitos por empresas como a Companhia Ferro Brasileiro (usina de Caeté, 1931), Siderúrgica Barra Mansa (usina de Barra Mansa, 1931), Belgo Mineira (usina de Monlevade, 1937), Companhia Metalúrgica Barbará (usina de Barra Mansa, 1937), Usina Siderúrgica e Laminadora Nossa Senhora Aparecida (São Paulo, 1938), Siderúrgica Rio Grandense (Rio Grande do Sul, 1938) e Pirie, Villares & Companhia (São Caetano do Sul, 1939). (18) Apesar de um avanço inegável, (19) a auto-suficiência em ferro e aço estava longe de ser alcançada, uma vez que mais de 3/4 do aço laminado consumido eram importados. De fato, ao final da década de 1930 a indústria siderúrgica brasileira era de pequeno porte, baseada no carvão vegetal, combustível cada vez mais caro e de difícil obtenção.

Os primeiros passos para alterar essa situação foram dados em janeiro de 1939, quando, por sugestão do ministro Mendonça Lima, o presidente Vargas enviou à Europa o tenente-coronel Edmundo de Macedo Soares, encarregando-o de verificar a possibilidade de obter a colaboração de capitais estrangeiros e exportar o minério de ferro brasileiro para aquele continente. Entretanto, a iminência da eclosão da Segunda Guerra Mundial desinteressou os países europeus de investir no Brasil. Em março, em missão aos Estados Unidos, o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, manteve contato com a United States Steel Co., maior produtora de aço do mundo, que se mostrou interessada em colaborar com o governo brasileiro na montagem da primeira usina a coque no país. (20)

Em junho seguinte, a United States Steel enviou técnicos ao Brasil para estudar a viabilidade da construção de uma grande usina a coque, com capitais mistos. Na ocasião foi criada uma comissão conjunta de técnicos norte-americanos e brasileiros, da qual faziam parte Edmundo de Macedo Soares, Plínio

Cantanhede, João Batista da Costa Pinto e Joaquim Arrojado Lisboa, com a incumbência de apresentar um relatório demonstrativo dessas possibilidades. O relatório da comissão recomendou a construção de uma usina a ser explorada por uma companhia brasileira do tipo sociedade anônima, cuja organização e direção seriam discutidas conjuntamente pelo governo brasileiro e a United States Steel. A usina deveria produzir inicialmente 285 mil toneladas anuais de produtos acabados, entre os quais trilhos e acessórios, perfis, ferros redondos e chatos, chapas, folhas-de-flandres e ferro-gusa para fundição. Ficou estabelecido que a usina funcionaria com o coque obtido da mistura do carvão de Santa Catarina com o carvão importado e se localizaria perto da cidade do Rio de Janeiro, nas proximidades do subúrbio de Santa Cruz. A siderúrgica seria servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil e o porto de Laguna (SC) seria preparado para permitir o escoamento do carvão. (21)

Os entendimentos entre os técnicos brasileiros e norte-americanos tiveram como consequência imediata a criação, em 5 de agosto de 1939, da Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico, presidida por Edmundo de Macedo Soares. A comissão elaborou um plano completo para a organização da siderurgia brasileira, recomendando também a constituição do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, órgão de cúpula destinado a articular os problemas conexos da mineração em geral, dos combustíveis sólidos e da metalurgia. Esse conselho viria a ser efetivamente criado em 3 de outubro de 1940, através do Decreto-Lei nº 2.666. (22)

Antes disso, em março de 1940, foi criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, que estabeleceu as bases para a organização da primeira grande usina brasileira. Integradamente, entre outros, pelo empresário Guilherme Guinle e Edmundo de Macedo Soares – principais responsáveis, respectivamente, pelos projetos financeiro e técnico da usina – a comissão previu uma produção média de 300 mil toneladas de perfis médios e pesados, trilhos, chapas e folhas-de-flandres. Para a localização da usina, foi finalmente escolhida a área de Volta Redonda, município de Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro. (23)

Após longa e acidentada negociação com os Estados Unidos, que envolveu a permissão para a instalação de bases norte-americanas no Nordeste, o Brasil obteve um empréstimo de 20 milhões de dólares do Eximbank para a aquisição de maquinaria. Em assembléia geral realizada no dia 9 de abril de 1941, foi finalmente fundada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sendo subscritos 500 milhões de cruzeiros de capital social. Em troca do empréstimo, o governo dos Estados Unidos exigiu que fosse organizado um escritório executivo formado por engenheiros brasileiros e norte-americanos encarregados de coordenar todo o trabalho de cálculo final da usina e de escolha do material. (24)

A construção da usina de Volta Redonda começou ainda em 1941. Os primeiros setores da usina a entrar em funcionamento foram os fornos de coque e o setor de subprodutos (alcatrão, piche, benzol, nafta etc.), em abril de 1945. Ao final da Segunda Guerra Mundial, 80% da usina estavam concluídos.

Com a inauguração de Volta Redonda, a produção brasileira de aço passou de 205.935 toneladas, em 1945, para 788.557 toneladas, em 1950. (25) Durante o período de construção da usina, foi ampliada a malha ferroviária da Central do Brasil, ligando o Rio de Janeiro a Volta Redonda, e eletrificado o trecho Nova Iguaçu – Barra do Pirai.

Os centros de mineração de Minas Gerais e Santa Catarina em que a companhia operava também foram beneficiados com obras de infra-estrutura. (26) Em Minas, a CSN adquiriu, entre outras, as propriedades de A.Thum e Cia. (Casa de Pedra), perto de Conselheiro Lafaiete, que continham jazidas de ferro e manganês. Em 1946, recebeu, como doação da Companhia Metropolitana, uma área de 6 mil hectares, no sul de Santa Catarina, com uma reserva de 30 milhões de toneladas de carvão mineral. Aí foram construídas duas usinas termelétricas, para garantir o fornecimento de energia às minas da região, e uma usina de beneficiamento no município de Tubarão. (27)

O governo brasileiro e o governo britânico, representados pelo ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, e o embaixador Noel Charles, ratificam os termos do acordo de março de 1942, que previa a transferência para o Brasil, das minas, da EFVM, dos bens e dependências da Itabira Iron. Rio de Janeiro, junho de 1942.

4. Os Acordos de Washington e a criação da Companhia Vale do Rio Doce

O interesse das potências ocidentais envolvidas na Segunda Guerra Mundial em garantir o fornecimento de matérias-primas estratégicas, principalmente o minério de ferro, para o esforço bélico contra as potências do Eixo, criou uma conjuntura favorável para que se definisse outra questão controversa que havia muito se arrastava sem solução: a da exportação do minério de ferro brasileiro. Nessa definição, teve papel fundamental a assinatura dos Acordos de Washington. (28)

Firmados em 3 de março de 1942 na capital norte-americana e tendo como signatários os governos do Brasil, representado pelo ministro da Fazenda Artur de Souza Costa, da Inglaterra e dos Estados Unidos, os Acordos de Washington, entre outros pontos, definiram as bases para a organização no Brasil de uma companhia de exportação de minério de ferro. Pelos acordos, o governo britânico se obrigava a adquirir e transferir ao governo brasileiro, livres de quaisquer ônus, as ja-



zidas de minério de ferro pertencentes a Itabira Iron, (29) ao passo que o governo norte-americano se comprometia a fornecer um financiamento no valor de 14 milhões de dólares, por intermédio do Eximbank. Estes recursos seriam utilizados para a compra, nos Estados Unidos, de equipamentos, máquinas, material rodante e serviços necessários ao prolongamento e restauração da Estrada de Ferro Vitória a Minas e ao aparelhamento das minas de Itabira e do porto de Vitória, de modo a assegurar a produção, transporte e exportação de 1,5 milhão de toneladas/ano, a serem compradas, em partes iguais, pelos dois países, por um prazo de três anos, a um preço bastante inferior ao de mercado. O contrato trienal poderia ser renovado até o fim da guerra. Findo o conflito e cumprido o último contrato trienal, Estados Unidos e Inglaterra ainda manteriam

o direito de aquisição do minério, já então a preços de mercado livre.

O governo brasileiro encamparia a EFVM e promoveria o reaparelhamento do complexo produtivo por meio da criação de uma companhia encarregada da extração, do transporte e do embarque do minério de Itabira, na quantidade prevista. A empresa seria administrada por diretores brasileiros e norte-americanos, até que, pagas todas as promissórias referentes ao empréstimo e liquidadas as suas obrigações, a exploração das minas reverteria integralmente ao governo brasileiro.

De volta ao Brasil, o ministro Souza Costa solicitou a Vargas a formação de uma comissão para elaborar as propostas

Minério extraído manualmente, sendo carregado em cestos de palha para os vagões. Presidente Vargas (MG), 1942.

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE. FOTO: J. MANZON





Pico do Cauê nos primeiros anos de extração do minério. Presidente Vargas (MG), [1942-45].

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE. FOTO: J. MERJANE



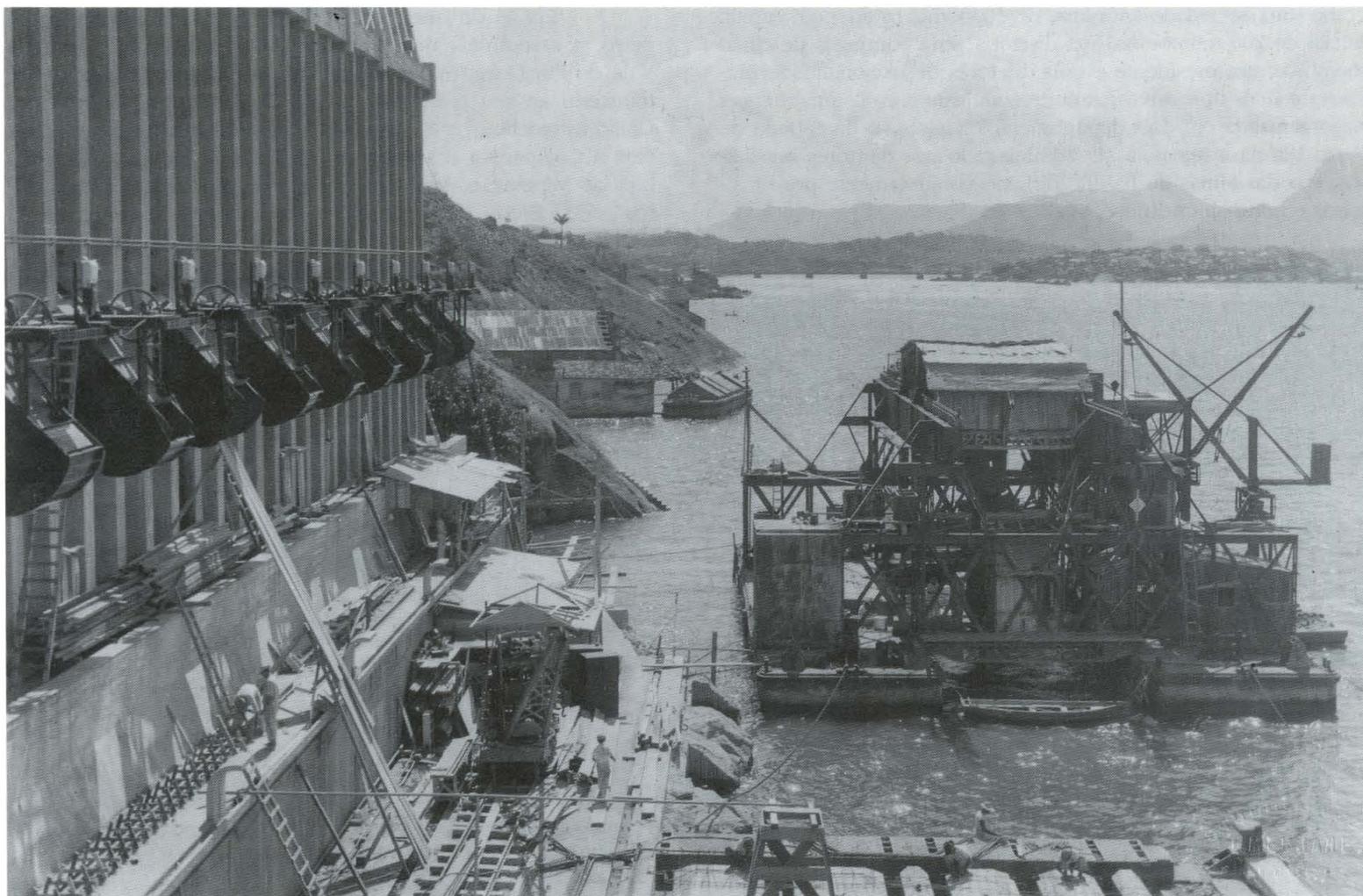
Israel Pinheiro assinando o termo de posse na presidência da CVRD. 1942.

AGÊNCIA O GLOBO

de regulamentação dos acordos assinados em Washington. Constituída em 1º de abril de 1942, no final daquele mês a Comissão Especial para a Regulamentação dos Acordos de Washington apresentou relatório ao ministro da Fazenda tratando da exploração, do transporte e da exportação de minério de ferro. Depois de aprovado o relatório e ratificados os acordos pelos governos brasileiro, norte-americano e britânico, o presidente

Getúlio Vargas, mediante o Decreto-lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942, definiu as bases em que seria organizada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). (30)

Pelo Decreto-lei, deveriam ser encampadas a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e a Companhia Itabira de Mineração. Os acionistas da primeira seriam indenizados em



Obras de construção do cais de minério de Atalaia, no porto de Vitória. Novembro de 1944.

CVRD – ARQUIVO JORNAL DA VALE. FOTO: J. MERJANE

dinheiro pelo governo federal; além disso, seria rescindido o contrato relativo à remodelação e ao prolongamento da EFVM, celebrado em junho de 1940 entre a Mineração e Siderurgia e a União. Os acionistas da segunda companhia, que ainda se encontrava em organização, seriam igualmente indenizados, mediante a avaliação dos estoques de minério, instalações, veículos e utensílios de sua propriedade.

Os bens incorporados ao patrimônio da União seriam administrados, até a organização definitiva da CVRD, por um superintendente. O governo federal nomeou para o cargo o engenheiro Israel Pinheiro, secretário de Agricultura de Minas Gerais e um dos membros da Comissão Especial.

A Companhia Vale do Rio Doce seria constituída

como uma sociedade anônima, de economia mista, com capital inicial de 200 mil contos. Sua diretoria seria composta de cinco membros, um presidente e dois diretores de nacionalidade brasileira e mais dois diretores norte-americanos. A Companhia seria organizada em dois departamentos básicos: o da Estrada de Ferro Vitória a Minas, a ser administrado por diretores brasileiros, e o das Minas de Itabira, dirigido conjuntamente por brasileiros e norte-americanos.

Entre junho de 1942 e os primeiros dias de janeiro de 1943, período que antecedeu a sua constituição de fato, a Companhia Vale do Rio Doce foi dirigida pelo superintendente Israel Pinheiro. (31) Foram-lhe expressamente confiadas as tarefas de administrar os bens incorporados ao patrimônio da União e a EFVM, dar prosseguimento às obras de prolongamento da ferrovia no trecho entre Desembargador Drumond e Itabira, explorar as minas de ferro em Itabira, construir um embarcadouro especial e ampliar o porto de Vitória.

Ao longo desses meses, importantes iniciativas foram tomadas. Abriam-se as negociações com o Eximbank para a concessão de um empréstimo de 14 milhões de dólares, e contratou-se a firma de consultoria norte-americana Parsons, Klapp, Brinckerhoff & Douglas (PKBD) para realizar os estudos técnicos e os projetos necessários à exploração das minas e ao reaparelhamento e remodelação da EFVM. A PKBD deveria também proceder à aquisição de equipamentos e materiais a serem usados na execução do programa. No período, foram enviadas dos EUA cerca de 8 mil toneladas de material, em sua maioria trilhos e acessórios.

No tocante aos trabalhos de exploração, a compra ou arrendamento de 90 vagões e nove locomotivas permitiu o transporte, naqueles meses, de 41 mil toneladas de minério de ferro. Além disso, foram iniciadas as obras de construção do ramal entre Itabira e as jazidas do Cauê, foi concluída a preparação do leito e foram colocados os primeiros trilhos do trecho entre Capoeirana e Itabira. As obras do cais de minério, em Vitória, tiveram prosseguimento.

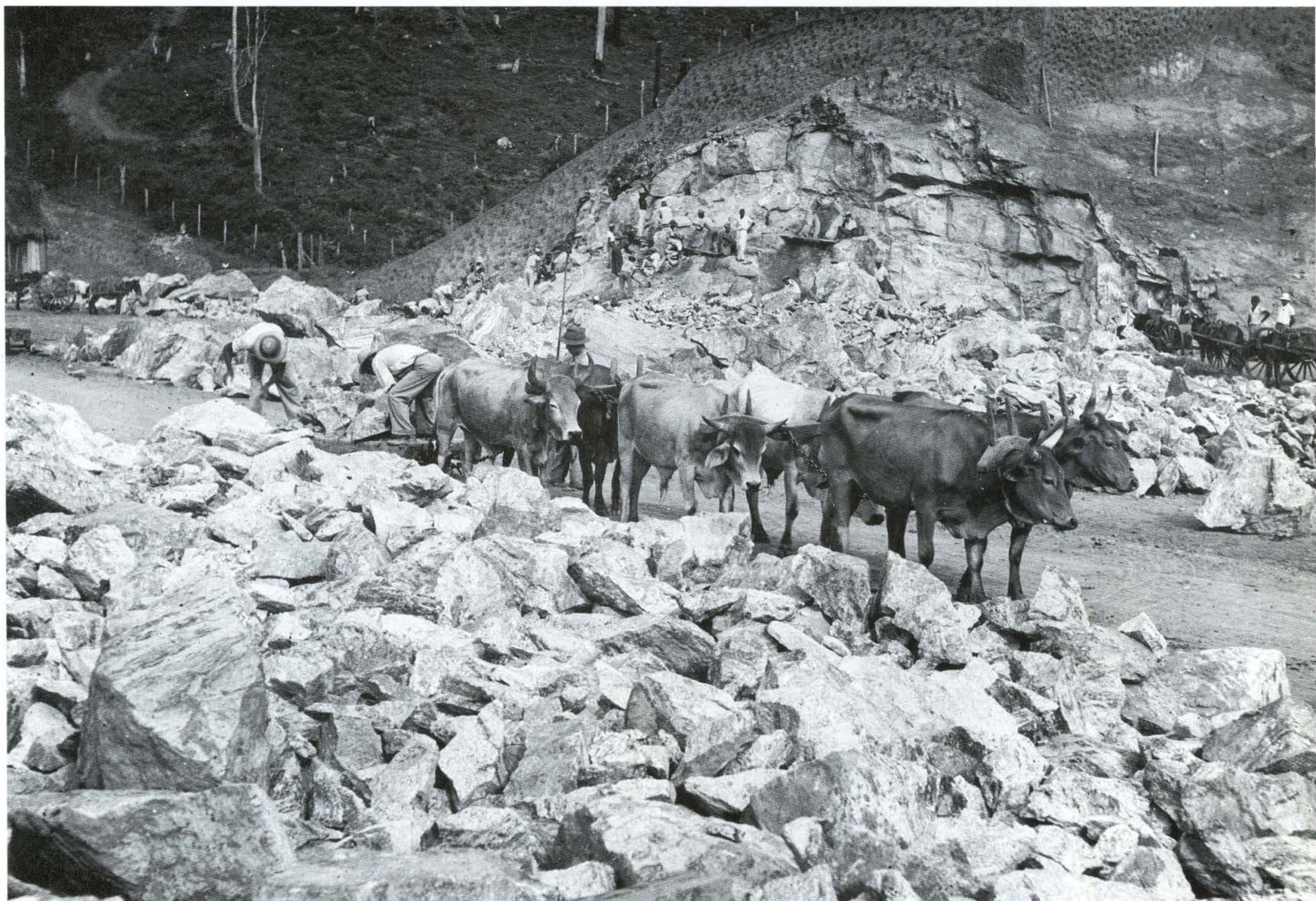
No final de 1942, o superintendente divulgou manifesto referente à subscrição das ações da CVRD: 110 mil contos seriam subscritos pelo Tesouro Nacional (ações ordinárias) e 90 mil ficariam à disposição do público (ações preferenciais). Na ocasião, os bens patrimoniais da Companhia foram estimados em 739 mil contos de réis.

Em 11 de janeiro de 1943, foi realizada, no Rio de Janeiro, a assembléia de constituição definitiva da Companhia Vale do Rio Doce, (32) que aprovou os estatutos da empresa e transferiu ao seu patrimônio as minas de Itabira, "tal como a União as recebeu", a EFVM e todos os bens que haviam pertencido à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e à Itabira de Mineração, "tudo pelo valor de 80 milhões de cruzeiros". (33) Ficou determinado que a sede administrativa da CVRD ficaria localizada na cidade de Itabira e que o domicílio para todos os efeitos jurídicos seria no Rio de Janeiro.

De acordo com os artigos 14 e 15 dos estatutos, a diretoria da companhia seria composta por um diretor-presidente, de livre escolha do presidente da República, e por quatro diretores escolhidos pela Assembléia Geral. Depois de seis meses como superintendente, Israel Pinheiro foi indicado para ocupar a presidência, continuando, assim, à frente da CVRD. Os diretores eleitos foram os norte-americanos Robert K. West e C. Alvin Lawrenson, (34) representantes do próprio Eximbank, e os brasileiros general Denis Desiderato Horta Barbosa, a quem coube a vice-presidência, e major João Punaro Bley, interventor no Espírito Santo. A presença de Israel Pinheiro e Punaro Bley, figuras destacadas das políticas mineira e capixaba, revela bem a preocupação do governo federal de compor com as forças políticas daqueles estados, os mais diretamente envolvidos com a atuação da Companhia.

Os estatutos previam, ainda, confirmando disposição contida no Decreto-Lei nº 4.352, a criação de um fundo de melhoramento e desenvolvimento da região do vale do rio Doce. Esse fundo seria mantido com recursos provenientes de uma parcela dos lucros líquidos obtidos pela empresa, que seria aplicada em projetos elaborados em comum acordo com os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, aprovados pelo presidente da República. (35)

A Companhia Vale do Rio Doce nascia, assim, profundamente comprometida com a região que lhe deu o nome. Seus primeiros dirigentes tinham plena consciência da importância de a Companhia promover o desenvolvimento da área e, com esse objetivo, facultaram a utilização da ferrovia para o transporte, além do minério de ferro, de outras cargas e de passageiros. Essa iniciativa, que tornava mais complexo o sistema de controle de operações de estrada de ferro, permitiria transformar uma atividade eminentemente predatória, como a mineração, em fomentadora do desenvolvimento



Construção da Estação de Cavalinbos da Estrada de Ferro Vitória a Minas. [1942-45].

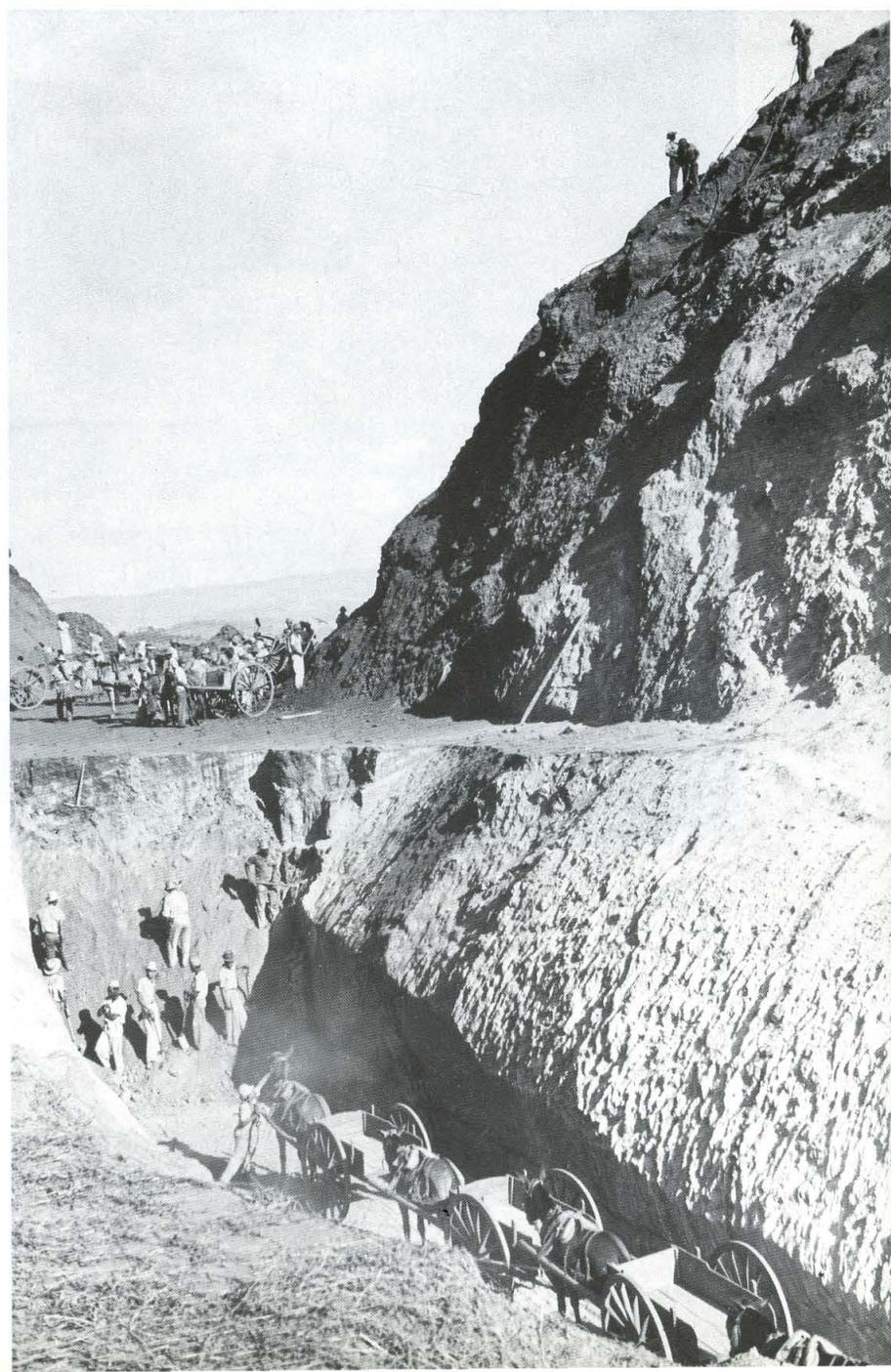
5. Os primeiros anos da CVRD

Preocupada em atingir a meta de exportação de 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro prevista nos Acordos de Washington, a primeira diretoria da CVRD concentrou seus esforços na melhoria das condições de funcionamento do complexo mina – ferrovia – porto. Para que esse objetivo pudesse ser atingido satisfatoriamente, contudo, era imprescindível a liberação dos recursos do Eximbank, igualmente previstos nos acordos.

Assim, em 18 de março de 1943, foi firmado um acordo financeiro entre o governo brasileiro, a CVRD e o Eximbank, por intermédio do qual o banco governamental norte-americano concedeu o empréstimo de 14 milhões de dólares, destinado ao financiamento das obras de ampliação da capacidade de produção das minas de Itabira, à reconstrução e ao reaparelhamento da ferrovia Vitória a Minas e à construção do cais de minério em Vitória. O empréstimo seria efetuado mediante notas promissórias emitidas pela CVRD, pagáveis em 20 anos a partir da data de emissão, com juros à taxa de 4% ao ano. (36) Posteriormente, o prazo de vencimento foi ampliado para 25 anos.

Garantidos os recursos externos, a CVRD deu continuidade, num ritmo mais intenso, às obras desenvolvidas pela Superintendência, que chegaram a empregar, no ano de 1944, cerca de 6 mil trabalhadores. As dificuldades, porém, eram de grande monta.

No que diz respeito às minas de Itabira, a exploração, recém-iniciada, se fazia por processos rotineiros, sem nenhuma aparelhagem mecânica, sendo o minério transportado em cami-

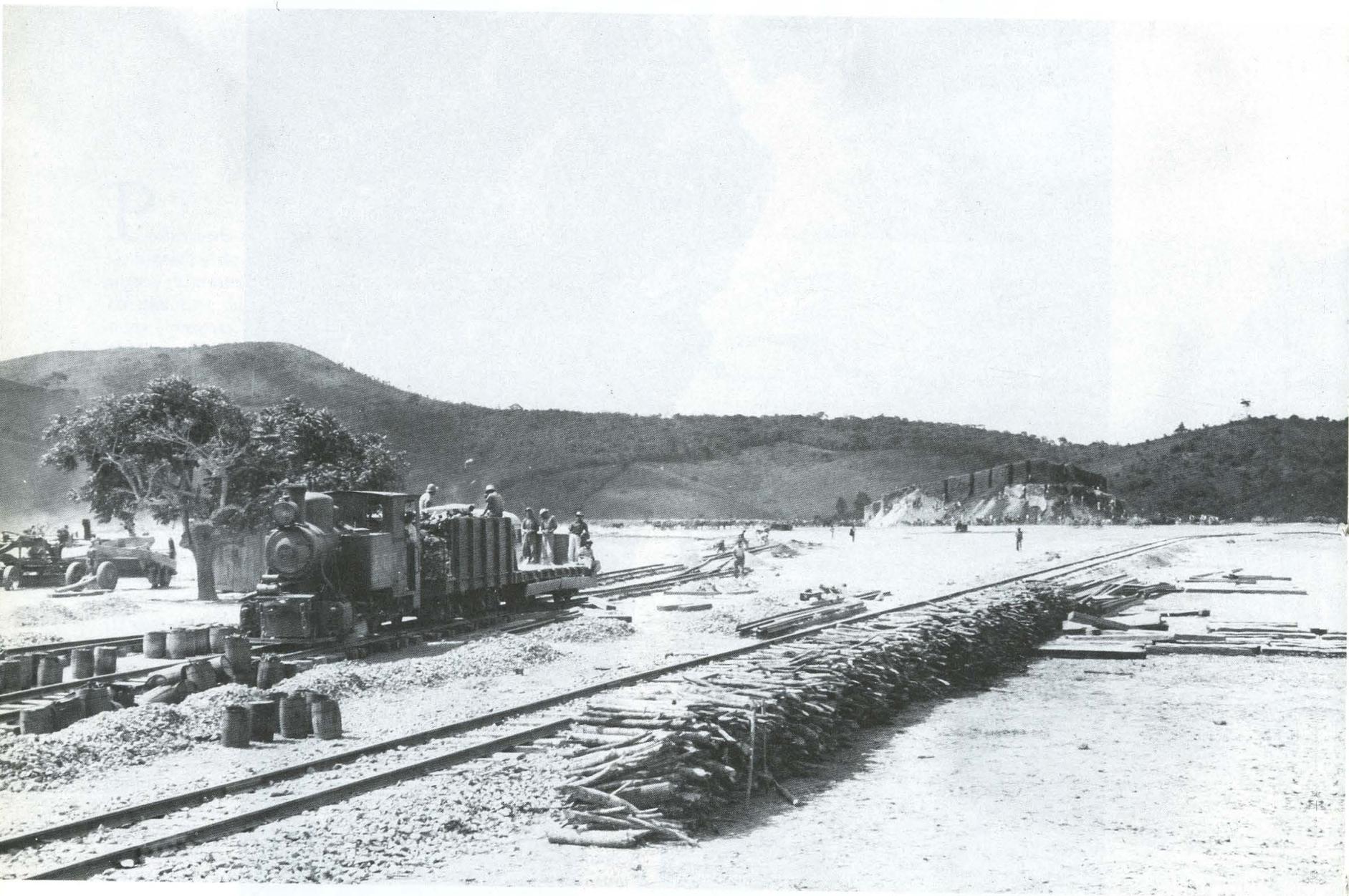


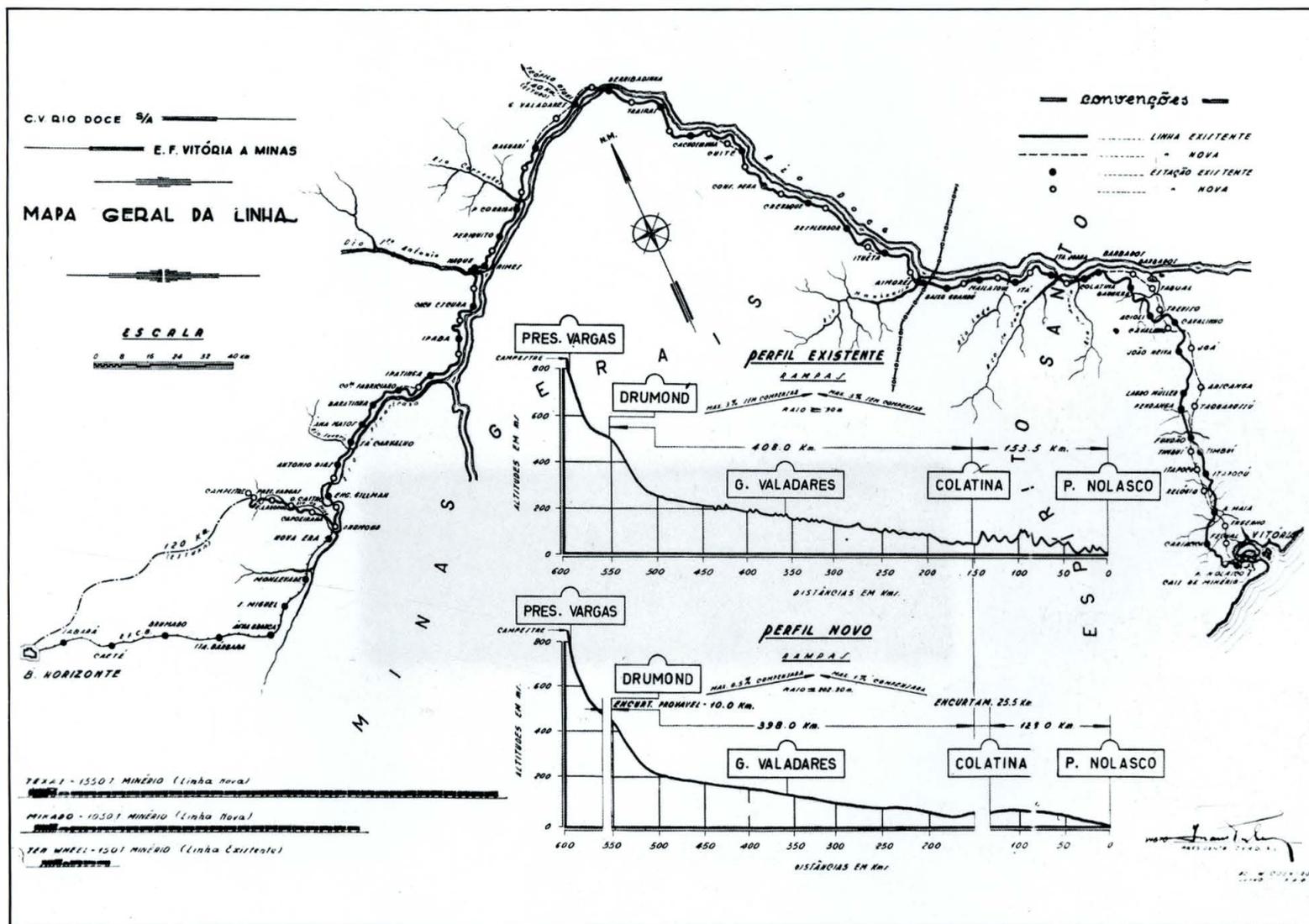
Extração de minério de ferro no Cauê. Presidente Vargas (MG), setembro de 1943.



Trabalhador na mina do Cauê. Presidente Vargas (MG), setembro de 1943.

CVRD - ARQUIVO SUCEM. FOTO: ERICH HESS





Traçado da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Junho de 1944.



Ponte Pedro Nolasco próxima a Estação de Derribadinha (MG).

nhões até a ponta dos trilhos da EFVM, em Oliveira Castro, a 22 quilômetros da jazida. As condições da Vitória a Minas também eram muito precárias. Com trilhos desgastados e dormentes praticamente imprestáveis, a ferrovia não oferecia segurança de tráfego para os trens de mercadorias e de passageiros e muito menos para as composições que carregavam minério de ferro. O relatório da CVRD de 1943 menciona a ocorrência, naquele ano, de cerca de 100 descarrilhamentos mensais, provocados pelo péssimo estado da linha e do material rodante. A Companhia também enfrentava problemas para contratar mão-de-obra, uma vez que a estrada, com quase 600 quilômetros, atravessava áreas muito insalubres. (37)

Mesmo assim, em agosto de 1943 – 42 anos após o começo da construção da ferrovia –, os trilhos da EFVM chegaram finalmente a Itabira, tendo início o carregamento regular de minério na recém-inaugurada estação da cidade. Em outubro seguinte, a firma norte-americana Raymond, Morrison Knudsen foi

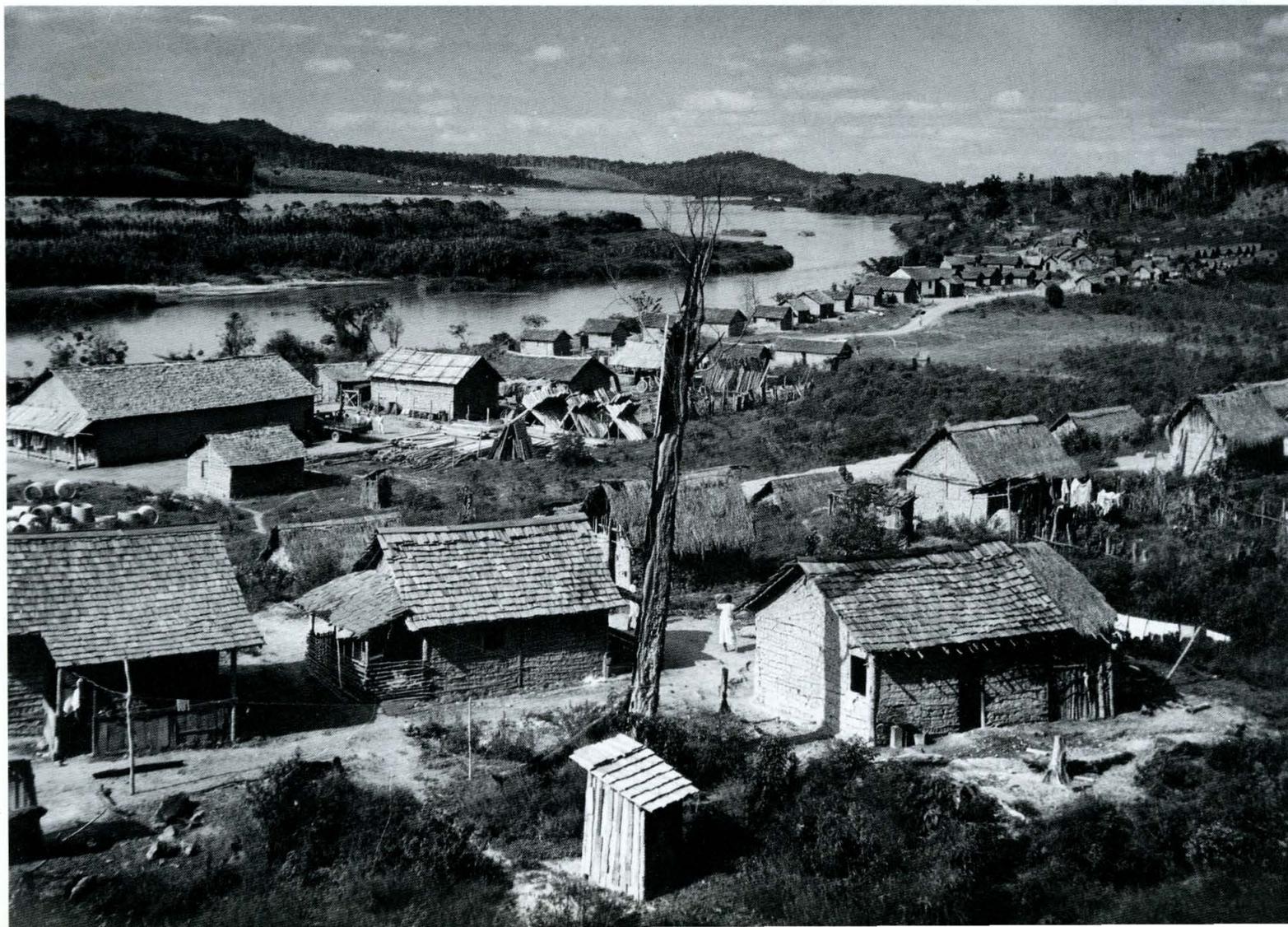
contratada para administrar os trabalhos na via férrea. Diversas empreiteiras brasileiras foram convocadas para os serviços de terraplenagem.

A única exceção nesse quadro de dificuldades era o cais de minério, em construção em Vitória. As obras, tocadas pelo governo do Espírito Santo desde a rescisão do contrato com a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, passaram a ser financiadas pela CVRD.

No plano administrativo, devido à inexistência de prédios e meios de comunicação apropriados em Itabira, a sede da empresa permaneceu durante alguns meses em Belo Horizonte, nos escritórios da antiga Superintendência. Por conta dessa situação, a Companhia foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 5.273, de 24 de agosto de 1943, a transferir provisoriamente sua sede administrativa para o Rio de Janeiro. (38)

Vila operária na margem do rio Doce, da Companhia Melhoramentos encarregada das obras da estrada de ferro [1942-45].

CVRD – ARQUIVO JORNAL DA VALE. FOTO: MOZART



Paralelamente, a diretoria da CVRD se dava conta da insuficiência do capital inicial da Companhia e dos recursos externos para cobrir as despesas com as obras. Decorrido o primeiro ano de funcionamento da Vale do Rio Doce, o capital, devido ao volume das obras empreendidas, esgotou-se. Assim,

em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 1944, os acionistas autorizaram o aumento de capital de 200 para 300 milhões de cruzeiros. Nessa mesma assembléia, a diretoria da empresa foi autorizada a proceder ao lançamento de 300 milhões de cruzeiros em debêntures.



Vista da cidade de Itabira, ao fundo o Pico do Cauê.

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE





Técnicos da Companhia Raymond Morrison Knudsen do Brasil S.A., responsáveis pelos trabalhos da estrada de ferro. Abril de 1944.

CVRD – ARQUIVO JORNAL DA VALE

Em relação ao empréstimo do Eximbank, os 14 milhões de dólares liberados só foram suficientes para a compra de um certo volume de material e equipamentos nos EUA e o pagamento dos empregados da PKBD. Necessitando, com urgência, de material ferroviário destinado a reaparelhar a Vitória a Minas devido ao aumento da carga transportada pela ferrovia, a diretoria da CVRD negociou junto ao banco norte-americano um empréstimo adicional no valor de 5 milhões de dólares. Esse montante foi liberado em 1º de março de 1945, depois que o Eximbank viu atendida sua reivindicação de que o Tesouro Nacional brasileiro avalizasse a operação. (39)

66

A despeito desse conjunto de fatores adversos, os avanços registrados pela CVRD nesses primeiros anos foram significativos. A importação de equipamentos, embora tenha sofrido atrasos, assegurou certa continuidade operacional. Em meados de 1944, quando foi encerrado o contrato entre a CVRD e a PKBD, os projetos das minas e da ferrovia encontravam-se praticamente prontos, ficando a sua conclusão a cargo da própria di-

retoria técnica da Vale. O investimento nas obras da EFVM permitiu que, em abril de 1944, o carregamento dos vagões passasse a ser feito junto às minas, aumentando a eficiência do transporte ferroviário e, como consequência, as exportações de minério. Embora muito abaixo da meta prevista de 1,5 milhão de toneladas anuais, as exportações, integralmente destinadas à Inglaterra, saltaram de 35.406 toneladas, em 1942, para 62.928 em 1943 e 127.194 em 1944. Com o término da Segunda Guerra Mundial e a redução da produção internacional de aço daí decorrente, os embarques de minério diminuíram sensivelmente, e a exportação caiu, em 1945, para 101.694 toneladas. (40)

Outra frente de atuação na qual a CVRD se envolveu foi o desenvolvimento da região do vale do rio Doce. A presença da Companhia na área foi de grande importância, atraindo novos investimentos. No final de 1945, diversas empresas já estavam instaladas no vale, destacando-se a Companhia Ferro e Aço de Vitória, a Companhia Ferro e Aço de Itabira, a Companhia Agro Pastoral e a Companhia Açucareira do Rio Doce, as

duas últimas no município de Governador Valadares (MG). No plano social, a CVRD promoveu o saneamento da região, concentrando suas iniciativas no combate à malária e na melhoria das condições sanitárias em geral. (41)

Abertura de um corte na rocha. Presidente Vargas (MG), 1944.

CVRD - ARQUIVO SUMIN



6. Situação financeira e autonomia administrativa

Voltada desde o início de suas atividades para o mercado externo, a Companhia Vale do Rio Doce foi obrigatoriamente afetada pelas vicissitudes da economia internacional. Com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a exclusividade de venda do minério de ferro para a Inglaterra e os Estados Unidos chegou ao fim, uma vez que esses dois países renunciaram à opção de renovação dos contratos. Se, por um lado, esta decisão reduzia a premência de exportação de minério, por outro, deixava a CVRD sem mercado garantido a curto e médio pra-

zos. O fim do conflito provocou uma redução na produção siderúrgica mundial e, até que se fizessem sentir os efeitos da reconstrução da economia européia, a demanda de minério de ferro permaneceu baixa e os preços, conseqüentemente, pouco compensadores. (42)

As dificuldades enfrentadas pela CVRD foram agravadas pelos altos custos dos fretes marítimos, uma vez que o Brasil competia com países situados a menor distância (como Cana-

*O presidente Eurico Gaspar Dutra em visita à CVRD.
Rio de Janeiro, julho de 1947.*

ARQUIVO NACIONAL - AGÊNCIA NACIONAL





Dermeval Pimenta, presidente da CVRD, acompanhado da Comissão Parlamentar encarregada de estudar os problemas da Companhia, em visita ao Cauê. Itabira (MG), 1948.

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE

dá e Venezuela) dos principais mercados consumidores (Estados Unidos e Europa). A falta de uma estrutura de comercialização adequada levou a CVRD a se submeter a um grande número de intermediários, que lhe pagavam preços bastante inferiores àqueles em vigência no mercado internacional. Dada a desvantagem relativa do país no mercado mundial, tornava-se imperativo reduzir os custos operacionais e, com isso, abaixar o preço FOB do minério.

Ao lado dessa difícil situação econômico-financeira, a Companhia passou, no início de 1946, pela sua primeira mudança de diretoria. Eleito deputado federal por Minas Gerais em dezembro de 1945, Israel Pinheiro deixou a presidência da CVRD em fevereiro do ano seguinte, sendo substituído pelo en-

genheiro Dermeval José Pimenta, nomeado pelo presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra. João Punaro Bley e Robert West foram mantidos na nova diretoria, ocupando respectivamente os cargos de diretor comercial e de diretor de negócios americanos. A diretoria financeira foi confiada a outro norte-americano, Bernard A. Blanchard. Naquela ocasião, a vaga de vice-presidente não foi preenchida. A Superintendência das Minas de Itabira foi entregue ao engenheiro norte-americano Gilbert Whitehead e a da Estrada de Ferro Vitória a Minas ao engenheiro Delecarliense Alencar Araripe. (43)

Dermeval Pimenta e seus diretores tinham plena consciência dos problemas que a Companhia enfrentava, como demonstra o relatório de 1946. (44) Naquela ano, a CVRD regis-

trou seus níveis mais baixos de vendas desde 1943, caindo as exportações para 40.962 toneladas, ao preço médio de 5,30 dólares por tonelada FOB. (45) Para reverter esse quadro desfavorável, eram necessários novos aportes financeiros, destinados às obras de mecanização das minas, de reparo da ferrovia e de modernização das instalações do cais de Atalaia, no porto de Vitória. Durante o ano de 1946, a Companhia lançou o terceiro e último grupo de debêntures previsto em 1944, no valor de 100 milhões de cruzeiros, e obteve um empréstimo do Banco do Brasil no valor de 30 milhões de cruzeiros, (46) visando, com esses recursos adicionais, a dar continuidade a obras essenciais.

Outro grande problema vivido pela CVRD na segunda metade da década de 1940 foi a crescente ingerência dos diretores norte-americanos na administração da Companhia. Ainda em 1946, Dermeval Pimenta pleiteou um novo empréstimo de 7,5 milhões de dólares junto ao Eximbank e um aumento do capital da Companhia. As negociações em torno do empréstimo se estenderam até 1948, uma vez que o Eximbank exigia em contrapartida não só a redução dos poderes do presidente da empresa, de forma que os diretores norte-americanos tivessem maior autonomia de ação, como também a redefinição da modalidade de pagamento do empréstimo inicial de 14 milhões de dólares, já parcialmente quitado. (47)

O Eximbank, na realidade, denunciava os termos do contrato de 18 de março de 1943, celebrado sem o aval do Tesouro Nacional, pelo qual os juros e o capital só seriam pagos com os recursos gerados pelas exportações do minério de ferro. Somente 15% do valor das exportações seriam destinados ao pagamento das notas promissórias referentes ao empréstimo concedido. Após 25 anos, as notas promissórias seriam devolvidas à CVRD como resgatadas, mesmo que os fundos provenientes das taxas de 15% não fossem suficientes para saldá-las. Essas condições de pagamento haviam se baseado na previsão de que dois anos após a assinatura do contrato, ou seja, a partir de 1945, a CVRD já estaria exportando o total fixado de 1,5 milhão de toneladas anuais de minério de ferro. Como isto não aconteceu, o Eximbank argumentava que caso a administração da Companhia não fosse eficiente e satisfatória, ele teria prejuízos. (48) Na verdade, o valor das promissórias com vencimento até 1º de setembro de 1948 importava em 2.640.000 dólares, e o valor efetivamente pago somava apenas 548.016,23 dólares, estando a CVRD, segundo o contrato de 1943, desobrigada do pagamento dos 2.091.983,77 dólares de diferença. (49)

Enquanto as negociações prosseguiram em ritmo lento, a situação da CVRD se deteriorava rapidamente. No início de 1948, seus recursos financeiros estavam esgotados e, por conseguinte, as obras foram praticamente suspensas. Frente a esse quadro crítico, o governo federal subscreveu novas ações da Companhia, que permitiram o aumento de seu capital para 650 milhões de cruzeiros, e deu garantias para o pedido de empréstimo ao Eximbank. Essas providências foram aprovadas pelo Congresso Nacional em 17 de fevereiro de 1948. Nessa ocasião, foi criada uma comissão parlamentar para promover um controle rigoroso da aplicação dos novos recursos a serem fornecidos à CVRD e averiguar a possibilidade de conclusão

das obras projetadas e as condições de execução do programa previsto.

Não obstante, as duas questões principais continuavam pendentes: a forma de pagamento das promissórias relativas ao empréstimo de 14 milhões de dólares e as alterações na administração da Companhia. Ambos os temas constituíram o centro das discussões da Assembléia Geral dos acionistas da Companhia Vale do Rio Doce, realizada em 5 de julho de 1948.

De acordo com a resolução da Assembléia, foi aprovada a modificação das condições do empréstimo inicial, exigência do Eximbank para conceder o novo financiamento. A CVRD assumiu a obrigação de pagar integralmente todas as promissórias emitidas em 18 de março de 1943, não só aquelas ainda não vencidas, como também aquelas pagas parcialmente, mas por ela já resgatadas e consideradas como quitadas pelo Eximbank. Como consequência, a quantia de 2.091.983,77 dólares, antes considerada liquidada, passou à condição de débito.

Atendido em suas pretensões no tocante à questão do pagamento do empréstimo, o Eximbank não logrou o mesmo sucesso no que diz respeito às mudanças administrativas. A criação do cargo de superintendente-geral e de um conselho técnico para assessorar a diretoria e o presidente não correspondeu à expectativa do banco, uma vez que o presidente da CVRD manteve a prerrogativa de determinar os rumos da empresa.

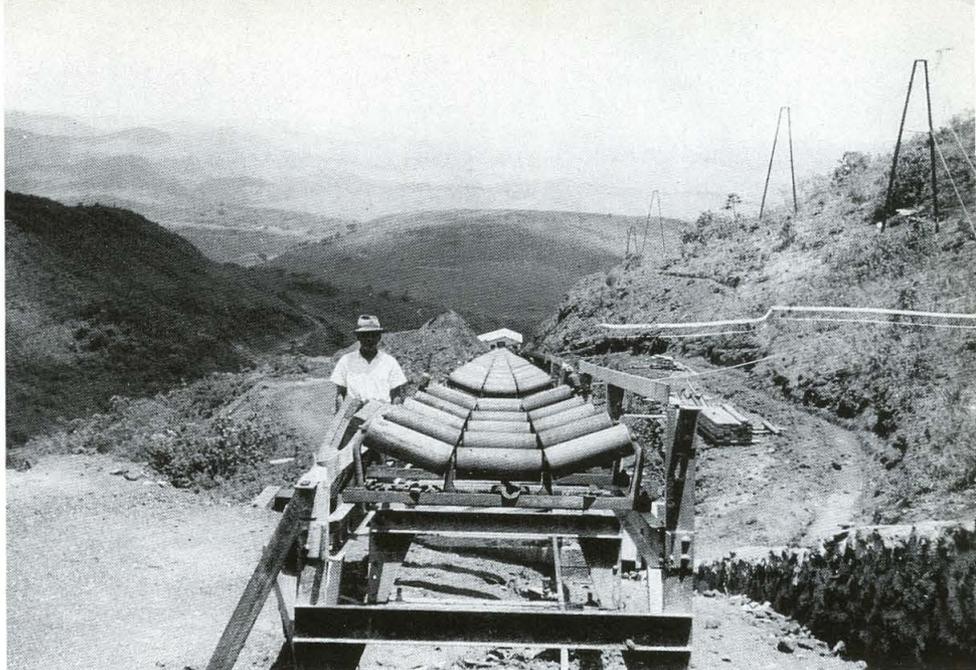
O Eximbank continuou insistindo na redução das funções do presidente às de um mero supervisor. Essa pretensão foi definitivamente negada em janeiro de 1950, através das alterações determinadas pelo presidente Eurico Gaspar Dutra à proposta de reforma dos estatutos da CVRD, (50) que, confirmando as atribuições do presidente, preservaram a autonomia da empresa.

As alterações estatutárias aprovadas na Assembléia Geral Extraordinária de 7 de fevereiro de 1950 (51) estabeleceram que a Companhia seria dirigida por um órgão coletivo de planejamento, orientação, controle dos resultados e prestação de contas, constituído pelo próprio presidente da Companhia e por mais quatro diretores, domiciliados e residentes no Brasil, eleitos em Assembléia Geral dos acionistas. O novo estatuto estabeleceu também que a Companhia passaria a contar com uma Divisão Administrativa e uma Divisão Financeira, órgãos centrais de execução. Os diretores destas divisões seriam nomeados pelo presidente da Companhia, dentre os membros da diretoria ou não, e a ele ficariam subordinados diretamente. Manteve-se o cargo de superintendente-geral, vinculado ao presidente.

Além do Departamento das Minas e do Departamento da Estrada de Ferro, a empresa contaria, temporariamente, com o Departamento de Obras e com órgãos regionais de execução, cujos superintendentes seriam nomeados pelo presidente da empresa e subordinados diretamente ao superintendente-geral. A diretoria da empresa seria assistida por um Conselho Técnico e pela Consultoria Jurídica. O Conselho Técnico seria constituído por seis membros: o presidente da Companhia e mais cinco

Aspecto da instalação da correia transportadora no Cauê. Itabira (MG), dezembro de 1949.

CVRD - ARQUIVO SUMIN



Descarregamento de minério no Campestre. Itabira (MG), 1949.

CVDR - ARQUIVO SUMIN

Carregamento de vagões no Campestre. Itabira (MG), 1949.

CVRD - ARQUIVO SUMIN

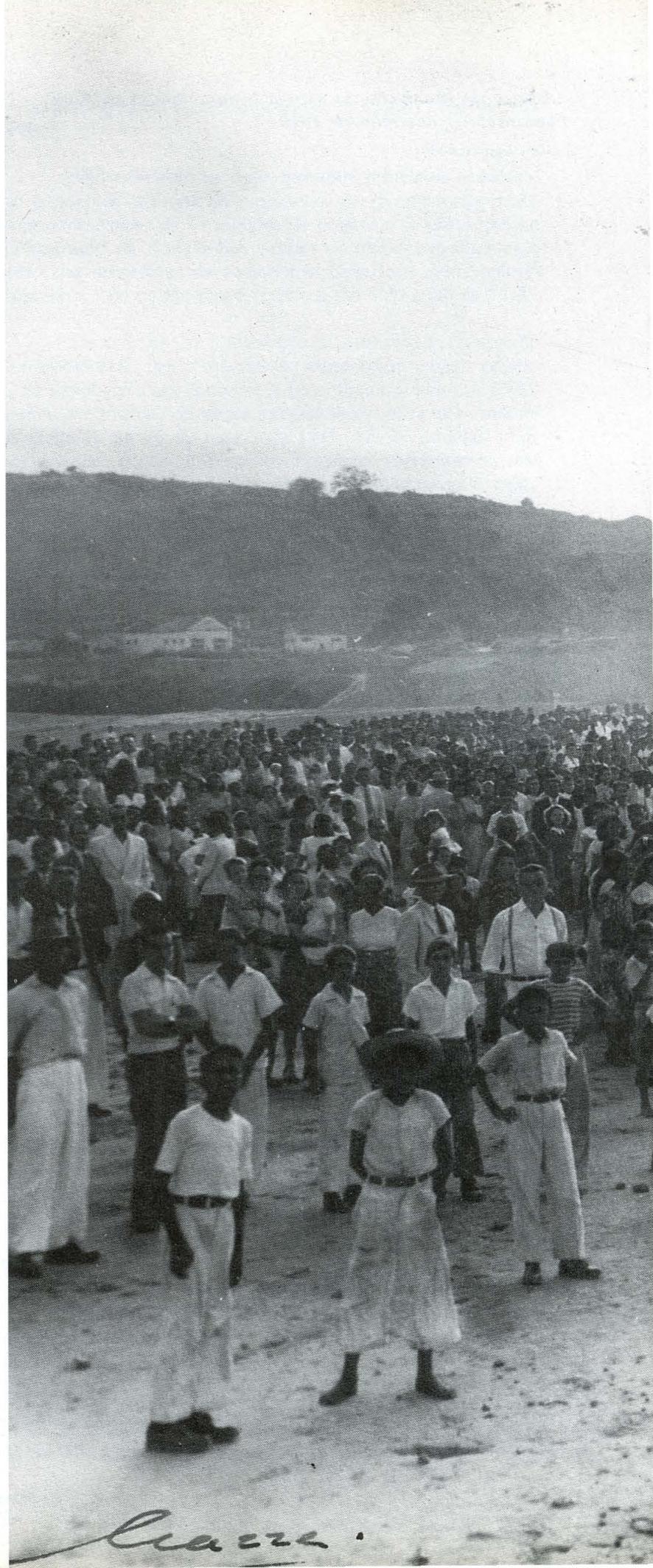


especialistas eleitos pela Assembléia Geral. Ao Conselho Técnico competia realizar os estudos necessários à elaboração dos planos da Companhia, acompanhar sua execução e pronunciar-se do ponto de vista técnico sobre os assuntos de que dependesse a fixação de diretrizes gerais para as atividades da Companhia. A Consultoria Jurídica seria constituída por profissionais de livre nomeação do presidente da empresa.

Admitindo sua condição de prestamista e não de acionista, o Eximbank não só retirou seus representantes da diretoria da CVRD, como declarou a intenção de não mais se fazer representar na administração da Companhia. Essa decisão viabilizou, ainda em 1950, a nomeação de diretores brasileiros indicados pelo presidente da empresa, Dermeval Pimenta, para ocupar as vagas deixadas em aberto.

Com os recursos obtidos no final da década de 1940, a Companhia Vale do Rio Doce reuniu condições para intensificar o programa de obras indispensáveis à operação da estrada de ferro, à extração e à exportação de minério. Em 1948, a empresa obteve, pela primeira vez, um saldo positivo de 4.214.592,63 cruzeiros. (52) Na verdade, o lucro desse ano foi sensivelmente influenciado pela recuperação dos preços internacionais do minério de ferro. O preço médio por tonelada FOB passou de 5,22 dólares, em 1947, para 6,67 dólares em 1948. (53)

As crescentes exportações de minério do tipo *lump* dirigiam-se, em sua maior parte, para os Estados Unidos. Porém, num ensaio de diversificação de mercados, foram também realizadas vendas para o Canadá e para países da Europa Ocidental. A predominância do mercado norte-americano era conjuntural, uma vez que, logo após a guerra, com a siderurgia europeia desmantelada, os Estados Unidos representavam, a curto prazo, praticamente a única perspectiva para o escoamento da produção da CVRD. A tabela a seguir apresenta o movimento de exportação de minério de ferro da Companhia entre 1942 e 1950, discriminando os países compradores, bem como a quantidade adquirida por cada um deles e sua participação relativa no conjunto das vendas.





CVRD – EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO SEGUNDO OS PAÍSES COMPRADORES
1942-1950 (EM TONELADAS) (1)

PAÍSES	ANOS								
	1942	1943	1944	1945	1946(2)	1947(2)	1948	1949	1950
E.U.A.	-	-	-	-			227.397	316.406	588.106
%	-	-	-	-			59,03	73,40	81,48
Canadá	-	-	-	-			84.943	71.820	74.574
%	-	-	-	-			22,05	15,22	10,33
Inglaterra	35.407	62.928	127.194	101.694			-	-	18.491
%	100,00	100,00	100,00	100,00			-	-	2,56
Holanda	-	-	-	-			44.862	7.305	23.266
%	-	-	-	-			11,64	1,55	3,22
Bélgica	-	-	-	-			28.050	17.396	7.315
%	-	-	-	-			7,28	3,68	1,02
França	-	-	-	-			-	29.020	-
%	-	-	-	-			-	6,15	-
Alemanha Ocidental	-	-	-	-			-	-	10.013
%	-	-	-	-			-	-	1,39
TOTAL	35.407	62.928	127.194	101.694	40.962	174.290	385.252	471.747	721.765
%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(1) Visando a padronização da tabela, todas as medidas apresentadas nas fontes em toneladas inglesas (1.016 quilos) foram convertidas em toneladas métricas (1.000 quilos).

(2) Para esses anos, as fontes não apresentaram o destino das exportações, mas somente os totais.

Fontes: *Relatórios de Diretoria*, 1943-1951.

O aumento das vendas se traduziu também na contribuição cada vez maior da CVRD no total das exportações brasileiras de minério de ferro. Se no primeiro ano de operação, 1942, a Companhia respondeu por pouco mais de 11%, no final do período, após algumas oscilações, seu peso percentual ascendeu a mais de 80%. A tabela que se segue retrata, ano a ano, a participação da Vale do Rio Doce, com base no confronto

PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO
DA CVRD NO TOTAL NACIONAL

ANOS	CVRD (t)	BRASIL (t)	CVRD/BRASIL(%)
1942	35.407	316.033	11,2
1943	62.928	322.802	19,5
1944	127.194	205.798	61,8
1945	101.694	299.994	33,9
1946	40.962	64.413	63,6
1947	174.290	196.737	88,6
1948	385.252	599.289	64,3
1949	471.947	675.574	69,9
1950	721.765	890.125	81,8

Fontes: *Relatórios de Diretoria*, 1943-1951.

dos dados de exportação do país e da própria empresa.

Apesar de priorizar a exportação de minério de ferro, a CVRD, comprometida com o desenvolvimento do vale do rio Doce, iniciou em 1947 suas vendas de minério para pequenas siderúrgicas particulares que começavam a se instalar ao longo da ferrovia Vitória a Minas, entre as quais as já mencionadas Companhia Ferro e Aço de Vitória e Companhia de Ferro e Aço de Itabira (futura Acesita). Programas de saneamento, serviço de águas e esgotos e centros de saúde também foram implementados em pequenas cidades da região. (54)

Com o objetivo de aprimorar as condições operacionais do transporte de minério, foi organizado em Vitória, no ano de 1949, um Centro de Estudos Ferroviários, sob a orientação do engenheiro Eliezer Batista da Silva. Para maior aperfeiçoamento de seus técnicos, foram oferecidos estágios no exterior. (55)

Superando dificuldades financeiras, comerciais e administrativas, algumas delas decorrentes do próprio contexto no qual foi criada, a Companhia Vale do Rio Doce completava sua fase de implantação sob o controle definitivo do governo brasileiro.

Notas

- (1) Ver Nelson Werneck Sodré, *História da burguesia brasileira*, p. 263.
- (2) Ver Dermeval Pimenta, *A Vale do Rio Doce e sua história*, p. 59. Entende-se por oneração de uma jazida o evento que a coloca como objeto de garantia, para efeito de determinado negócio. Ver também Simon Schwartzman, *Estado Novo, um auto-retrato*, p. 565.
- (3) Ver Simon Schwartzman, *op. cit.*, p. 566-568, apresenta em detalhe as mudanças administrativas ocorridas no antigo SGMB.
- (4) As informações relativas ao Código de Minas foram retiradas de Ministério da Agricultura, Departamento Nacional da Produção Mineral, *Código de Minas e leis subsequentes*, p. 6-23.
- (5) Para maiores informações a respeito do Código de Minas de 1940, ver Brasil, Ministério da Agricultura, *Código de Minas e legislação correlata*, p. 9-34. O dispositivo que sujeitava o funcionamento das sociedades de mineração a autorização do governo federal incorporou uma decisão que já havia sido prevista pelo Decreto-Lei nº 938, de 8 de fevereiro de 1938.
- (6) Formaram-se várias comissões para examinar a matéria, como a Comissão Revisora do Contrato Itabira e a já mencionada Comissão Nacional de Siderurgia, ambas constituídas em 1931, a Comissão Jurídica do Ministério da Viação, e a Comissão dos Onze, organizada em 1933. A respeito das conclusões desta última Comissão, ver Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 49-50.
- (7) Ver Alzira Alves de Abreu, "Companhia Siderúrgica Nacional", *DHBB*, v. 1, p. 857.
- (8) Ver, a esse respeito, Norma de Goés Monteiro (org.), *Idéias políticas de Arthur Bernardes*, v. 2, p. 494-504.
- (9) Ver José Murilo de Carvalho, *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*, p. 110. Os pareceres das comissões e conselhos sobre o caso da Itabira Iron e a exportação de minério de ferro foram publicados na íntegra em Guilherme Guinle et alii, *A grande siderurgia e a exportação de minério de ferro em larga escala*, p. 5-268.
- (10) Ver José Murilo de Carvalho, *op. cit.*, p. 111-112. Para maiores informações a esse respeito, ver Francisco Magalhães Gomes, *História da siderurgia no Brasil*, p. 223-242.
- (11) Para maiores informações a esse respeito, ver Edmundo de Macedo Soares e Silva, *O ferro na história e na economia do Brasil*, Anexo VI, p. XXIX-XXXVII.
- (12) Ver Alzira Alves de Abreu, *op. cit.*, p. 857.
- (13) Segundo Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 59, a Itabira Iron "manifestou as suas jazidas em 5 de agosto de 1938, e registrou-as como minas ou lavras".
- (14) Os capitalistas brasileiros tinham interesse nas seguintes empresas: Minas do Rio Carvão, Companhia Carbonífera de Santa Catarina, Castro Lopes & Tibiriçá, Mineração de Penedo e Banco Ribeiro Junqueira. Ver Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 61.
- (15) Idem, *ib.*
- (16) Ver Lucílio da Rocha Ribeiro, *Pequena contribuição à história da Estrada de Ferro Vitória a Minas*, p. 77-78.
- (17) Ver Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 64-65.
- (18) Essas informações foram retiradas de Wilson Suzigan, *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*, p. 275-277. Ver também Francisco do Rego Fernandes (org.), *Os maiores mineradores do Brasil: perfil empresarial do setor mineral brasileiro*, v. 2, p. 670-671. O artigo "Amplio inquérito sobre o problema do ferro no Brasil", *Observador Econômico e Financeiro*, out. 1943, p. 107-140, apresenta em detalhes os empreendimentos na siderurgia de diversas empresas privadas brasileiras.
- (19) Segundo Wilson Suzigan, *op. cit.*, p. 596, de 1930 a 1940, a produção de ferro-gusa subiu de 35.305 t para 185.570, a de aço de 20.985 t para 141.201, e a de ferro laminado de 25.895 t para 135.293.
- (20) Ver Edmundo de Macedo Soares e Silva, *op. cit.*, p. 114-122.
- (21) Ver Alzira Alves de Abreu, *op. cit.*, p. 858.
- (22) Ver *Código de Minas e legislação correlata*, p. 77-79.
- (23) Ver Alzira Alves de Abreu, *op. cit.*, p. 858.
- (24) Idem, *ib.*
- (25) Ver Mauro Malin, "Dutra, Eurico Gaspar", *DHBB*, v. 2, p. 1.147.
- (26) Ver Alzira Alves de Abreu, *op. cit.*, p. 859. Para maiores informações sobre os primeiros anos da Companhia Siderúrgica Nacional, ver Edmundo de Macedo Soares e Silva, *op. cit.*, p. 101-194.
- (27) Ver Edmundo de Macedo Soares e Silva, *op. cit.*, p. 162-163 e 172.
- (28) As informações sobre os Acordos de Washington foram recolhidas em Francisco do Rego Fernandes (org.), *op. cit.*, v. 1, p. 16-17. Os acordos foram em número de seis, mas apenas dois tratavam de assuntos relacionados a mineração. Ver também Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 79-80.
- (29) As propriedades da Itabira Iron, todas localizadas no município de Itabira, eram as seguintes: Cauê, Serra da Conceição, Dois Córregos, Dirão e Onça, Itabiruçu, João Coelho, Borrachudo, Santana, Sumidouro, Campestre-Manuel Anastácio e Rio do Peixe. A extensão superficial desse conjunto somava mais de 74 milhões de metros quadrados. Ver Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 60-61.
- (30) Ver Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 86 e 107. Para a íntegra do decreto, ver Brasil, Ministério das Minas e Energia, *Legislação*, v. 2, p. 41-43.
- (31) As informações referentes a esse período foram retiradas de Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 108-110.
- (32) Os atos constitutivos da CVRD foram arquivados no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, sob o nº 18.689, em 27 de janeiro de 1943, e publicados no *Diário Oficial* (Seção I) do dia seguinte, p. 1.282.
- (33) Portaria nº 5 do Ministério da Fazenda, citada em Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 111. O Decreto Lei nº 7491, de 5 de outubro de 1942, instituiu como unidade monetária o cruzeiro em substituição ao mil-réis. Explica-se assim a expressão em cruzeiros dos valores da transação financeira efetuada.
- (34) Embora o artigo 15 dos estatutos não se referisse à nacionalidade dos diretores, o Decreto-Lei nº 4.352, em seu artigo 5º, par. 4º, determinava que dois dos cinco diretores da CVRD deveriam ser norte-americanos. Ver Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 112.
- (35) Idem, *ib.*, p. 121.
- (36) Idem, *ib.*, p. 114.
- (37) Ver Mário da Gama Kury, *Companhia Vale do Rio Doce - 40 anos*, p. 27-28. Para maiores informações sobre as condições de trabalho nos primeiros anos da Companhia Vale do Rio Doce, ver Maria Cecília de Souza Minayo, *Os homens de ferro: estudo sobre os trabalhadores do vale do rio Doce em Itabira*, especialmente o capítulo 1, "A época do muque", p. 35-68.
- (38) Ver Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 118.
- (39) Idem, *ib.*, p. 117-118.
- (40) Ver Mário da Gama Kury, *op. cit.*, p. 29 e 30.
- (41) Idem, *ib.*, p. 29, e Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 121.
- (42) Ver Sergio Abranches & Sulamis Dain, *A empresa estatal no Brasil: padrões estruturais e estratégias*, p. 44.
- (43) Ver Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 132 e 140. Após deixar a presidência da CVRD, Dermeval Pimenta tornou-se diretor da Rede Mineira de Viação, em abril de 1951. No ano seguinte foi um dos fundadores da Usiminas. Mais tarde, foi diretor da Acesita. Ao longo de sua vida pública, exerceu outros cargos entre os quais o de prefeito de São João Evangelista, sua cidade natal, e de Secretário de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais. Na década de 1980 foi membro do Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais e do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Publicou 19 obras, em sua maioria técnicas, destacando-se, *A Vale do Rio Doce e sua história*, *O parque ferroviário de Minas Gerais*, *O transporte de matérias-primas e produtos siderúrgicos e Aspectos do povoamento do Leste Mineiro* (c/ *Jornal da Vale*, agosto 1991, p. 4).
- (44) Companhia Vale do Rio Doce, *Relatório correspondente ao ano de 1946*, n. p.
- (45) Ver Mário da Gama Kury, *op. cit.*, p. 31.
- (46) Idem, *ib.*, p. 32, e Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 117-118.
- (47) Para maiores informações a esse respeito, ver Francisco do Rego Fernandes (org.), *op. cit.*, v. 1, p. 18-26, e Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 149-150, 170-173, 217-228, 237-238, 260-267.
- (48) Ver Francisco do Rego Fernandes (org.), *op. cit.*, p. 20, e Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 284.
- (49) Ver Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 285.
- (50) Ver os termos do despacho presidencial no *Diário Oficial* de 24 de janeiro de 1950, p. 1.179.
- (51) As informações sobre a reforma dos estatutos da CVRD foram retiradas de *Diário Oficial*, de 8 de março de 1950, p. 3.330-3.332.
- (52) Ver Dermeval Pimenta, *op. cit.*, p. 273.
- (53) Ver Mário da Gama Kury, *op. cit.*, p. 35.
- (54) Ver Demerval Pimenta, *op. cit.*, p. 121, e Mário da Gama Kury, *op. cit.*, p. 33-34.
- (55) Ver Mário da Gama Kury, *op. cit.*, p. 37.

CAPÍTULO 3

Anos de Definição: a Conquista da Identidade Empresarial



Primeiro carregamento de minério no cais do Paul, porto de Vitória (ES). Junho de 1959.

1. A CVRD e as políticas de governo

O fato mais marcante da trajetória da Companhia Vale do Rio Doce na década de 1950 foi a conquista de novas posições no comércio mundial de minério de ferro. Os avanços registrados nesses anos foram resultado não apenas da modernização do complexo mina – ferrovia – porto, mas também de uma agressiva política de preços, responsável pela duplicação do preço da tonelada FOB em relação aos anos 1940. Outras iniciativas tomadas pela empresa também contribuíram decisivamente naquela direção. Ao lado da diversificação dos mercados, a política comercial foi reformulada, sendo os antigos intermediários substituídos por agentes exclusivos nos mercados consumidores. As novas exigências da siderurgia mundial foram acompanhadas, cada vez mais de perto, pela direção da Vale, com reflexos diretos sobre a produção e a qualidade dos minérios. Paralelamente, no plano financeiro, a situação virtualmente pré-falimentar do final da década anterior foi superada. Saldando seus compromissos com os credores internos e externos, a Companhia ganhou credibilidade internacional, o que lhe possibilitou buscar novos aportes financeiros, vitais para o seu crescimento.

Esta linha de ação, delineada na curta gestão de Juracy Magalhães (1951–1952) e mantida praticamente sem alterações na administração de Francisco de Sá Lessa (1952–1961) (1) não foi fruto “de uma estratégia coerente, de longo prazo, formulada no início do período e sistematicamente implementada nos anos seguintes. Muitas das decisões foram empíricas, respondidas a movimentos que não foram previstos com antecedência, ajustamentos a conjunturas específicas e a tendências manifestas do mercado externo”. (2)

De toda forma, pode-se dizer que, a partir de 1951, a CVRD concentrou seus esforços na busca da rentabilidade econômica, o que levou a adquirir progressivamente, traços típicos de empresa privada e, em consequência, a desfrutar de uma re-

lativa autonomia frente às políticas governamentais. Em outras palavras, a empresa tornou-se, cada vez mais, um elemento integrante do aparelho de Estado e não uma peça sujeita às determinações dos sucessivos governos. (3)

Não foram poucas, aliás, as mudanças na política econômica do país introduzidas pelos governos que se sucederam a partir da queda do Estado Novo, em 1945, até o fim dos anos 1950. Durante todo esse período vigorou a Constituição de 18 de setembro de 1946, que determinou um recuo no controle do Estado sobre a atividade econômica. Em relação ao regime das minas, por exemplo, a Carta de 1946 restaurou o princípio da Constituição de 1934 segundo o qual as concessões para a exploração das jazidas minerais seriam dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, ficando assegurada a preferência para o proprietário do solo. A expressão “sociedades organizadas no país”, usada no artigo 153, era ampla o suficiente para incluir empresas estrangeiras.

A orientação da Constituição de 1946 correspondia à tendência liberal e privatista do governo Dutra (1945 -1951), que via na associação com o capital estrangeiro a única forma de promover a modernização da economia brasileira. Embora sem abrir mão da cooperação externa, Vargas, em sua volta ao poder (1951-1954), reavivou a tendência estatista, tentando conciliar “entreguistas” e nacionalistas. O debate sobre o minério de ferro, que se arrastara por tantas décadas até a criação da CSN e da CVRD, transferiu-se então para o petróleo, os minerais estratégicos e o carvão-de-pedra, alvos das atenções do governo. O estímulo à empresa privada e ao capital estrangeiro acabou por prevalecer no final da década, recuperado pelo governo Café Filho (1954 -1955) e acentuado no governo Juscelino Kubitschek (1956 -1961).

O presidente Getúlio Vargas recebe no Palácio do Catete Juracy Magalhães, presidente da CVRD. Rio de Janeiro, maio de 1951.

ARQUIVO NACIONAL - AGÊNCIA NACIONAL



O presidente da CVRD, Juracy Magalhães, em visita às instalações do Cauê, tendo a seu lado o Brigadeiro Eduardo Gomes. Itabira (MG), [1951-53].

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE

2. O aumento das exportações e a conquista de novos mercados

No início dos anos 1950, a conjuntura internacional apresentava-se bastante favorável ao minério de ferro. Desde 1947 a Europa começara a superar a grave depressão do imediato pós-guerra. Ajudada por capitais norte-americanos, a economia europeia, sobretudo a alemã, recuperava seu parque industrial, in-

cluindo-se aí a produção siderúrgica. Paralelamente, o recrudescimento da corrida armamentista, provocado pela eclosão da guerra da Coreia (junho de 1950), aumentava a demanda de minério de ferro, matéria-prima de importância fundamental para o esforço bélico norte-americano.



Embora a Europa vivesse uma conjuntura econômica promissora, os Estados Unidos continuavam sendo o principal cliente das exportações de minério de ferro do Brasil. Em 1950, mais de 80% do ferro vendido pelo país foram absorvidos pelo mercado norte-americano. A concentração das vendas do ferro brasileiro para os EUA provocou a reação de setores nacionalistas da imprensa e do Congresso Nacional, que viam, nesse fato, mais um elemento do crescente alinhamento do Brasil à política externa norte-americana. Esse ponto de vista era sustentado, entre outras argumentações, pela

efetiva dependência financeira da CVRD em relação ao Eximbank.

Colocada no centro das discussões, a Vale reagiu às críticas. Em seu Relatório de 1951, a CVRD afirmava que, embora naquele ano os Estados Unidos tivessem figurado, uma vez mais, como o maior mercado para a sua produção, “o minério de ferro era vendido livremente a qualquer país, já tendo a Empresa feito negócios também com o Canadá, Alemanha, França, Holanda e Bélgica”. (4)

Caís de Atalaia e Paul no porto de Vitória, no final da década de 1950.

CVRD - ARQUIVO SUEST



Outra tese defendida pelos nacionalistas era a de que as reservas de minério de ferro, calculadas à época em 15 bilhões de toneladas, deveriam atender, prioritariamente, ao consumo doméstico e não às exportações. Essa posição foi veementemente contestada pelo presidente da companhia, Juracy Magalhães, que não via nenhum inconveniente nas vendas para o exterior. Segundo ele, mesmo dobrando o ritmo de crescimento da produção interna de aço, que fora de 341% nos anos anteriores, em 1961 o Brasil estaria consumindo 6,8 milhões de toneladas de minério, (5) quantidade sensivelmente inferior à produção nacional estimada para aquele ano.

Na realidade, o maior problema que a CVRD enfrentava naquele momento era a concorrência, cada vez mais acirrada, no mercado mundial do ferro. A crescente produção de aço — que das 110 milhões de toneladas de 1946 passaria para 361 milhões em 1962 — obrigou as grandes siderúrgicas a buscarem novas fontes de suprimento fora de seus países de origem. Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França, Inglaterra e, também, o Japão realizaram pesados investimentos em áreas periféricas, contribuindo para o aumento da oferta de minério de ferro e de outras matérias-primas siderúrgicas.

Os novos países produtores estavam localizados, na grande maioria dos casos, mais perto dos principais centros consumidores (EUA, Europa Ocidental), do que o Brasil, o que acarretava o barateamento dos fretes e, por conseguinte, a redução do preço final do minério. Ao lado de importantes e já conhecidos exportadores, como a Suécia e o Canadá — cujas produções elevaram-se, respectivamente, de 13,6 milhões de tone-

ladas (1950) para 17 milhões (1953) e de 3,8 milhões de toneladas (1950) para 14,5 milhões (1955) —, entraram em cena países da América Latina, da África e da Ásia. A Venezuela, cuja produção em 1950 era de apenas 200 mil toneladas, produziu 2,2 milhões em 1953 e chegaria a 19,5 milhões em 1960. O Peru, cuja produção até 1952 não constava das estatísticas, em 1953 já produzia um milhão de toneladas, atingindo sete milhões em 1960. A Libéria partiu do nada em 1950 para 1,5 milhão de toneladas em 1953 e, em 1964, alcançaria 12,5 milhões. A Índia, por sua vez, que contribuía com três milhões de toneladas em 1950, ultrapassaria a casa dos dez milhões em 1960. (6)

Atenta à situação do mercado transoceânico do ferro, a CVRD procurou, desde 1951, modernizar as operações do complexo mina — ferrovia — porto e do sistema de transporte marítimo. Tendo atingido, em 1952, a meta de 1,5 milhão de toneladas exportadas, a Companhia empreendeu, particularmente a partir de 1953, uma vigorosa política de diversificação de mercados.

Consumidor tradicional, os Estados Unidos foram gradativamente perdendo terreno para os clientes europeus, que em 1953 já absorveram 63,6% das exportações da CVRD, enquanto os norte-americanos reduziram sua participação para cerca de 32%. A queda da participação norte-americana pode ser explicada por alguns elementos. O aproveitamento em escala industrial da taconita, minério de ferro de baixo teor, através do processo da pelotização, permitiu que os Estados Unidos passassem a utilizar mais intensamente suas próprias reservas do minério. A par disso, o fim da guerra da Coreia (1953) e a

Locomotiva diesel puxando uma composição de vagões de volta a Itabira, (MG). Início da década de 1950.

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE







Francisco Sá Lessa, presidente da CVRD, em reunião de trabalho com o prefeito de Itabira e o secretário geral da Companhia.

prioridade conferida pelas siderúrgicas norte-americanas ao minério proveniente de suas minas cativas na Libéria, no Canadá e na Venezuela também concorreram para diminuir sensivelmente a demanda dos Estados Unidos por minério de ferro brasileiro.

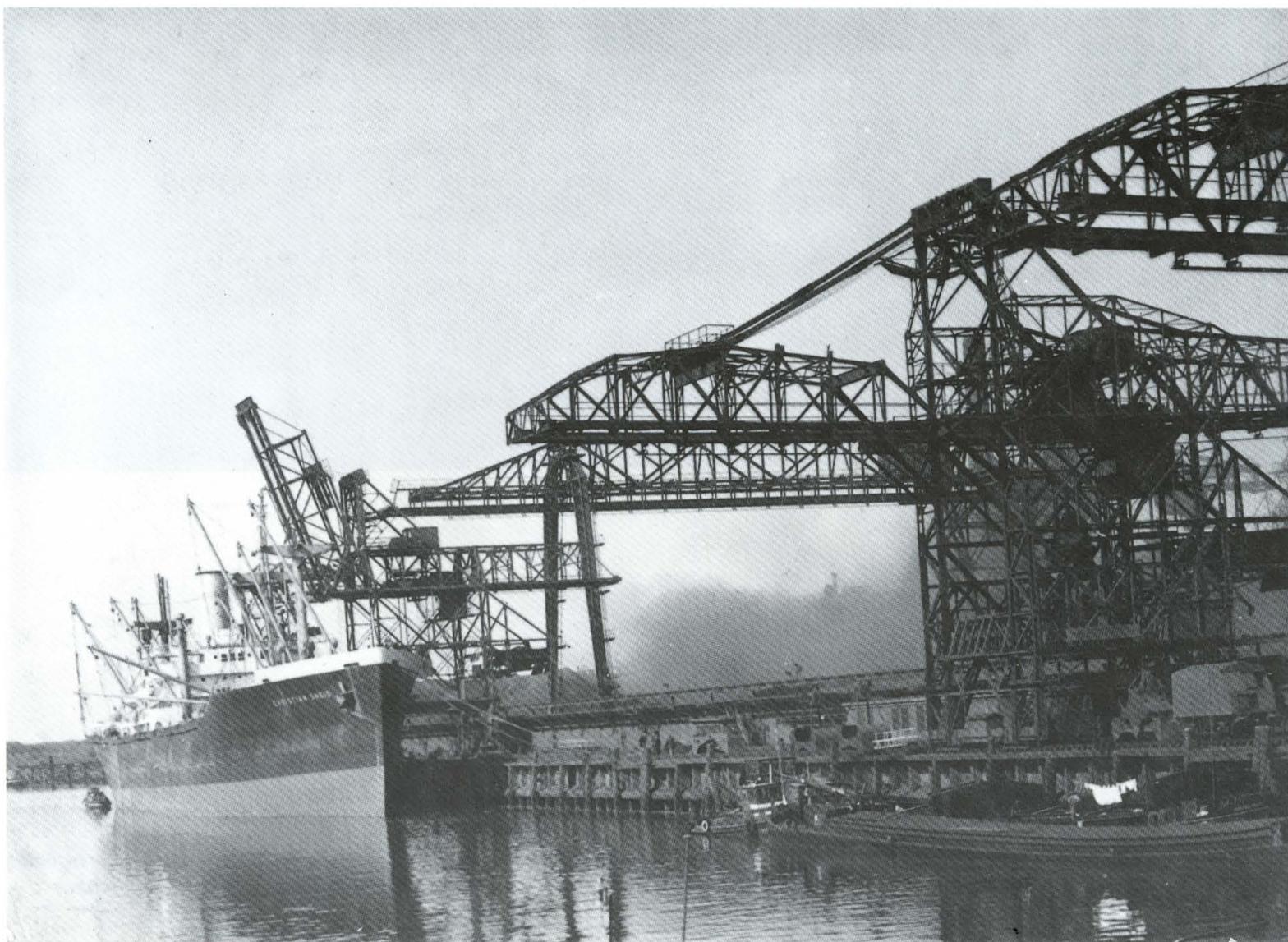
Frente a esse quadro, agravado por uma queda dos preços que levou a empresa a suspender temporariamente as vendas ainda em 1953, a CVRD intensificou sua política de diversificação de mercados em 1954, incrementando suas vendas para a Europa Ocidental e iniciando as exportações para os países socialistas do Leste europeu. Nesse mesmo ano, o Japão adquiriu, pela primeira vez, minério de ferro da Vale. Em 1955, a produção da Companhia já era consumida por 63 usinas side-

rúrgicas, situadas em dez países diferentes. (7)

Os contatos com a Europa Oriental – estabelecidos ainda em 1951, com o fornecimento de minério de ferro à Polônia, em caráter experimental – foram combatidos pelos setores mais conservadores do governo e do Congresso. O governo norte-americano também criticou a iniciativa, alegando que a decisão da Vale feria os acordos assinados entre os Estados Unidos e o Brasil, que proibiam a venda de materiais estratégicos a países inimigos. A despeito das pressões, o contrato com a Polônia, assinado ao preço recorde de 18,50 dólares por tonelada FOB foi mantido, sob o argumento de que se tratava de uma transação comercial sem implicações político-ideológicas. (8)

O navio Christian Sheid descarregando minério de ferro de Itabira no porto de Yjmuiden (Holanda).

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE



A condição de empresa estatal facilitou a atuação da CVRD no Leste europeu, pois era praxe naqueles países os negócios de governo para governo. Assim, em 1954, além de as exportações para a Polônia se terem tornado regulares, ocorreu o primeiro embarque de minério de ferro da Vale para a Tchecoslováquia. (9) Em 1957, a Hungria apareceu pela primeira vez como compradora de ferro brasileiro. Nesse ano, a Companhia praticamente atingiu a meta de exportação de três milhões de toneladas/ano (2.996.261 toneladas, em números exatos).

Ao terminar os anos 1950, a Companhia Vale do Rio Doce — ao contrário do observado no começo da década — encontrava-se solidamente instalada em diferentes mercados, não dependendo mais de um único consumidor. Em 1960, os Estados Unidos continuavam sendo o seu primeiro cliente, mas a sua participação caíra para, aproximadamente, 29%, seguidos pela Alemanha Ocidental (21%), Inglaterra (16%), Japão (9%) e Tchecoslováquia (8%). A tabela anterior apresenta o movimento de exportação de minério de ferro da Companhia entre 1951

EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO DA CVRD, SEGUNDO OS PAÍSES COMPRADORES
(EM TONELADAS MÉTRICAS)

PAÍSES	1951	1952	1953 *	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Estados Unidos	1.051.998	1.054.181	448.305	555.880	1.022.035	1.024.563	1.158.695	702.367	994.661	1.234.421
%	81,28	68,85	31,88	35,02	44,47	44,42	39,06	31,25	30,50	28,91
Canadá	124.268	124.705	37.837	60.204	30.046	61.231	147.525	35.770	85.627	152.501
%	9,60	8,14	4,11	3,79	1,31	2,66	4,97	1,59	2,63	9,57
Inglaterra	93.432	91.340	-	467.616	552.944	562.807	710.563	571.143	565.941	677.769
%	7,22	5,97	-	29,46	24,06	24,40	23,96	25,41	17,35	15,87
Holanda	-	42.897	-	-	41.285	51.985	43.676	54.835	132.859	99.451
%	-	2,80	-	-	1,79	2,25	1,47	2,44	4,07	2,33
Bélgica	24.663	66.809	-	-	-	3.048	-	-	-	-
%	1,90	4,36	-	-	-	0,13	-	-	-	-
França	-	28.255	-	49.552	14.326	12.746	43.988	24.423	59.317	107.179
%	-	1,85	-	3,12	0,62	0,55	1,48	1,09	1,87	2,51
Alemanha Oc.	-	99.436	-	249.971	288.674	366.357	402.014	269.117	516.719	910.667
%	-	6,49	-	15,75	12,56	15,89	13,55	11,97	15,84	21,33
Áustria	-	23.502	-	-	-	9.295	-	-	-	-
%	-	1,54	-	-	-	0,40	-	-	-	-
Tchecoslováquia	-	-	-	80.374	195.851	81.208	156.852	187.518	373.479	359.484
%	-	-	-	5,07	8,52	3,52	5,29	8,43	11,45	8,42
Polônia	-	-	-	113.428	97.483	34.827	98.895	313.225	295.110	290.964
%	-	-	-	7,15	4,24	1,51	3,33	13,94	9,05	6,82
Itália	-	-	-	10.160	46.707	49.910	52.273	16.954	28.814	51.167
%	-	-	-	0,64	2,03	2,17	1,76	0,76	0,88	1,20
Hungria	-	-	-	-	-	-	17.374	21.480	13.411	-
%	-	-	-	-	-	-	0,59	0,96	0,41	-
Suíça	-	-	-	-	-	-	1.524	2.033	-	2.540
%	-	-	-	-	-	-	0,05	0,09	-	0,06
Finlândia	-	-	-	-	-	-	1.016	-	-	-
%	-	-	-	-	-	-	0,03	-	-	-
Japão	-	-	10.114	-	9.154	40.403	131.866	46.532	195.495	383.474
%	-	-	0,72	-	0,40	2,10	4,46	2,07	6,00	8,98
TOTAL	1.294.361	1.531.125	1.406.245	1.587.185	2.298.505	2.306.160	2.966.261	2.247.550	3.261.453	4.269.613

(*) As exportações para os países europeus no ano de 1953 não aparecem discriminadas nas fontes. Elas somaram, no conjunto, 889.989 toneladas, o equivalente a 63,29% do total das vendas de minério de ferro da CVRD.

Fontes: Relatórios de Diretoria, 1951-1960.

e 1960, discriminando não apenas os países compradores, mas também a quantidade adquirida anualmente por cada um deles e seu peso relativo no conjunto das vendas.

Paralelamente à diversificação dos mercados e ao aumento das vendas para o exterior, o peso da CVRD no total das exportações de minério de ferro do Brasil aumentou significativamente na década de 1950, sobretudo nos cinco primeiros anos, se comparado com a situação do decênio anterior. A tabela abaixo reúne esses dados.

PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO
DA CVRD NO TOTAL NACIONAL (EM TONELADAS MÉTRICAS)

ANOS	EXPORTAÇÕES DA CVRD	EXPORTAÇÕES DO BRASIL	CVRD/BRASIL (%)
1951	1.294.361	1.320.007	98,1
1952	1.531.125	1.560.814	98,1
1953	1.406.245	1.526.494	92,1
1954	1.587.185	1.678.445	94,6
1955	2.298.505	2.564.600	89,6
1956	2.306.160	2.744.882	84,0
1957	2.966.261	3.536.728	83,9
1958	2.247.550	2.823.195	79,6
1959	3.261.453	3.957.570	82,4
1960	4.269.613	5.160.266	82,7

Fontes: *Relatórios de Diretoria, 1951-1960* (para as exportações da CVRD); *Anuário Estatístico do Brasil* 1953, p. 280; 1955, p. 295; 1958, p. 295; 1961, p. 225 (para as exportações do Brasil).

Apesar de destinar a imensa maioria de sua produção ao mercado internacional, a CVRD não deixou o mercado doméstico totalmente de lado. Preocupada em reduzir sua dependência das exportações e, em consequência disso, ficar menos sujeitas às oscilações da economia mundial, a Companhia procurou participar da expansão da siderurgia brasileira. Em 1959, era acionista de quatro empresas siderúrgicas: a Usiminas, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e a Ferro e Aço de Vitória. (10)

A CVRD era a terceira maior acionista da Usiminas, empresa constituída em 1956, com 60% de capitais nacionais e 40% japoneses. A Companhia era responsável pelo “fornecimento de minério fino de Itabira a preço reduzido; concessão de facilidades de transporte entre Itabira e Acesita; concessão de descontos máximos possíveis [na Estrada de Ferro Vitória a Minas] para o transporte de carvão e de materiais; colaboração no transporte de material de construção e de equipamento para a usina”. (11) A construção da usina, situada em Ipatinga, começou em agosto de 1958 e, quando pronta, deveria produzir 500 mil toneladas de aço por ano.

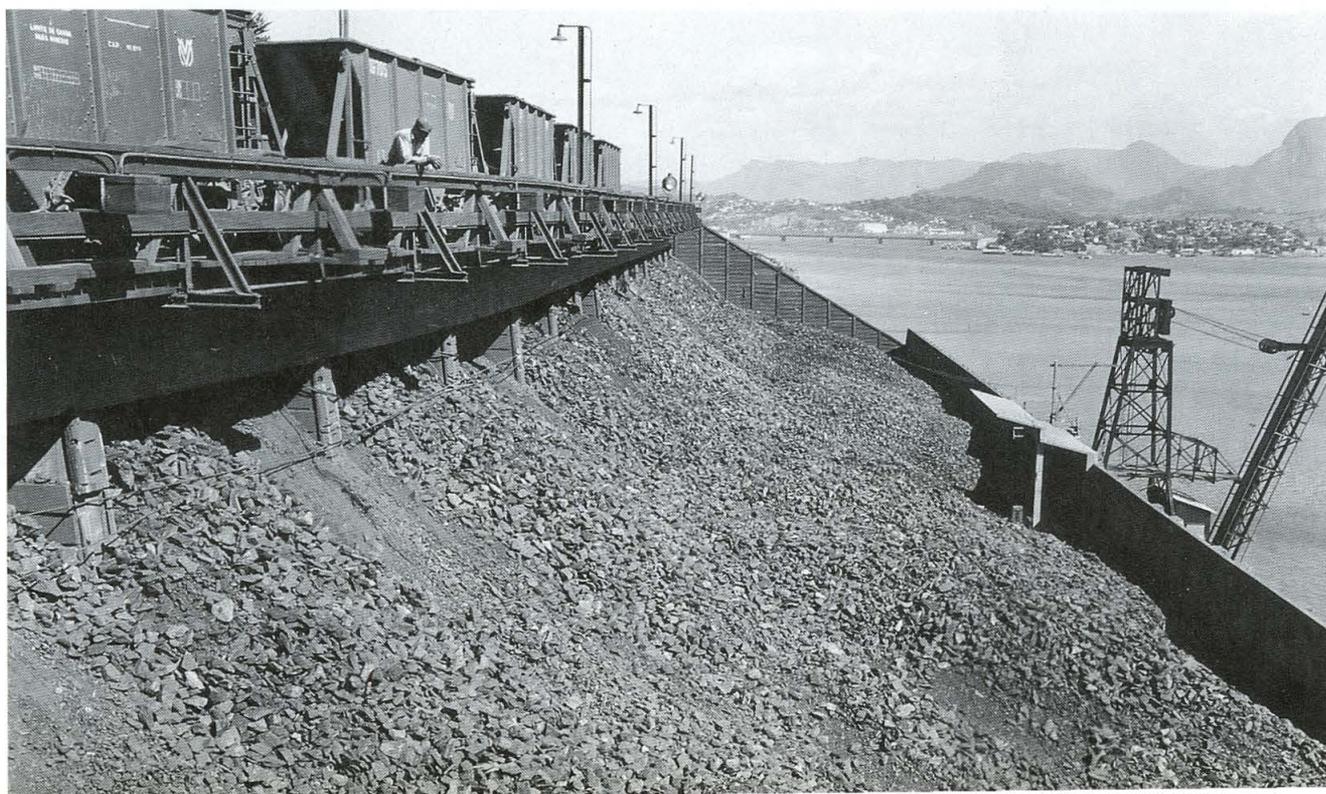
3. A modernização do complexo mina – ferrovia – porto

Os maciços investimentos realizados pela Companhia Vale do Rio Doce para melhorar as condições de funcionamento do complexo mina – ferrovia – porto foram fundamentais para o atendimento das metas de exportação. No final da década de 1940, a Companhia havia iniciado um programa de reaparelhamento de sua capacidade operacional que em muito contribuiu para que fosse atingido o total de 1,5 milhão de toneladas exportadas em 1952.

O *Relatório Anual* da CVRD de 1950 relacionava as obras já concluídas. Junto à mina de Cauê, entraram em funcionamento duas perfuratrizes elétricas a percussão, foram montados dois compressores de ar elétricos e uma escavadeira elétrica para desmonte e carregamento direto de grandes blocos de hematita. Os edifícios e estruturas para britagem, peneiramento e transporte mecânico (correia transportadora) até o pátio ferroviário ficaram prontos, bem como a oficina de

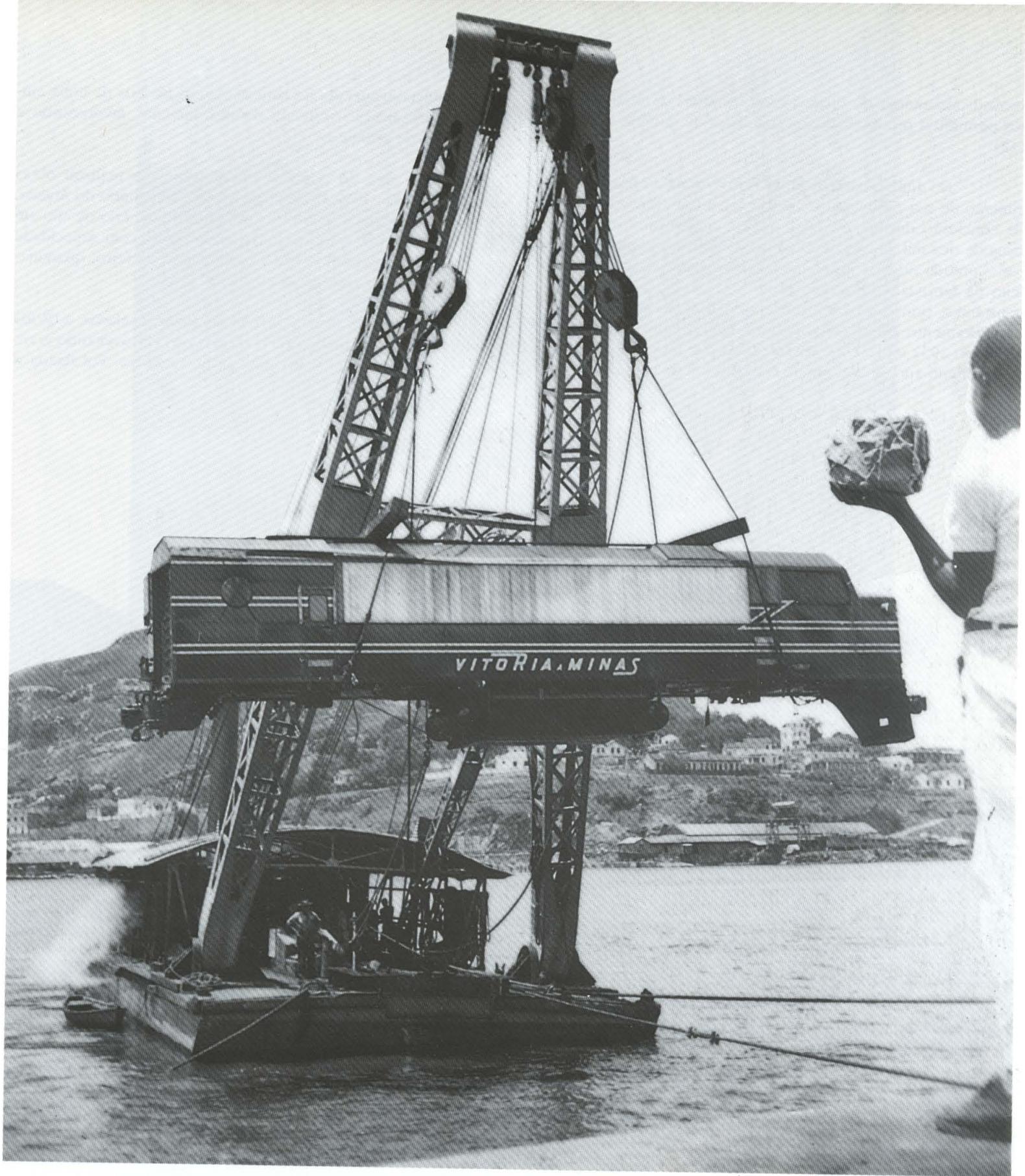
Aspecto do silo de armazenamento do cais de Atalaia, porto de Vitória (ES). 1950.

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE





Escavadeira e trator em operação na mina do Cauê. Itabira (MG).



Descarregamento de uma locomotiva no cais de Atalaia, porto de Vitória (ES), no início da década de 1950.

recondicionamento de brocas. Esse conjunto de melhoramentos permitiu a produção de mil toneladas de minério por hora. (12)

No âmbito da Estrada de Ferro Vitória a Minas, o crescimento de sua produtividade operacional foi alcançado através da conclusão de um túnel, 21 pontes de estrutura metálica e mais de dez mil metros de desvios e do assentamento de bueiros. Contudo, alguns problemas sérios permaneciam. Como o leito da ferrovia assentava-se sobre a areia, os acidentes eram constantes, principalmente no período das chuvas. Embora o empedramento de 200 quilômetros tivesse sido iniciado em 1950, em 1952 muita coisa ainda estava por fazer. No *Relatório* desse último ano, a diretoria da empresa informava que, devido

“à incidência exagerada de chuvas (...), os trechos da linha ainda em consolidação sofreram demasiadamente, favorecendo a ocorrência de acidentes”. (13)

Na área do porto, a empresa também realizou obras importantes. Em 1950, ficou pronto o cais de minério do Atalaia, no qual foi montada uma transportadora de minério de silo até o porão do navio. Foi construído um depósito com capacidade para armazenar 90 mil toneladas de minério de ferro, quantidade suficiente para carregar nove navios. (14)

Alcançada a meta de 1,5 milhão de toneladas, a CVRD decidiu se lançar a novos empreendimentos, aproveitando grande parte dos esforços e investimentos anteriores. Foi fixada a

Descarrilamento de trem da EFVM. 1952.

CVRD - ARQUIVO SUEST





Carregamento de navio no cais de Atalaia por correia transportadora. Vitória (ES), [1950-52].

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE

meta de exportação de três milhões de toneladas/ano para 1957, o que tornava necessário a realização de novas inversões nas minas, na estrada de ferro e no porto.

No intuito de mecanizar a extração e o beneficiamento/transporte (15) de minério das minas de Conceição e Dois Córregos (até então, apenas na mina de Cauê esses serviços

eram mecanizados), foi projetada a instalação de cabos aéreos (de 300 toneladas/hora de capacidade de transporte), que tinham por finalidade efetuar o transporte do minério das minas até o silo de estocagem e carregamento dos vagões. Além das estações do carregamento, localizadas junto às minas, seria construída uma outra estação, que conduziria o minério até o silo de embarque. Outra iniciativa de extrema importância foi a





Descarga de minério no novo pátio ferroviário de Itabira (MG).

passagem de Conceição e Dois Córregos – até aquele momento trabalhadas por empreiteiras que empregavam métodos manuais, de baixa produtividade – à operação da própria Companhia, que se encarregou de mecanizar o processo de trabalho, conferindo uma maior racionalização à extração do minério. Na mina de Cauê, novos equipamentos de mineração e de transporte foram instalados, de modo a permitir o aumento da produção. Estava ainda prevista a construção de uma pequena usina hidrelétrica, a ser concluída em 1958, alternativa encontrada pela Vale para resolver os problemas causados pela falta de energia no local.

No que diz respeito à ferrovia Vitória a Minas, estavam programadas a remodelação da linha férrea até a localidade de Ana Matos, a substituição de trilhos de 35 kg/m por outros, mais pesados, de perfil de 57 kg/m, correspondendo a 4 mil toneladas, encomendados em 1955 à Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda), e a aquisição de novos vagões para o transporte de minério (perfazendo um total de 650) e de cinco locomotivas dieselétricas.

Os trabalhos na ferrovia Vitória a Minas obrigaram a empresa a adquirir grandes quantidades de dormentes de madeira. Porém, preocupada com a progressiva devastação das matas da região, decorrente da exploração intensiva das reser-

vas florestais por parte das indústrias madeireira e carvoeira, a CVRD decidiu em 1954 investir no reflorestamento da área com vistas à produção de dormentes. Com esse objetivo, a Companhia, atendendo a sugestão do superintendente da Estrada Eliezer Batista, comprou em 1956 a Reserva de Linhares do governo do Espírito Santo. Localizada no norte do estado, a reserva possui 21,7 mil hectares e permanece intocada até os dias de hoje. Essa iniciativa foi o primeiro passo da Vale em direção à diversificação de suas atividades empresariais fora do setor de mineração. (16)

No porto, devido à pequena capacidade de estocagem de Atalaia, estava prevista a construção de um novo silo, para armazenar 110 mil toneladas de minério. Os vagões seriam descarregados num *car dumper* instalado na encosta a oeste do morro de Atalaia. Depois de descarregado, o minério seria levado por correias transportadoras até o silo auxiliar e daí, ainda por correias, até o silo de embarque do Atalaia.

A meta de 3 milhões de toneladas, conforme já foi visto, foi virtualmente cumprida em 1957, muito embora nem todas as obras previstas tenham sido concluídas. Ainda nesse ano, o governo federal, dentro do Programa de Metas do presidente Kubitschek, estabeleceu uma nova meta de exportação para a companhia: 6 milhões de toneladas/ano, a ser alcançada em 1960/1961.

4. O Programa de Metas e o Documento 18

A política desenvolvimentista de JK baseou-se no Programa de Metas, elaborado por uma equipe de técnicos que incluía, entre outros, Lucas Lopes e Roberto Campos. As metas relativas à mineração distribuíam-se entre os setores de energia e

indústrias de base e revestiam-se de grande importância, pois o êxito de suas propostas poderia não só garantir o desenvolvimento dos setores em que se incluíam, mas também carrear divisas via exportação.

O presidente Juscelino Kubitschek diante dos mapas econômicos do Programa de Metas. Rio de Janeiro, janeiro de 1958.

ARQUIVO NACIONAL - AGÊNCIA NACIONAL.



O Programa de Metas foi implementado pelo Conselho do Desenvolvimento, órgão criado por JK especialmente para esse fim. O conselho subdividia-se em grupos de trabalho, que, em alguns casos, deram origem a grupos executivos. A meta 26, relativa à exportação de minério de ferro, foi examinada detidamente por dois grupos de trabalho, de acordo com resolução adotada por uma comissão de estudos de alto nível presidida pelo ministro da Fazenda, José Maria Alkimin. A comissão era integrada pelo diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, Mário da Silva Pinto, o presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Francisco de Sá Lessa, o diretor do BNDE, Roberto Campos, e o secretário do Conselho do Desenvolvimento e presidente do BNDE, Lucas Lopes, entre outras autoridades.

Em meados de julho de 1957, Lucas Lopes encaminhou ao ministro da Fazenda um relatório contendo os resultados alcançados pelo grupo de trabalho dedicado ao estudo do mercado mundial de ferro e das reservas exportáveis do Brasil e por aquele voltado para a elaboração de sugestões para a ampliação das exportações brasileiras do minério. O relatório – que consistia em dois volumes produzidos pelos grupos de trabalho e mais um texto-síntese de ambos – veio a constituir o Documento 18 do Conselho do Desenvolvimento. (17)

A avaliação feita pelo Documento 18 sobre a situação do minério de ferro em escala mundial destacava as oportunidades de o Brasil ampliar sua participação no mercado internacional, limitada, no final dos anos 1950, a 1% do consumo total. Afinal, além de ser detentor de 15% das reservas mundiais, calculadas por técnicos da ONU em 85 bilhões de toneladas em 1954, ou de 37% desse total, apenas em Minas Gerais, segundo investigações posteriores levadas a cabo pelo DNPM e o U.S. Geological Survey, o país extraía minérios de elevado teor metálico, compactos e muito puros, que alcançavam melhores preços no mercado.

Em contrapartida, a comercialização do minério de ferro brasileiro enfrentava fatores adversos, entre os quais a considerável distância entre as minas e os portos de embarque, o que encarecia o transporte terrestre, e o afastamento geográfico do país das principais áreas de consumo (Estados Unidos, Europa Ocidental e também o Japão). Afora isso, os EUA vinham realizando maciços investimentos na mineração, transporte e concentração de taconita (minério de baixo teor metálico), produzida no próprio país, o que reduzia as necessidades de importação do parque siderúrgico norte-americano.

Tendo como referência o quadro nacional e o internacional, o Documento 18 considerava viável a ampliação das exportações brasileiras para 8 milhões de toneladas no ano de 1960. A CVRD teria condições de comercializar 6 milhões de toneladas, cabendo os 2 milhões restantes aos mineradores particulares do vale do Paraopeba. A longo prazo, estimava-se como possível a exportação de 25 a 30 milhões de toneladas de minério de ferro por volta de 1975.

Para que esses números, a curto e a longo prazos fos-

sem alcançados, duas premissas impunham-se como essenciais: a exportação de todos os tipos de minério extraído, inclusive os finos e os silicosos (depois de beneficiados), juntamente com o minério compacto, e, devido ao vulto do empreendimento, a combinação de capitais estrangeiros (empréstimos ou capitais de risco) e capitais nacionais (públicos e privados), ficando o governo encarregado de promover e coordenar esforços nessa direção. A associação com capitais externos poderia redundar na formação de uma nova companhia, sendo recomendável que a CVRD tomasse a iniciativa do empreendimento, dele participando até o máximo das suas disponibilidades financeiras.

O Documento 18 fazia, também, referência à necessidade de, paralelamente à exploração crescente das reservas de ferro para exportação, expandir a produção de aço e derivados e, conseqüentemente, aumentar o peso dos produtos siderúrgicos nas vendas totais.

De acordo com estimativas constantes do relatório, seriam necessários quase 7 bilhões de cruzeiros (equivalentes a cerca de 140 milhões de dólares) para incrementar, a curto prazo, as exportações brasileiras do minério. O Plano nº 1, relativo à expansão da produção da CVRD para 6 milhões de toneladas, estava orçado em 1,41 bilhão de cruzeiros a serem gastos basicamente na substituição de trilhos e locomotivas da Estrada de Ferro Vitória a Minas e na compra de equipamentos especiais. O Plano nº 2, referente à Estrada de Ferro Central do Brasil e ao porto do Rio de Janeiro, incluía a aquisição de 25 locomotivas, a ampliação do cais, obras de dragagem, compra de equipamentos de carga e descarga etc, a um custo de 730 milhões de cruzeiros.

O Plano nº 3 era, de longe, o mais caro, sendo calculado em 4,85 bilhões de cruzeiros. Destinado ao escoamento do minério de ferro do vale do rio Paraopeba, previa a construção de trecho ferroviário entre Itabira e Andrelândia e a reforma do trecho Andrelândia – Angra dos Reis. No porto desta última cidade deveria ser construída uma nova ponte de embarque. O Plano nº 4 versava sobre a expansão, a longo prazo, das exportações de minério de ferro para 20 e 30 milhões de toneladas, a cargo da CVRD ou de companhia associada. Compreendia duas etapas: a primeira – a ser iniciada após a comprovação da viabilidade econômica da exportação de minério pulverulento, incluindo concentrados de itabirito – deveria contar com a organização e as facilidades da CVRD; numa segunda fase, seria constituída uma nova empresa, com a participação da CVRD e de outros interessados nas atividades de mineração, nacionais ou estrangeiros.

As negociações para o financiamento dos Planos 1 e 2 já estavam bem avançadas no momento em que o Documento 18 foi divulgado. A iniciativa privada pretendia assumir inteira responsabilidade pelo Plano 3, contanto que o governo conferisse um tratamento especial às exportações.

O Documento 18 recomendava ainda a revisão da legislação minerária, para que fossem criados incentivos à exportação em grande escala de minério, e a definição das condições

e dos limites de acordõ com os quais deveriam ser buscados os financiamentos e/ou a participação direta de capitais internacionais. Embora resguardando os interesses da segurança nacional, sobretudo no tocante aos meios de transporte e a vias de acesso, “a necessidade indiscutível de recursos financeiros externos, em face do elevado montante de investimentos necessários à exportação maciça”, deveria conduzir a adoção de “uma política que garanta aos capitais estrangeiros uma justa remuneração e uma segurança satisfatória de juros razoáveis e reembolso”. (18)

Endossando sugestão contida no Documento 18, o presidente Kubitschek criou, pelo Decreto nº 42.022, de 10 de agosto de 1957, o Grupo de Exportação de Minério de Ferro (GEMF). Constituído praticamente pelos mesmos nomes que integravam a comissão de estudos do Conselho do Desenvolvimento e coordenado pelo representante do BNDE, João Batista Pinheiro, o GEMF tinha como tarefa central implementar as resoluções do Documento 18.

Por sua orientação nitidamente liberal, com forte apelo ao capital estrangeiro, o Documento 18 suscitou intensa polêmica na imprensa e no Congresso Nacional, onde chegou a ser rotulado de “escandaloso e intolerável”. (19) Outro caso rumoroso iria se abrir no início de 1958, quando, em virtude das perspectivas favoráveis do mercado internacional do ferro e das novas possibilidades abertas ao capital estrangeiro pela política desenvolvimentista do governo JK, a Hanna Mining Company deu seu primeiro passo no Brasil, adquirindo, na Bolsa

de Londres, 52% das ações da St. John d’El Rey Mining Company. A St. John extraía ouro em Minas Gerais desde a década de 1830, sobretudo na famosa mina de Morro Velho, mas o que interessava à Hanna era o fato da companhia inglesa ser também detentora de extensas jazidas de minério de ferro no Quadrilátero Ferrífero, mais exatamente no vale do rio Paraopeba – região com beneficiamentos previstos no Plano 3 do Documento 18.

Quanto à CVRD, mais uma vez, foi necessário adequar suas condições de funcionamento a um novo objetivo. Os trabalhos desenvolvidos nessa direção foram condensados e reunidos no “Estudo de engenharia para o planejamento das condições gerais para a exportação de 6 milhões de toneladas/ano de minério de ferro”, organizado e publicado pela Superintendência Geral da CVRD. (20) Levantamento preliminar revelou a possibilidade de, depois de dragado, o porto de Vitória poder receber navios de 35 mil a 40 mil toneladas, ao invés de ficar limitado a navios de 10 mil toneladas. Em relação aos depósitos de minério de Itabira, concluiu-se que a política de exploração mais conveniente às condições geológicas das jazidas seria aquela que atendesse ao seguinte esquema: a) mina de Cauê – produção de 4,5 milhões de toneladas de hematita, 60% das quais de minério *lump* e 40% de finos com teor médio de ferro de 67%; b) minas de Conceição e Dois Córregos – produção de 1,5 milhão de toneladas de *lump*; e c) comercialização do estoque de finos, que atingiam 4 milhões de toneladas (já havia algum interesse em certos mercados da Europa e da América na sua aquisição).

5. Os avanços no beneficiamento do minério de ferro

Ao lado das obras no complexo mina – ferrovia – porto, a CVRD preocupou-se também em diversificar os tipos de minérios de ferro que produzia e em desenvolver pesquisas para o aproveitamento dos chamados finos e ultrafinos que se acumulavam nas minas.

A mina de Cauê produzia uma hematita compacta de excelente qualidade. Suas características químicas e físicas e sua dureza – que favorecia a britagem em *lumps*, pedaços de minério de meia a oito polegadas – eram ideais para o emprego direto nos altos-fornos Siemens-Martin ou *open-hearth*. (21) A operação de britagem, contudo, criava o problema dos rejeitos, pedaços inferiores a meia polegada, denominados finos e ultrafinos, que além de alterar as características granulométricas do *lump*, não podiam ser diretamente aplicados na indústria siderúrgica, porque tornavam a carga pouco permeável à passagem dos gases ascendentes, dificultando a operação nos altos-fornos.



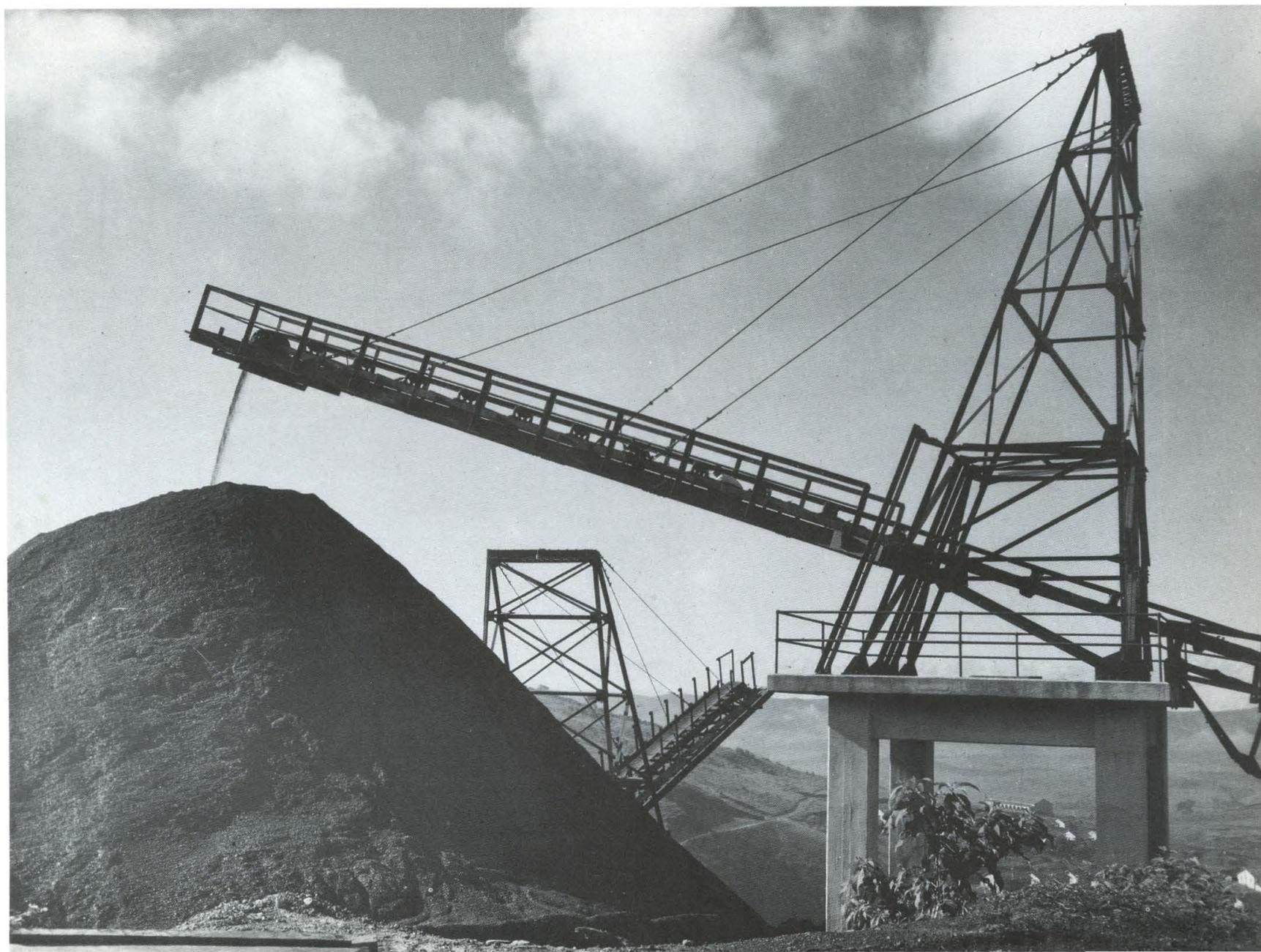
Britadores secundários. Beneficiamento do minério no Cauê. Itabira (MG), [1950-52].

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE



Pilha de estocagem de finos no Cauê no início da década de 1950. Itabira (MG).

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE



O acúmulo de finos e ultrafinos em Cauê era uma decorrência da exploração intensiva da mina. Assim, com o passar do tempo, o minério mais duro – a hematita – foi-se tornando escasso, despontando em seu lugar um minério mais friável, o itabirito. Esse fato, aliado ao processo de obsolescência das instalações das minas, contribuiu para a queda da qualidade do minério produzido pela Vale, o que chegou inclusive a provocar reclamações dos consumidores em 1953. (22)

O aparecimento de novos produtores de *lump* no mercado mundial e o acúmulo cada vez maior de finos e ultrafinos levaram a empresa a rever seus métodos de produção e be-

neficiamento. Em 1952, o Departamento das Minas, contando com a assessoria de técnicos ingleses, promoveu estudos visando ao aproveitamento dos finos mediante a sinterização, isto é, a aglomeração “em pedaços de tamanho adequado, de uma infinidade de minúsculas partículas de minério que reunissem características de qualidade compatíveis com a sua utilização nos processos siderúrgicos”. (23) A aglomeração era obtida através do processamento térmico a altas temperaturas, adicionando-se ao minério fino partículas finas de calcário, coque e sílica. Essa mistura, depois de homogeneizada, era colocada sobre uma grelha, onde, por meio da combustão do coque, formava-se o *sinter*.

Remoção de finos e carregamento de caminhões no Cauê. Itabira (MG), 1956.

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE



Paralelamente a esses estudos, a Companhia efetuou, em 1956, dois embarques de finos *in natura* em caráter experimental. A exportação dos finos foi uma das principais causas da construção de um novo cais no porto de Vitória, o do Paul, por iniciativa da CVRD em convênio com o governo do Espírito Santo. Inaugurado em junho de 1959, o cais do Paul permitiu não apenas o início da exportação regular de finos, graças à instalação de equipamentos mecanizados para o seu embarque, mas também de um novo tipo de minério, o *run of mine* (isto é, como sai da mina), minério grosso agregado ao fino, sem beneficiamento. Em pouco tempo, intensificou-se a tendência ao aumento das exportações de finos em detrimento das de *lump*,

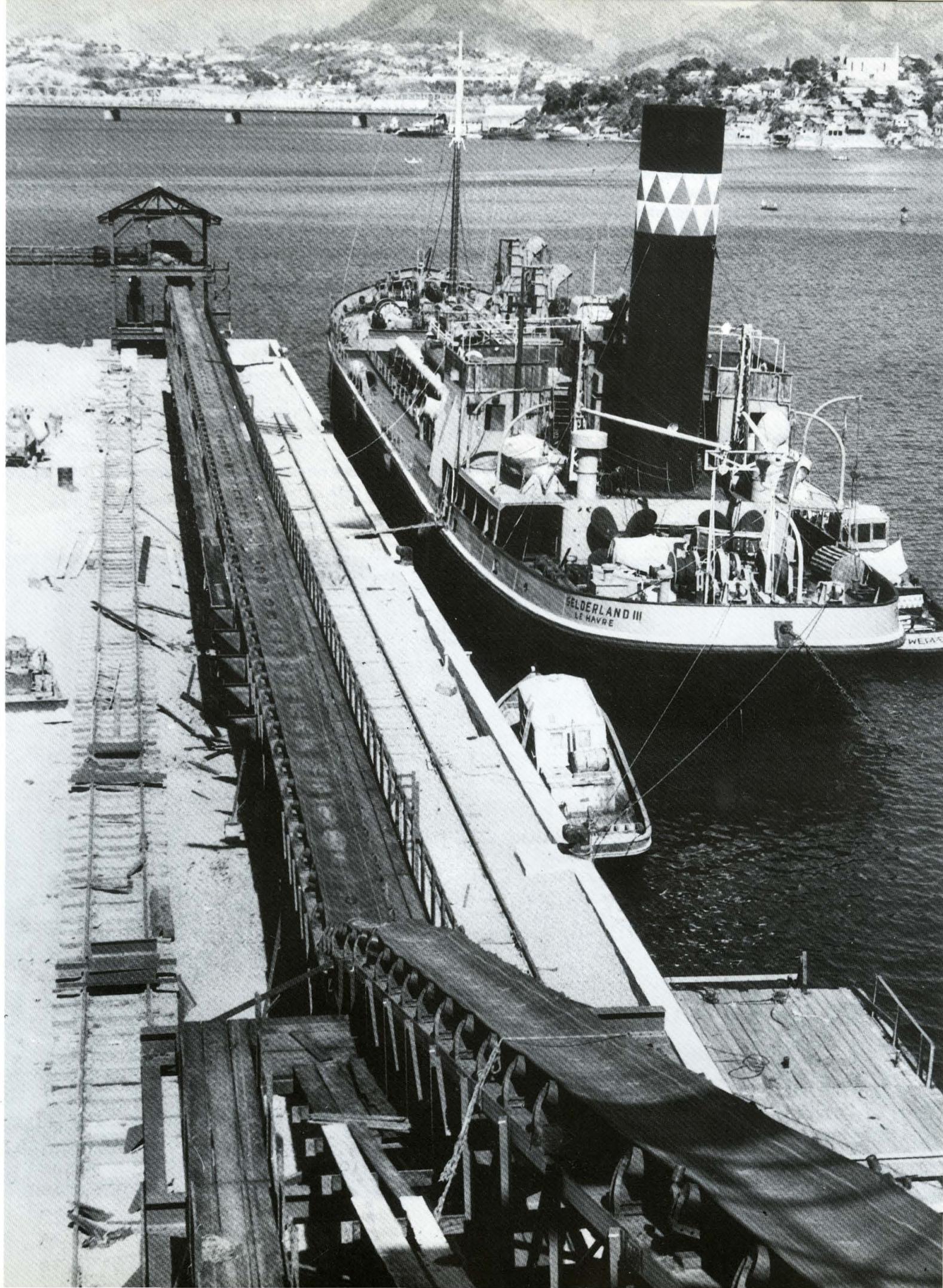
(24) cuja produção tornava-se cada vez mais cara e predatória.

Os técnicos da Companhia também desenvolveram pesquisas visando ao aproveitamento dos ultrafinos. Impróprios para a sinterização, os ultrafinos requeriam um outro tipo de beneficiamento, a pelletização, processo que, conforme já foi mencionado, encontrava-se em desenvolvimento nos Estados Unidos. A pelletização consistia na aglomeração, por processo térmico, da parcela ultrafina do minério de ferro em esferas ou pelotas (*pellets*), de diâmetro adequado (entre 8 e 18 mm), com características de qualidade que permitiam seu emprego direto nos altos-fornos. (25)

Navio de minério no cais do Paul, inaugurado em 1959, no porto de Vitória (ES).

CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE





Frente aos bons resultados obtidos pelos norte-americanos com a pelotização da taconita, a CVRD decidiu iniciar estudos para o aproveitamento do itabirito. Rocha metamórfica xistosa, com teor de ferro variando entre 30 e 55%, o itabirito começava a se constituir no minério predominante (as reservas eram estimadas em 27 bilhões de toneladas), na medida em que avançava a exploração das reservas de hematita compacta de Cauê. Em dezembro de 1956, foi criado o Fundo de Estudos e Pesquisas para o Aproveitamento do Itabirito de Minas Gerais, sob o patrocínio da CVRD e do Conselho do Desenvolvimento, órgão diretamente ligado a Presidência da República, que contribuíram, cada um, com 50 mil dólares. No que concerne às atividades de estudos e pesquisas, nelas tomou parte, além da Vale, a Armour Research Foundation of the Illinois Institute of Technology (de Chicago, EUA). (26) Essa iniciativa da CVRD contou

com o apoio do governo federal, que decidiu arcar com 50% dos custos dos estudos. Em março de 1958, os resultados preliminares do projeto "Techno-Economic Study of Brazil's Itabirite Iron Ore Deposits", apresentados ao Conselho do Desenvolvimento, "foram tão animadores que já se pensava em produzir 4 milhões de toneladas/ano de concentrados, elevando a terceira meta da CVRD de 6 milhões para 10 milhões de toneladas/ano". (27)

As pesquisas sobre o emprego do itabirito serviram de ponto de partida para a criação, em abril de 1960, da Companhia Siderúrgica Vatu (nome indígena do rio Doce), a primeira subsidiária da CVRD. Com um capital de 600 milhões de cruzeiros, a Vatu tinha por finalidade proceder ao beneficiamento de minérios, bem como à fabricação a ao comércio de ferro-esponja. (28)

Navio de minério no cais do Paul, inaugurado em 1959, no porto de Vitória.

6. O saneamento financeiro e uma nova política comercial

O bom desempenho da Companhia Vale do Rio Doce no mercado transoceânico do minério de ferro e os progressos registrados na exploração das minas, no transporte ferroviário e na infra-estrutura portuária, bem como no beneficiamento dos minérios, guardaram estreita relação com a recuperação das finanças da Companhia.

Pouco depois de assumir a presidência da Vale, a convite do presidente Getúlio Vargas, Juracy Magalhães fez um relato bastante contundente do estado em que encontrou a empresa: “Devemos vinte e seis milhões de dólares ao Eximbank, trezentos mil contos ao Banco do Brasil, cem mil à Caixa Econômica e mais trinta mil à Sociedade dos Empregados da Empresa, o serviço de seguros está atrasado, os fornecedores não recebem há muito tempo”. (29)

Apesar da gravidade da situação – definida como “pré-falimentar” no relatório elaborado pelos diretores norte-americanos Robert K. West e Howard Williams ao deixarem a Companhia em 1949 (30), a oportunidade que a conjuntura internacional oferecia, representada pela guerra da Coréia, foi habilmente aproveitada e a CVRD pôde, ao longo da década de 1950, não apenas saldar seus compromissos, mas também realizar novos investimentos.

Pode-se dizer que o processo de saneamento financeiro da Vale foi desencadeado pela política de preços implementada em 1952 por Juracy Magalhães. (31) Informado de que havia uma substancial diferença entre os preços pagos à CVRD (8 dólares tonelada FOB) e os cobrados pelos corretores que negociavam o minério brasileiro nos EUA (14 dólares), Juracy propôs o aumento do preço da tonelada, a ser percebido pela Companhia, para 14 dólares. Essa iniciativa – que, apesar de aceita pela diretoria, acabou provocando o pedido de demissão do diretor comercial da empresa, o geólogo Cásper de Souza – contrariou os interesses dos grupos norte-americanos que intermediavam as operações de compra e venda. Contando com o apoio do Eximbank, principal credor da CVRD, eles pressionaram o governo brasileiro a convencer a Vale a não tomar tal atitude.

Apesar das pressões, Juracy manteve sua decisão e, depois de três meses sem ter aparecido um único comprador, a CVRD assinou um contrato, na base de 14 dólares por tonelada, com a Republic Steel (EUA). A venda, a esse preço, de 300 mil toneladas de ferro rendeu à Companhia uma receita de 4,2 milhões de dólares, o que lhe tornou possível o pagamento das dívidas e a aplicação em inversões necessárias ao seu crescimento.

Ainda em 1952, a CVRD acertou com o Banco do Brasil o pagamento de um empréstimo contraído em meados da década de 1940, comprometendo-se a liquidá-lo em 102 prestações mensais de 4 milhões de cruzeiros. Quanto aos compromissos internacionais, a Companhia pagou em 1956 o empréstimo de 14 milhões de dólares contratado junto ao Eximbank, com 13 anos de antecedência; um outro empréstimo, de 900 mil dólares e logo elevado para 1,5 milhão de dólares, também contratado junto àquela instituição para a compra de locomotivas diesel, foi saldado seis meses antes do vencimento do prazo. (32)

A recuperação econômico-financeira da CVRD conferiu-lhe uma margem de negociação mais ampla. Os empréstimos recebidos do Eximbank de 4 milhões de dólares e de 12,5 milhões de dólares para a viabilização dos programas de expansão da empresa de 1953 e 1957 foram acordados em novas bases. (33) Ficou acertado que a amortização dos débitos passaria a ter por base o comprometimento de 15% do valor da produção exportada. (34)

Há outras evidências da melhoria do quadro financeiro da Vale. Em 1951, foi efetuada a primeira distribuição de dividendos da história da empresa, na razão de 6%, embora restritos às ações preferenciais. Dois anos depois, foi paga pela primeira vez gratificação a todos os empregados. E em 1954, foi efetuada a distribuição de dividendos também aos portadores de ações ordinárias. No ano seguinte, cumprindo determinação estatutária que obrigava a CVRD a alocar parte de seus lucros no desenvolvimento econômico da sua área de atuação

(70% em Minas Gerais e 30% no Espírito Santo) foi iniciada a aplicação de verbas à conta do Fundo de Melhoramentos e Desenvolvimento da Zona do Rio Doce (FMDZRD). (35)

Entre as transformações que mobilizaram a Companhia na década de 1950, deve ser destacadas ainda a revisão de suas práticas comerciais, fator de grande importância para sua afirmação empresarial. Depois de viagem à Europa e Estados Unidos, realizada em 1953 com o objetivo de entender as causas da crise que o mercado internacional enfrentava naquele ano, diretores e técnicos da CVRD chegaram à conclusão de que era preciso modificar a política de vendas adotada pela Companhia. (36)

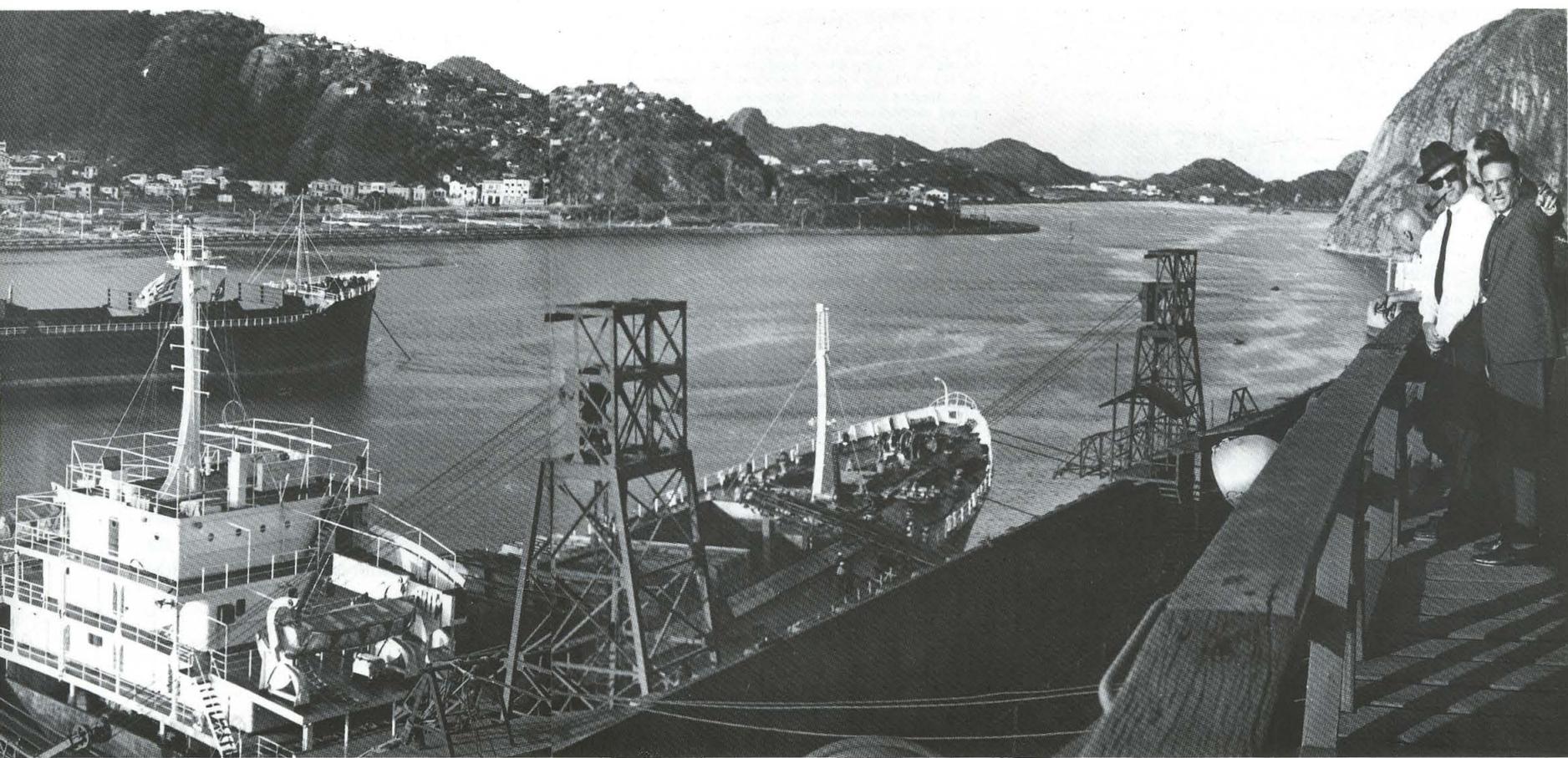
As vendas eram realizadas no escritório do Rio de Janeiro por um grande número de importadores e corretores (*traders*), alguns de reputação duvidosa, e confundiam os consumidores em virtude da disparidade de preços, induzindo a ofertas “que muitas vezes não passavam de manobras baixistas de nossos concorrentes, pois freqüentemente não se efetivavam no momento da assinatura dos contratos, comprometiam o prestígio da CVRD junto aos consumidores, levando-os a acreditar que a fuga aos padrões tradicionais de negócios, seguidos pelas grandes empresas siderúrgicas internacionais”. (37) A consequência natural era a retração dos clientes, que, informados sobre o oferecimento do minério por vários *traders*, ficavam a espera de uma redução substancial do preço, o que acabava acontecendo, não só devido as necessidades de inversões da

companhia, como também pela ameaça de concorrentes alicerçados em bases financeiras mais sólidas.

Preocupada com o problema, a Companhia passou, a partir de 1954, a estabelecer contatos diretos com as siderúrgicas que consumiam seu minério, utilizando agentes exclusivos e eliminando por conseguinte a intermediação de numerosos corretores que concorriam entre si. Foram escolhidas as seguintes agências para a realização das vendas da Companhia: a British & European Sales Ltd., sediada em Londres, para o Canadá, a Grã-Bretanha e a Bélgica; a Société Anonyme d'Importation (SADI), com sede em Lausanne (Suíça), para a Europa continental (excluindo a Bélgica); e a Cleveland Cliffs Iron Company, com sede em Cleveland, para os Estados Unidos. As vendas para o Japão e a América do Sul continuaram a ser feitas pela CVRD diretamente no escritório do Rio de Janeiro. No caso japonês, por exigência dos compradores, os negócios se processavam por intermédio de *trading companies* daquele país. (38)

Outra melhoria substancial introduzida pela nova política comercial da empresa foi uma maior disciplina na utilização do cais de minério. Os antigos *traders* não se preocupavam em adequar as vendas às condições de operacionalização do porto, ocorrendo freqüentemente a superposição de chegadas de navios; em contrapartida, em outros momentos, o cais ficava completamente ocioso. Essa ausência de planejamento acarretava constantes reclamações dos clientes, devido aos atrasos, e sujeitava a Companhia ao pagamento de multas. (39)





Baía de Vitória (ES).

CVRD - ARQUIVO SUEST

7. Mudanças na área administrativa

A partir de 1951, (60) a CVRD promoveu alterações na sua política de pessoal, com o objetivo de criar quadros de gerenciamento que permitissem o amadurecimento de uma mentalidade de cunho empresarial e a reformulação de seu formato enquanto empresa, até então fortemente influenciado pelos métodos gerenciais norte-americanos.

A reforma administrativa compreendeu a realocação de quadros subutilizados em áreas de pouca importância para áreas-chave, na direção e em departamentos estratégicos da empresa, estabelecendo-se assim uma ascensão funcional que racionalizava a utilização dos profissionais mais qualificados. Paralelamente, a Companhia iniciou um programa de treinamento especializado, enviando seus melhores funcionários para o exterior, a fim de complementarem a sua formação técnica. O investimento na qualificação do pessoal e no remane-

jamento de quadros deu resultados muito positivos e alguns desses profissionais chegaram mesmo a ocupar a presidência da CVRD.

Ao cabo desse processo de reforma, a Companhia Vale do Rio Doce pôde contar com um grupo homogêneo, partilhando de orientações, valores e mentalidades semelhantes e que, a despeito da rotatividade das direções, foi capaz de conferir continuidade a trajetória da empresa. Esses profissionais, apesar das circunstâncias políticas de mudança de governo, mantiveram-se em seus postos, sendo encarados geralmente como homens da empresa e do Estado, e raramente como homens de governo. A CVRD devia obrigações ao Estado, mas não ao governo. Por conta disso, ficava relativamente livre da temporariedade das decisões governamentais em seu sentido mais estrito.

(1) Militar de carreira, Juracy Magalhães participou ativamente do movimento tenentista, destacando-se como um dos principais articuladores da Revolução de 1930 no Nordeste do país. Com a vitória do movimento revolucionário, iniciou-se na política, ocupando a interventoria e depois o governo do estado da Bahia entre 1931-1937, quando se opôs ao golpe do Estado Novo e retornou à carreira militar. Com a redemocratização do país, em dezembro de 1945 elegeu-se deputado pela Bahia à Assembléia Nacional Constituinte na legenda da União Democrática Nacional. Em fevereiro de 1951 aceitando convite pessoal de Vargas, assumiu a presidência da Companhia Vale do Rio Doce, na qual permaneceu até dezembro de 1952. Em seguida foi adido militar em Washington e em maio de 1954 tornou-se o primeiro presidente da Petrobrás. Senador pela Bahia entre 1955 e 1959, novamente governador do estado de 1959 a 1963, Juracy Magalhães foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos de 1964 a 1965. Nos anos seguintes foi sucessivamente ministro da Justiça (1965-1966) e ministro das Relações Exteriores (1966-1967). Ver Amélia Coutinho "Magalhães, Juracy", *DHBB*, v. 3, p. 2.025.2.029.

Diplomado em engenharia civil em 1914, Francisco de Sá Lessa foi inspetor-geral de Iluminação do Rio de Janeiro entre 1922 e 1930 e diretor-geral de 1940 a 1943. Foi também catedrático de química industrial da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e substituiu Juracy Magalhães na presidência da Vale do Rio Doce, exercendo-a de dezembro de 1952 até março de 1961. Nesse meio tempo, ocupou a prefeitura do Distrito Federal entre novembro de 1955 e março de 1956, por indicação do presidente Nereu Ramos. Ver "Lessa, Francisco de Sá", *DHBB*, v. 3, p. 1.804.

(2) Ver Sérgio Abranches e Sulamis Dain, *Análise*, p. 53.

(3) *Idem*, *ib.*, p. 50.

(4) Ver Companhia Vale do Rio Doce, *Relatório de Diretoria correspondente ao ano de 1951*, p. 7 (doravante *Relatório de Diretoria*).

Segundo Sérgio Abranches e Sulamis Dain, *op. cit.*, p. 47, a diretoria da CVRD, para acalmar os ânimos nacionalistas, preocupava-se em demonstrar independência em relação ao mercado norte-americano, mas na verdade, durante, alguns anos, a política comercial da empresa foi marcada pelo esforço de manter e mesmo ampliar sua posição nos Estados Unidos.

(5) Ver Mário da Gama Kury, *Companhia Vale do Rio Doce - 40 anos*, p. 41.

(6) *Idem*, *ib.*, p. 45-46.

(7) *Idem*, *ib.*, p. 46 e 51.

(8) Ver Sérgio Abranches e Sulamis Dain, *op. cit.*, p. 62.

(9) Ver Mário da Gama Kury, *op. cit.*, p. 49.

(10) *Idem*, *ib.*, p. 55.

(11) Ver Francisco de Magalhães Gomes, *História da siderurgia no Brasil*, p. 335.

(12) Ver *Relatório de Diretoria 1950*, p. 5-7.

(13) Ver *Relatório de Diretoria 1950*, p. 7.

(14) Ver *Relatório de Diretoria 1950*, p. 7.

(15) As informações sobre as obras a serem realizadas nas minas, bem como na ferrovia e no porto, foram retiradas da Companhia Vale do Rio Doce, Presidência, *Subsídios para o comparecimento do presidente da CVRD a CPI do caso Hanna*, p. 8-11. (doravante *Subsídios caso Hanna*).

(16) Ver a esse respeito, Mário da Gama Kury, *op. cit.*, p. 50.

(17) As informações referentes ao Documento 18 foram retiradas da síntese do próprio documento (p. 1-13) e da Parte II - "Resposta ao questionário apresentado"

(p. 1-8), doravante referenciados, respectivamente, por *Documento 18 (síntese)* e *Documento 18 (Parte II)*.

(18) Ver *Documento 18 (Parte II)*, p. 8.

(19) Ver Osny Duarte Pereira, *Ferro e independência*, p. 130.

(20) As informações sobre o que a Companhia deveria empreender para atingir a meta das 6 milhões de toneladas foram obtidas em *Subsídios caso Hanna*, p. 12.

(21) Ver *Relatório de Diretoria 1951*, p. 9.

(22) Ver Orlando Rangel, *A Companhia Vale do Rio Doce e o mercado de minério de ferro*, p. 18.

(23) Ver *Revista CVRD*, nº 16, junho de 1984, n.p. O processo de sinterização, surgido ainda no final do século XIX, só começou a ser efetivamente utilizado após a Segunda Guerra Mundial. Em 1958, a União Soviética produziu cerca de 50 milhões de toneladas de *sinter*, e os Estados Unidos 35 milhões.

(24) Ver Mário da Gama Kury, *op. cit.*, p. 51 e 55.

(25) Ver *Revista CVRD*, nº 16, junho de 1984, n.p.

(26) Ver Arquivo Nacional, Fundo Conselho do Desenvolvimento, CD-0/104/57 (correspondência do secretário geral do Conselho do Desenvolvimento, Lucas Lopes, ao presidente da CVRD, Francisco de Sá Lessa).

(27) Ver Mário da Gama Kury, *op. cit.*, p. 53.

(28) Ver Orlando Rangel *op. cit.*, p. 16 e 17. A composição acionária da Vatu era a seguinte: CVRD - 92,97%; funcionários da CVRD - 6%; CSN - 0,33%; e diversos - 0,03%.

(29) Ver Juracy Magalhães, *Minbas memórias provisórias*, p. 131.

(30) Inteirando-se do relatório, que lhe foi entregue pessoalmente pelo presidente Vargas, Juracy Magalhães considerou-o por definição parcial, uma vez que o diagnóstico nele contido estava comprometido com os interesses dos norte-americanos. Ver Sérgio Abranches e Sulamis Dain, *op. cit.*, p. 63.

(31) As informações sobre a nova política de preços da CVRD foram colhidas em Juracy Magalhães, *op. cit.*, p. 131-132.

(32) Ver Sérgio Abranches e Sulamis Dain, *op. cit.*, p. 57-79.

(33) Na realidade, o empréstimo solicitado pela Companhia ao Eximbank em 1957 montava a 24 milhões de dólares. Foram liberados apenas 12,5 milhões de dólares em 1959.

(34) Ver Sérgio Abranches e Sulamis Dain, *op. cit.*, p. 59.

(35) Ver Mário da Gama Kury, *op. cit.*, p. 43 e CVRD, Serviço de Relações Públicas, Companhia Vale do Rio Doce 1942-1967, n. p. Entre 1955 e 1965, as inversões da Companhia somaram mais 1,2 bilhões de cruzeiros.

(36) Ver Mário da Gama Kury, *op. cit.*, p. 46.

(37) *Idem*, *ib.*, p. 48. Cabe notar que a eliminação, nos Estados Unidos e na Europa, dos intermediários "significou também a concessão do controle de comercialização de seu [da CVRD] minério nas mãos de apenas 3 empresas que monopolizaram suas vendas nos locais referidos". Ver Francisco do Rego Fernandes (org.), *op. cit.*, p. 29.

(38) Ver Mário da Gama Kury, *op. cit.*, p. 48-49.

(39) *Idem*, *ib.*, p. 50.

(40) Ver Sérgio Abranches e Sulamis Dain, *op. cit.*, p. 64-66, e Francisco do Rego Fernandes (org.), *op. cit.*, p. 29.